

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ALEXANDRE LOPES RODRIGUES

**PERFIS SOCIAIS, PERCURSOS ESCOLARES, CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E
PERSPECTIVAS DE FUTURO: O CASO DE COTISTAS DE CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS DO IF SUDESTE MG – CAMPUS MURIAÉ**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

ALEXANDRE LOPES RODRIGUES

**PERFIS SOCIAIS, PERCURSOS ESCOLARES, CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E
PERSPECTIVAS DE FUTURO: O CASO DE COTISTAS DE CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS DO IF SUDESTE MG – CAMPUS MURIAÉ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para a obtenção do título de Magister Scientiae.

Orientador: Jairo Antônio da Paixão

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

R696p
2021

Rodrigues, Alexandre Lopes, 1974-
Perfis sociais, percursos escolares, condições de
permanência e perspectivas de futuro : o caso de cotistas de
cursos técnicos integrados do IF Sudeste MG - Campus Muriaé /
Alexandre Lopes Rodrigues. – Viçosa, MG, 2021.
136 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Jairo Antônio da Paixão.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 109-113.

1. Programas de ação afirmativa na educação - Minas Gerais. 2. Estudantes - Programas de assistência. 3. Ensino técnico. I. Universidade Federal de Viçosa. Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

CDD 22. ed. 379.26098151

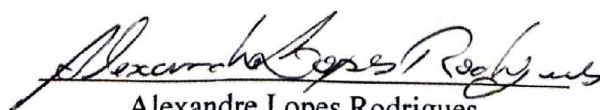
ALEXANDRE LOPES RODRIGUES

**PERFIS SOCIAIS, PERCURSOS ESCOLARES, CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E
PERSPECTIVAS DE FUTURO: O CASO DE COTISTAS DE CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS DO IF SUDESTE MG – CAMPUS MURIAÉ**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

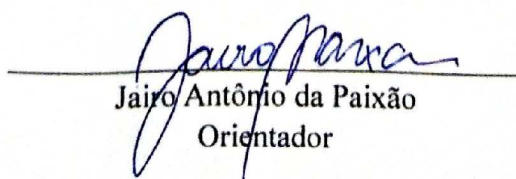
APROVADA: 19 de abril de 2021.

Assentimento:



Alexandre Lopes Rodrigues

Autor



Jairo Antônio da Paixão

Orientador

AGRADECIMENTOS

Essa é uma tarefa que não se cumpre sozinho. É necessário agradecer a todos e todas que contribuíram, direta ou indiretamente, no desenvolvimento dessa pesquisa.

À Maria Raquel, minha esposa, parceira e maior incentivadora, que sempre esteve ao meu lado cuidando de cada detalhe, me apoiando em todos os momentos.

Às minhas filhas Ana Alice e Maria Luísa, pela compreensão, pela maturidade, pelo carinho e pelo apoio constante.

À minha mãe, Emília, minha irmã Keila, meu cunhado e meu sobrinho, sempre com uma palavra de incentivo e por compreenderem meu distanciamento nesses últimos dois anos.

Ao professor Jairo Antônio da Paixão, pela orientação segura, competente, objetiva, em todas as etapas da pesquisa e pela compreensão quanto aos inúmeros desafios surgidos nesse momento de pandemia.

À professora Wânia Maria Guimarães Lacerda e ao professor Weder Ferreira da Silva, membros da Banca Examinadora, por suas valiosas contribuições, pelo incentivo e pela avaliação criteriosa.

Aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Educação da UFV com quem tanto aprendi e que foram fundamentais para o desenvolvimento do olhar de pesquisador que possibilitou a construção dessa pesquisa.

Ao Lucas, à Caroline, ao Guilherme, Júnior, Caio, Matheus, Thaís, Karla, Thayná, Jéssica, Karen e todos os colegas do mestrado, pelas parcerias, pelas interlocuções e pelas trocas de conhecimento durante o curso.

Às servidoras Mayara e Naiany da secretaria do PPGE-UFV pela disponibilidade e pelo apoio que me dispensaram, sempre que necessitei.

Aos colegas de trabalho Jairo e Lenice, pelo apoio e incentivo nesses últimos dois anos, indispensáveis para a conclusão deste mestrado.

À Emmanuella Aparecida Miranda e Adail Amaral Junior, servidores do Campus Muriaé do IF Sudeste MG, que viabilizaram o acesso a todas as informações relacionadas aos estudantes, sem as quais essa pesquisa não seria possível.

Ao núcleo gestor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gérias – Campus Muriaé, na pessoa de seu diretor, professor Fausto de Martins Netto, que possibilitou o acesso aos meios necessários ao desenvolvimento dessa pesquisa no âmbito da instituição.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a todos, que de uma forma ou de outra, contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, possibilitando que eu chegasse até aqui. O meu Muito Obrigado!

“A cegueira às desigualdades sociais condena e autoriza a explicar todas as desigualdades, particularmente em matéria de sucesso escolar, como desigualdades naturais, desigualdades de dom. Atitude idêntica está na lógica de um sistema que, repousando sobre o postulado da igualdade formal de todos os alunos, condição de seu funcionamento, não pode reconhecer outras desigualdades que aquelas provenientes dos dons individuais.”
(Pierre Bourdieu; Jean-Claude Passeron, Os herdeiros: os estudantes e a cultura)

RESUMO

RODRIGUES, Alexandre Lopes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2021. **Perfis Sociais, Percursos Escolares, Condições de Permanência e Perspectivas de Futuro: O Caso de Cotistas de Cursos Técnicos Integrados do IF Sudeste MG – Campus Muriaé.** Orientador: Jairo Antônio da Paixão.

As políticas públicas denominadas Ações Afirmativas assumiram posição de destaque no Brasil ao longo dos últimos anos, sobretudo no âmbito da educação, com a implantação do sistema de cotas para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino de nível médio técnico. A implantação de um sistema de cotas para ingresso nas instituições federais de ensino, acompanhado de mecanismos que contribuam para a permanência do aluno cotista, traz a perspectiva de tentar contribuir na consolidação do princípio da igualdade de oportunidades para todos. Essa pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar junto aos alunos cotistas de três dos quatro cursos técnicos integrados ofertados pelo Campus Muriaé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais quais as expectativas, assim como, as possíveis dificuldades e desafios enfrentados por estes alunos durante o curso, e as estratégias utilizadas para a superação dessas dificuldades. Para fins de coleta e análise dos dados, utilizou-se uma abordagem qualitativa. Os dados foram coletados a partir de documentos institucionais que traçam o perfil sócio econômico dos alunos e da realização de entrevista semiestruturada com uma amostra representativa do universo de alunos cotistas dos cursos em questão. Assim, neste trabalho, foram realizadas entrevistas com cinco estudantes. A análise dos dados coletados foi realizada tendo em vista a técnica análise de conteúdos (Bardin, 2011). Com base nessas análises, concluiu-se que a entrada num curso de formação técnica integrada traz grandes desafios para os estudantes, tanto em relação à necessidade de adaptação a um novo contexto educacional, quanto em relação ao apoio necessário para a sua permanência no curso. Constata-se que o IF Sudeste MG procura disponibilizar um conjunto de medidas que visam contribuir para a permanência dos estudantes. Essas contribuições ocorrem tanto pelo viés do apoio financeiro, por intermédio do Programa Nacional de Assistência Estudantil, quanto em termos de infraestrutura e apoio emocional. Além disso, percebe-se a preocupação com uma formação mais ampla e humanizada dos alunos, por parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, não se restringindo a uma qualificação estritamente voltada para a atividade laboral. Em termos de expectativas, nota-se uma maior preocupação por parte dos estudantes no sentido de se buscar uma graduação em nível superior ou a aprovação em um concurso público.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Cotas. Assistência ao estudante. Ensino técnico integrado.

ABSTRACT

RODRIGUES, Alexandre Lopes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2021. **Social Profiles, School Paths, Conditions of Stay and Perspectives of the Future: The Case of Shareholders of Integrated Technical Courses at IF Sudeste MG - Campus Muriaé.** Advisor: Jairo Antônio da Paixão.

Public policies called Affirmative Actions have assumed a prominent position in Brazil over the past few years, especially in the field of education, with the implementation of the quota system for entry into federal universities and federal technical secondary education institutions. The implementation of a quota system for admission to federal educational institutions, accompanied by mechanisms that contribute to the permanence of the quota student, brings the perspective of trying to contribute to the consolidation of the principle of equal opportunities for all. This research had as main objective to identify and analyze with the quota students of three of the four integrated technical courses offered by the Muriaé Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of the Southeast of Minas Gerais what are the expectations, as well as, the possible difficulties and challenges faced by these students during the course, and the strategies used to overcome these difficulties. For the purposes of data collection and analysis, a qualitative approach was used. The data were collected from institutional documents that trace the socio-economic profile of the students and from the realization of a semi-structured interview with a representative sample of the universe of quota students of the courses in question. Thus, in this work, semi-structured interviews were conducted with five students. The analysis of the collected data was carried out considering the content analysis technique (Bardin, 2011). Based on these analyzes, it was concluded that entering an integrated technical training course poses great challenges for students, both in relation to the need to adapt to a new educational context, and in relation to the support needed to stay in the course. It appears that the IF Sudeste MG seeks to provide a set of measures that aim to contribute to the permanence of students. These contributions occur both from the perspective of financial support, through the National Student Assistance Program, and in terms of infrastructure and emotional support. In addition, there is a concern with a broader and more humanized training of students, on the part of the Federal Network of Professional and Technological Education, not being restricted to a qualification strictly aimed at work activity. In terms of expectations, there is a greater concern on the part of students in the sense of seeking a higher education degree or approval in a public competition.

Keywords: Affirmative actions. Quotas. Student assistance. Integrated technical education.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das vagas reservadas ao sistema de cotas, por curso.....	23
Tabela 2 – Critério de peso: Renda familiar.....	33
Tabela 3 – Critério de peso: Local onde reside.....	34
Tabela 4 – Distribuição dos alunos conforme a turma.....	34
Tabela 5 – Seleção inicial dos alunos por turma.....	34
Tabela 6 – Seleção dos alunos por turma.....	35
Tabela 7 – Caracterização dos entrevistados.....	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Proporção geral dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil.....	75
Figura 2 – Renda familiar bruta, segundo o grupo de concorrência.....	77
Figura 3 – Renda familiar bruta segundo a cor/etnia.....	78
Figura 4 – Renda familiar bruta, segundo o curso.....	79
Figura 5 – Município onde reside.....	80
Figura 6 – Distribuição dos alunos residentes em outros municípios da região.....	80
Figura 7 – Distribuição dos alunos residentes conforme zona urbana ou rural.....	81
Figura 8 – Proporção dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil por grupo de concorrência.....	82
Figura 9 – Percentual dos alunos do universo cotista beneficiados pelo programa de assistência estudantil.....	82
Figura 10 – Percentual dos alunos da ampla concorrência beneficiados pelo programa de assistência estudantil.....	83
Figura 11 – Percentual dos alunos cotistas beneficiados pelo programa de assistência estudantil, segundo a renda.....	84
Figura 12 – Percentual dos alunos beneficiados e não beneficiados pelo programa de assistência estudantil, segundo o curso.....	85
Figura 13 – Distribuição dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil conforme Município onde reside.....	85

Figura 14 – Distribuição dos alunos beneficiários da assistência estudantil conforme zona urbana ou rural.....	86
Figura 15 – Distribuição dos alunos beneficiários da assistência estudantil segundo a cor/etnia autodeclarada.....	87

LISTA DE SIGLAS

AMAC – Associação Municipal de Apoio Comunitário
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CGAE – Coordenação Geral de Assistência ao Educando
CGARA – Coordenação Geral de Assuntos e Registros Acadêmicos
CONSU – Conselho Superior
DEPLAN – Departamento de Planejamento
EaD – Educação a Distância
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ERE – Ensino Remoto Emergencial
FAMINAS – Faculdade de Minas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF SUDESTE MG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMS – Organização Mundial da Saúde
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde
MEC – Ministério da Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGE-UFV – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
STF – Supremo Tribunal Federal
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TNS – Técnico de Nível Superior
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Justificativa	19
1.2. O Problema e as questões de investigação.....	20
1.3. Caracterização da metodologia de pesquisa	22
1.4. Universo da pesquisa	23
1.5. Procedimentos para a constituição dos dados	24
1.6. Instrumentos utilizados	24
1.7. Uma situação inesperada: a ocorrência de uma pandemia e seus impactos nessa pesquisa científica	25
1.7.1. Panorama geral	25
1.7.2. O impacto da pandemia no âmbito da educação	26
1.7.3. O impacto da pandemia no desenvolvimento dessa pesquisa	30
1.8. Seleção dos participantes da entrevista semiestruturada	32
1.8.1. Caracterização dos alunos selecionados para a entrevista semiestruturada	35
1.9. Análise dos dados	36
1.9.1. Categorias de análise	37
2. O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO E AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NO IF SUDESTE MG	38
2.1. Alguns aspectos conceituais	38
2.2. A educação profissional no Brasil	45
2.3. Um outro olhar sobre a educação profissional e tecnológica no Brasil atual	54
2.4. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé	59
2.5. As condições de permanência no IF Sudeste MG	62
2.6. Uma reflexão acerca da relação dos estudantes com a cultura e os valores predominantes na escola	66
3. PERFIS DOS ALUNOS	74
3.1. Perfil dos alunos dos cursos técnicos integrados do Campus Muriaé do IF Sudeste MG	74
3.2. Perfil geral dos alunos	74
3.3. Perfil dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil	81

4. PERCURSOS ESCOLARES, CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E PERSPECTIVAS DE FUTURO	88
4.1. Condições de permanência dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil	88
4.2. Percurso e vivência dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil	89
4.3. Perspectivas de futuro dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	114
ANEXOS	125

1. INTRODUÇÃO

Quando se decide buscar uma formação de nível superior e se escolhe determinada área, inúmeros fatores de caráter objetivo e subjetivo podem atuar, influenciando para uma tomada de decisão. Dessa forma, minha escolha pelo Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no ano de 1995, ocorreu numa circunstância em que se destacava a procura por uma formação que me proporcionasse uma melhor compreensão quanto a realidade do contexto social, político e econômico no qual eu estava inserido, bem como, a busca pela possibilidade de crescimento pessoal e profissional. Concluída a licenciatura em 2000, lancei-me à elaboração do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) que me permitiria a obtenção do bacharelado, ao mesmo tempo em que cursava uma pós-graduação lato sensu na área da educação, em Avaliação e Políticas Públicas Educacionais na Faculdade de Educação da UFJF.

Terminados, o bacharelado em 2001 e a pós-graduação em 2002, a atuação profissional na área da educação foi, inicialmente, uma possibilidade que se destacou tanto do ponto de vista de uma realização profissional, quanto pessoal. No entanto, por circunstâncias diversas, a melhor oportunidade de trabalho surgida naquele momento foi na área da assistência social. Assim, entre julho de 2001 e fevereiro de 2011, atuei na Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC)¹, instituição conveniada com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora para a prestação de serviços públicos relacionados à política de assistência social naquele município. Com um corpo funcional de aproximadamente 1200 trabalhadores, a AMAC realiza em torno de 12 mil atendimentos por mês em serviços de proteção social básica e serviços de proteção social especial de média e alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lotado no DEPLAN (Departamento de Planejamento) eu ocupava um cargo de Técnico de Nível Superior (TNS) e, compondo uma equipe de cinco profissionais, atuava no levantamento de informações relacionadas aos serviços prestados pela instituição, com vistas à estimativa de custos e avaliação de demanda para ampliação dos atendimentos. Durante esse tempo, no entanto, ficou latente a intenção de redirecionar minha atuação profissional para a área da educação, conforme desejo inicial, caso surgisse alguma oportunidade.

Como resultado dos investimentos realizados pelo Governo Federal na área da educação como a implantação do REUNI² e a reestruturação e ampliação da Rede Federal de Educação

¹ <http://www.amac.org.br/a-amac/apresentacao.html>

² O REUNI foi um programa do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, voltado para a reestruturação e expansão das Universidades Federais que tinha como objetivo principal ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Profissional e Tecnológica, surgiram editais de concursos públicos com ofertas de vagas em diversas instituições educacionais ligadas ao Ministério da Educação (MEC). Então, em 2011, fui aprovado para um cargo Técnico Administrativo em Educação no Campus Muriaé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), retomando minha perspectiva inicial de atuar no âmbito da educação.

Na ocasião em que comecei a trabalhar no IF Sudeste MG, a forma de ingresso nos cursos oferecidos pelas instituições federais de educação profissional e tecnológica se dava exclusivamente por meio de processo seletivo de provas em ampla concorrência para todos os candidatos. Porém, nessa ocasião, já ocorria intenso debate no âmbito da sociedade civil organizada no sentido de se democratizar o acesso aos cursos oferecidos pelas instituições federais de educação. As principais reivindicações nesse sentido giravam em torno da definição de cotas para candidatos oriundos das camadas populares e, sobretudo, para pretos, pardos e indígenas.

A definição de cotas para o ingresso nas instituições federais de ensino de formação técnica e superior se enquadra no rol de políticas públicas definidas como Ações Afirmativas. Essas políticas são implantadas com o objetivo de reverter uma situação histórica de discriminação e desigualdade a que determinados grupos ou parcelas da população se encontram submetidos. Nesse sentido, as ações afirmativas são um esforço de combinar medidas de combate à discriminação com políticas compensatórias, visando promover a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis, buscando acelerar a construção de uma sociedade mais igualitária (PIOVESAN, 2008). E a autora vai além (PIOVESAN, 2008, p. 890):

As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo – no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório –, mas também prospectivo – no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade.

As ações afirmativas podem ser compreendidas, ainda, como políticas públicas que têm por objetivo atender às demandas de determinados grupos sociais que, em virtude de fatores históricos, econômicos e sociais, se encontram em circunstâncias de desvantagem, desigualdade ou vulnerabilidade social (FONSECA, 2009).

A constituição Federal de 1988 traz em seu Título I – Dos Princípios Fundamentais, dispositivos que traduzem a preocupação pela busca da redução da desigualdade, como o apresentado a seguir.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Assim, enquanto medida compensatória que visa combater esse processo de exclusão e com vistas a construir uma nova realidade social no país, destaca-se a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012³ que dispõe sobre o ingresso de estudantes das camadas populares nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Conhecida como Lei de Cotas, esse dispositivo assegura, como regra geral, a reserva de 50% das vagas ofertadas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a alunos que tenham cursado integralmente todas as séries do ensino fundamental ou do ensino médio, em escolas da rede pública de ensino, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os outros 50% de vagas permanecem destinados à ampla concorrência. Importante ressaltar, também, que essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que define as condições gerais de reservas de vagas, bem como, estabelece a sistemática de acompanhamento da reserva dessas vagas (BRASIL, 2012).

Importante destacar, contudo, que a promulgação da referida lei é resultado de um longo debate anterior, e de iniciativas de reservas de vagas para grupos específicos da sociedade que já vinham sendo adotadas por algumas instituições públicas de ensino superior, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desde 2003 e a Universidade de Brasília (UNB), desde 2004. Sua implantação, no entanto, ainda é fruto de intensos debates em nossa sociedade, com argumentos contrários e a favor à medida. Provocado juridicamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade, em 2012, que as ações afirmativas são constitucionais e consideradas essenciais para a redução de desigualdades.

Com relação às instituições públicas de ensino superior, Fonseca (2009) destaca que seus defensores argumentam que as cotas possuem significativa relevância neste nível de formação, uma vez que seria a partir desta etapa que se observa maior possibilidade de mobilidade social em virtude da troca de experiências e da aquisição de conhecimentos científicos, econômicos, políticos e sociais.

³ Em linhas gerais, esta lei determina que 50% das vagas oferecidas em cada curso e turno serão reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente todos os anos do ensino fundamental ou médio em escolas públicas. No preenchimento dessas vagas reservadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, 50% deverá ser reservada a estudantes oriundos de famílias com renda per-capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Essas vagas reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda per-capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência. A proporção de preenchimento dessas vagas encontra-se detalhada na referida Lei e no Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012, que a regulamenta.

No caso específico das instituições federais de ensino técnico de nível médio, a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, prevê em seu art. 4º que metade das vagas oferecidas em cada curso e turno serão destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas da rede pública de ensino. Sendo assim, nos editais destinados à seleção de alunos para ingresso nos diversos cursos técnicos e superiores oferecidos pelos Campi do IF Sudeste MG (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais) estão previstas as condições de ingresso estabelecidas na legislação mencionada anteriormente (BRASIL, 2012).

Importante destacar, no entanto, que, de acordo com o declarado no próprio texto da lei, o atendimento dos dispositivos relacionados à reserva de vagas seria realizado de forma gradativa, sendo implementado, inicialmente, pelo menos 25% da reserva de vagas, até atingir o cumprimento integral em um prazo máximo de 4 anos. Dessa forma, os editais publicados pelo IF Sudeste MG, em setembro de 2012⁴, destinados à seleção de candidatos aos cursos de nível superior, com ingresso previsto no primeiro semestre de 2013, já previam a reserva de vagas conforme estipulado na Lei 12.711/2012. Naquela ocasião, no entanto, não foi prevista reserva de vagas do sistema de cotas para candidatos aos cursos técnicos. Já nos editais publicados em abril de 2013⁵, destinados à seleção de candidatos aos cursos de nível técnico e superior, com ingresso previsto no segundo semestre do mesmo ano, estava prevista a reserva de vagas em todos os cursos. Desde então, todos os editais do processo seletivo de ingresso de estudantes nos cursos oferecidos pelo IF Sudeste MG, preveem a reserva de vagas conforme estipulado na Lei de Cotas.

Outro aspecto que precisa ser abordado, diz respeito à Assistência Estudantil. Em 2007, por meio da Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro, o Ministério da Educação instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES a ser implementado a partir de 2008. De acordo com o próprio texto da Portaria, o programa foi pensado levando em consideração a “centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal” (BRASIL, 2007).

Posteriormente, por intermédio do Decreto Nº 7234 de 19 de julho de 2010, a execução das ações de assistência estudantil abrangeu, também, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, a previsão de recursos a serem destinados aos Institutos Federais

⁴ <https://copese.ifsudestemg.edu.br/node/4828> (Acessado em 23/09/2019)

⁵ <https://copese.ifsudestemg.edu.br/node/4827> (Acessado em 23/09/2019)

de Educação, Ciência e Tecnologia com vistas ao custeio de ações na área da assistência estudantil, associada à democratização do acesso de estudantes aos cursos oferecidos por estes institutos, alcançada com a Lei 12.711/2012, propiciou mudanças na rotina da CGAE (Coordenação Geral de Assistência ao Educando), do IF Sudeste MG / Campus Muriaé. Conforme previsto no Regimento Geral⁶ do IF Sudeste MG, a CGAE tem como competência, dentre outras, “propor e realizar, (...), programas e ações para melhoria das condições de acesso e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em toda a instituição” (IFSUDESTEMG, 2018).

É a percepção dessas mudanças que suscita o interesse em buscar conhecer o perfil social dos alunos cotistas, compreender a natureza das demandas encaminhadas por eles à CGAE, bem como, as razões que levam estes alunos a buscar o ingresso nos cursos técnicos integrados oferecidos pelo Campus Muriaé do IF Sudeste MG.

1.1. Justificativa

A presente pesquisa se justifica, na medida em que poderá contribuir para uma melhor compreensão a respeito das políticas de acesso e permanência de estudantes secundaristas nos cursos técnicos integrados da rede federal de educação profissional e tecnológica, com o advento da Lei de Cotas e do PNAES⁷. Somando-se a outros trabalhos já realizados nesse sentido no âmbito do ensino superior, poderá auxiliar no melhor entendimento do resultado das políticas públicas relacionadas à democratização do acesso, bem como, das ações de assistência estudantil voltadas para a manutenção da permanência do estudante cotista.

Destaca-se, sobretudo, a importância de tentar compreender as questões relacionadas à implantação da política de cotas para além da democratização do acesso, buscando conhecer melhor os aspectos alusivos à permanência desses estudantes no período dos três anos que duram os cursos técnicos integrados ao ensino médio no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica. O arcabouço de políticas sociais voltadas para a assistência estudantil no contexto das instituições federais de ensino técnico prevê, assim como, nas instituições federais de ensino superior, a destinação de recursos para programas de auxílio a estudantes oriundos das famílias de baixa renda. O auxílio financeiro tem por objetivo

⁶ <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/regimentos/regimento-geral/view> (Acessado em 03/04/2020)

⁷ PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), criado pela Portaria Normativa MEC nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e revisto pelo Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010, publicado pela Presidência da República.

contribuir para a permanência deste estudante em face das situações que possam surgir como complicadoras durante o período de formação.

Outro aspecto a ser destacado, está relacionado ao fato de que quando se fala em cursos de formação técnica, é natural que se associe a formação, diretamente, à possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. Portanto, justifica-se o presente estudo, também, pela perspectiva de que poderá permitir melhor compreensão das motivações destes alunos, podendo confirmar, ou não, a ideia de uma qualificação específica para o mercado de trabalho.

Por fim, num cenário de restrição geral de recursos financeiros por parte do Governo Federal, principalmente na matriz orçamentária destinada à educação, como o que se tem observado nos últimos anos, é de grande relevância conhecer os possíveis impactos dessa restrição junto aos alunos que têm demandado o apoio das políticas de assistência estudantil.

1.2. O problema e as questões de investigação

É importante ressaltar que as ações afirmativas relacionadas com a educação têm ocupado um espaço significativo no debate público atual. Um considerável número de pesquisas têm sido realizadas nos últimos anos, apresentando como público alvo, alunos cotistas dos cursos de nível superior das universidades públicas do país. Em consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁸, tendo como filtro teses de mestrado e doutorado, dos anos de 2017 e 2018, é possível encontrar diversos trabalhos nesse sentido que vão desde a tentativa de compreender o contexto de elaboração e criação das ações afirmativas até a compreensão de aspectos referentes ao acesso e permanência de estudantes cotistas nas universidades.

Oportuno destacar, no entanto, que a maioria dos trabalhos encontrados no referido catálogo, está relacionado, conforme já mencionado, a estudos que têm como público alvo, alunos cotistas de cursos de nível superior das universidades públicas. Utilizando-se os filtros descritos anteriormente, encontra-se um trabalho nessa consulta que se aproxima do objeto desta pesquisa, tendo como público alvo jovens do ensino médio técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ. O referido trabalho focou, especificamente, em jovens autodeclarados pretos e buscou investigar a trajetória escolar destes jovens.

⁸ Endereço eletrônico: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Conforme previsto na legislação citada anteriormente, a regra geral para o acesso às vagas destinadas a estudantes cotistas no âmbito das instituições federais de ensino técnico, nos cursos de formação técnica integrada de nível médio, é ter cursado integralmente todas as séries do ensino fundamental, em escolas públicas, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Subentende-se, a partir desse recorte, que a qualidade do ensino disponibilizado na rede pública de ensino, em geral, é inferior ao ofertado pela rede privada. Considerando que a forma de acesso se dá por processo seletivo, mediante a aplicação de provas, supõe-se que, na ausência da reserva de vagas, a maioria seria preenchida por alunos vindos das escolas particulares.

Para o desenvolvimento dessa proposta de pesquisa, utilizou-se como cenário de estudo o Campus Muriaé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Conforme previsto na Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, aproximadamente metade das vagas disponibilizadas em seus diversos cursos é reservada a estudantes que tenham cursado integralmente o período escolar anterior, em escola pública. Tomando como referencial o edital nº10/2017, de 06/09/2017, correspondente ao processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos, no 1º semestre de 2018, observa-se que do total de 140 vagas disponibilizadas pelo Campus Muriaé nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, 67 foram destinadas à ampla concorrência e 73 ao sistema de cotas.

Necessário considerar que, mesmo no universo de alunos cotistas, podem existir diferenças e desigualdades que demandem outros tipos de políticas e de intervenções do poder público que sejam capazes de contribuir para transformar em menos desigual o percurso formativo destes jovens. Assim, torna-se relevante levantar informações que permitam conhecer os desafios e as expectativas de diferentes alunos que ingressam nos três cursos técnicos integrados (Agroecologia, Eletrotécnica e Informática) da referida instituição de ensino, nas vagas destinadas às cotas. Desta forma, a investigação parte das seguintes indagações:

- a) Que políticas de Assistência Estudantil esses alunos têm demandado da instituição enquanto mantêm seu vínculo?
- b) Quais os desafios e as dificuldades apontadas por estes alunos para sua permanência e conclusão do curso?
- c) Quais as expectativas dos alunos cotistas que constituem as turmas do terceiro ano?

Assim, em linhas gerais, o presente trabalho se propôs a investigar junto aos alunos cotistas que se encontravam regularmente matriculados no 3º ano dos cursos técnicos

integrados⁹ de Agroecologia, Eletrotécnica e Informática, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé, a natureza das demandas levadas por eles à CGAE (Coordenação Geral de Assistência ao Educando), relacionadas ao programa nacional de assistência ao estudante; os possíveis desafios que tenham surgido durante sua formação; bem como, suas expectativas em termos de desenvolvimento pessoal.

1.3. Caracterização da metodologia de pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessário buscar um referencial teórico no campo da metodologia de pesquisa científica que fosse mais adequado ao estudo proposto. Dessa forma, inicialmente, é importante considerar que o objeto de estudo nas ciências naturais e nas ciências humanas – educação possui diferenças fundamentais. Enquanto a primeira lida com objetos externos, os quais podem ser conhecidos de maneira objetiva, as ciências humanas lidam com subjetividades, valores, emoções, sentimentos, que demandam a compreensão de cada caso em sua singularidade. Isso está diretamente relacionado ao fato de que, para estudar os fenômenos sociais, torna-se mais adequado utilizar um procedimento metodológico diferente do utilizado nas ciências naturais, de um modo geral (GOLDENBERG, 2004). Portanto, tendo em vista os aspectos característicos dos estudos no âmbito da educação e das ciências sociais, relacionados à diversidade e flexibilidade dos procedimentos a serem utilizados, a metodologia adotada no presente estudo encontra-se situada no marco referencial da pesquisa qualitativa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2014).

Na pesquisa qualitativa, a comunicação estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados evidencia-se como um aspecto fundamental para aquisição do conhecimento desejado. Assim, é indispensável um maior rigor e vigilância sobre as ações e as decisões do pesquisador. Para tanto, é necessário cuidado redobrado com a preparação dos instrumentos que irão auxiliar na coleta sistemática dos dados (GOLDENBERG, 2004).

As pesquisas qualitativas possuem a característica de ser multimetodológicas, permitindo a utilização de uma variedade de procedimentos e de instrumentos de coleta de dados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2014). Nesta pesquisa, foi utilizada,

⁹ No momento da realização desta pesquisa, o Campus Muriaé oferecia 4 cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo eles: Agroecologia, Eletrotécnica, Informática e Mecânica. Contudo, o curso de Mecânica foi implantado somente em 2020 e como o presente trabalho se propôs a conhecer a trajetória de alunos que se encontram no último ano de curso, ou seja, que entraram no ano de 2018, foram entrevistados apenas os alunos dos três cursos mais antigos: Agroecologia, Eletrotécnica e Informática.

num primeiro momento, uma revisão de literatura, buscando estabelecer um olhar comparativo a partir do conhecimento de outras pesquisas em torno da mesma temática. Em seguida, buscou-se a utilização de dados secundários, mediante a análise de documentos institucionais, que contribuíram na delimitação do perfil socioeconômico dos participantes e subsidiaram a definição do grupo amostral. Uma vez definida a amostra, as entrevistas semiestruturadas e a coleta de depoimentos junto ao público alvo possibilitaram maior aprofundamento na construção das percepções a respeito dos problemas levantados nesse estudo. Por fim, o fenômeno foi investigado à luz das informações coletadas nos diferentes procedimentos descritos.

1.4. Universo da Pesquisa

A partir da definição e seleção do grupo amostral, deu-se início à realização das entrevistas semiestruturadas com o objetivo de conhecer as demandas e perspectivas de alunos que haviam ingressado pelo sistema de cotas e que se encontravam regularmente matriculados nos cursos técnicos integrados de Agroecologia, Informática e Eletrotécnica oferecidos pelo Campus Muriaé do IF Sudeste MG.

O edital nº 10/2017¹⁰, de 06 de setembro de 2017 destinado à seleção de candidatos com ingresso previsto para o primeiro semestre de 2018¹¹ nos diversos cursos de nível técnico e superior oferecidos pelos Campi do IF Sudeste MG, assegurou a oferta de um total de 140 vagas distribuídas nos cursos técnico integrados de Agroecologia, Eletrotécnica e Informática, ofertados pelo Campus Muriaé. Desse total de 140 vagas, 67 foram destinadas à ampla concorrência e 73 ao sistema de cotas. Na Tabela 1, está detalhada a distribuição dessas vagas, conforme o edital nº 10/2017:

Tabela 1 - Distribuição das vagas reservadas ao sistema de cotas, por curso

CAMPUS MURIAÉ									
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio									
Cursos	Vagas reservadas pelo sistema de cotas*								Ação afirmativa (PRONAF)
	Renda familiar bruta igual ou inferior a R\$ 1.431,00				Independente de renda				
	Outras etnias	Outras etnias com deficiência	Pretos, Pardos, Indígenas	Pretos, Pardos, Indígenas com deficiência	Outras etnias	Outras etnias com deficiência	Pretos, Pardos, Indígenas	Pretos, Pardos, Indígenas com deficiência	
Agroecologia	7	1	9	1	6	1	9	1	2
Eletrotécnica	4	0	5	0	4	0	5	0	-
Informática	4	0	5	0	4	0	5	0	-

Fonte: IFSUDESTE MG, edital nº 10/2017. Adaptado pelo pesquisador.

¹⁰ <https://copese.ifsudestemg.edu.br/node/16100> (Acessado em 26/10/2019).

¹¹ Alunos que estão cursando o terceiro ano em 2020.

* Destinadas a alunos que cursaram todas as séries do Ensino Fundamental em Escola Pública.

É desse universo de 73 alunos que foram identificados os que ainda se encontram matriculados e frequentes no último ano de curso, e de onde se definiu a amostra selecionada para participar da entrevista semiestruturada. Essa amostra foi definida a partir da análise dos questionários socioeconômicos preenchidos por eles no ato da matrícula. Para a definição dessa amostra, foram considerados aspectos relacionados à diversidade existente entre eles, tendo sido observado: gênero, raça/etnia, renda familiar per capita, município e região onde reside (urbana ou rural).

1.5. Procedimentos para a constituição dos dados

Inicialmente, foi realizado um contato com a direção da instituição de ensino onde ocorreu a pesquisa com a finalidade de apresentar o projeto, explicitar as informações necessárias, bem como solicitar a assinatura da Carta de Autorização (Anexo 3). Além das entrevistas com os alunos, a autorização previu, também, o acesso aos dados necessários à elaboração do perfil socioeconômico, bem como, demais informações essenciais à identificação e seleção dos alunos que integram o grupo amostral da entrevista semiestruturada.

Após a formalização junto ao representante legal da instituição com relação aos procedimentos necessários à realização da pesquisa, foi empreendida, num primeiro momento, a análise dos documentos referentes ao perfil dos alunos a fim de identificar a existência de possíveis padrões e/ou discrepâncias, assim como, situações que se destacam. Em seguida, a partir dessa análise, foram selecionados os participantes que responderam às entrevistas.

Feita a seleção, estes alunos foram procurados e informados a respeito dos aspectos da pesquisa, além de consultados quanto ao interesse em participar da entrevista. Para aqueles alunos menores de idade, seus responsáveis também foram consultados. Tendo ocorrida a concordância por parte do aluno e de um responsável, foi solicitada a todos (ao aluno e ao responsável) a leitura e assinatura do TCLE e do Termo de Assentimento do Aluno.

Destaca-se, ainda, que todos foram comunicados sobre os detalhes da pesquisa e quanto à garantia do anonimato. Assim, nas situações em que, para fins de análise dos dados, foi necessária alguma referência ao participante, atribuiu-se um nome fictício.

1.6. Instrumentos utilizados

Com o intuito de permitir uma investigação mais aprofundada acerca do fenômeno em questão, optou-se por utilizar a entrevista semiestruturada. Trata-se de um recurso que

possibilita a obtenção de dados e informações a respeito dos fatos a serem investigados de forma mais livre, permitindo maior interação entre o pesquisador e o entrevistado e maior fluidez no assunto (BONI; QUARESMA, 2005; LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Não se pode perder de vista, contudo, que esse diálogo se dá de maneira metódica a partir de um roteiro previamente estabelecido. Este tipo de instrumento oferece a oportunidade de repetir ou esclarecer uma determinada pergunta, reformulá-la de maneira diferente, avaliar condutas e atitudes do entrevistado (GIL, 2008).

Foram utilizadas, também, as informações provenientes do questionário socioeconômico preenchido pela instituição na ocasião da matrícula, referente às turmas de ingresso do grupo amostral e constantes na análise dos relatórios de avaliação produzidos pelo setor de serviço social da Coordenação Geral de Assistência ao Educando.

As entrevistas foram previamente agendadas com os alunos e, inicialmente, foi proposta sua realização na própria instituição onde estudam, em local adequado, que oferecesse a privacidade necessária e respeitando a disponibilidade de cada entrevistado. Porém, conforme detalhado mais adiante, foram necessárias algumas adaptações para a sua realização. Os áudios foram integralmente gravados em arquivo de mídia digital, mediante a utilização de um aparelho “smartphone” previamente configurado com aplicativo adequado para esta finalidade.

O roteiro de entrevista foi submetido a pré-testes com o intuito de medir a adequação das questões formuladas em relação aos objetivos propostos na pesquisa, bem como, o tempo de duração. Essa medida possibilitou algumas correções anteriores ao trabalho de campo e um melhor planejamento do cronograma referente à coleta de dados.

1.7. Uma situação inesperada: a ocorrência de uma pandemia e seus impactos nesta pesquisa científica

1.7.1. Panorama geral

Os primeiros registros relacionados ao surgimento de uma nova cepa de coronavírus, que ainda não havia sido identificada em seres humanos, surgiram na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada no dia 31 de dezembro de 2019, por autoridades chinesas, a respeito da ocorrência de vários casos de pneumonia naquela cidade. E apenas uma semana depois, no dia 07 de janeiro

de 2020, as autoridades confirmaram que haviam identificado a existência de um novo tipo de coronavírus (OPAS¹², 2020).

No dia 11 de janeiro de 2020, foi registrado, oficialmente, o primeiro óbito causado pela doença na China. Em 21 de janeiro, foi registrado o primeiro caso de contaminação nos Estados Unidos, sendo este, portanto, o primeiro caso do continente americano. Os primeiros registros de pessoas contaminadas foram confirmados na Europa em 24 de janeiro e na Austrália, em 25 de janeiro. No continente africano e na América Latina, os primeiros casos da doença COVID-19 foram registrados no mesmo dia, em 25 de fevereiro de 2020, sendo que este primeiro caso latino-americano foi no Brasil (UFRS¹³, 2020). Em apenas 3 meses, o vírus se espalhou por mais de 150 países e territórios.

A taxa de letalidade da COVID-19 varia de um país para outro e mesmo de uma localidade para outra, dentro de um mesmo país. Essa variação depende do número de casos graves manifestados e da capacidade da rede de saúde de tratar desses casos. Quanto mais pacientes fiquem doentes ao mesmo tempo e apresentem sintomas graves demandando suporte médico-hospitalar, mais difícil se torna atender de maneira satisfatória a todos os casos, elevando a taxa de letalidade da doença. No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, a letalidade está, neste momento (27/04/2021), em 2,7%, sendo 14.369.423 casos confirmados de infecção pela doença e 391.936 óbitos acumulados desde o início da pandemia, que teve o primeiro caso registrado no país em 25/02/2020 (MINISTÉRIO DA SAÚDE¹⁴, 2020).

Em atendimento às recomendações feitas pela OMS, governos nacionais e autoridades locais em países do mundo todo, implantaram medidas de restrições à circulação de pessoas e ao funcionamento de comércio, serviços e indústria. Essas medidas visaram evitar a aglomeração de pessoas, proporcionando uma desaceleração na taxa de contágio e, consequentemente, o surgimento de casos graves que levariam ao colapso dos sistemas de saúde e a altas taxas de mortalidade pela doença.

1.7.2. O impacto da pandemia no âmbito da educação

Em geral, ambientes educacionais, em todos os níveis de ensino presencial, se caracterizam pelo grande afluxo de pessoas, que circulam por diversos ambientes deste tipo de

¹² OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde): trata-se de uma organização internacional especializada em saúde, criada em 1902 e dedicada a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. A OPAS é integrada à OMS (Organização Mundial da Saúde) e também faz parte da OEA (Organização dos Estados Americanos) e da ONU (Organização das Nações Unidas). <https://www.paho.org/pt/brasil>.

¹³ UFRG <https://www.ufrgs.br/coronaviruslitoral/uma-breve-linha-do-tempo/>

¹⁴ Ministério da Saúde. Dados obtidos no portal <https://covid.saude.gov.br/>, em 27/04/2021, às 15h13min.

estabelecimento e se agrupam, sobretudo, em salas de aula. Sendo assim, no âmbito da educação, o MEC (Ministério da Educação), publicou no dia 17 de março de 2020, a Portaria Nº 343, dispondo “sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19” (MEC, 2020). Em linhas gerais, a referida portaria autorizava, em caráter excepcional, a todas as instituições de “educação superior integrante do sistema federal de ensino”, a substituírem as aulas presenciais “por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação”, por um prazo de até 30 dias, podendo ser prorrogado (MEC, 2020). O texto da portaria dizia ainda:

Art. 1º (...)

§ 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.

Dois dias depois, em 19 de março de 2020, o MEC publica a Portaria Nº 345, alterando em alguns pontos a 343, mas mantendo, na íntegra, o § 2º, do artigo 1º citado acima. No dia 15 de abril de 2020 o MEC publica a Portaria Nº 395, prorrogando a autorização para a substituição das aulas presenciais por mais 30 dias. A Portaria Nº 473, publicada em 12 de maio de 2020, prorrogou, novamente, por mais 30 dias, a autorização prevista no Art. 1º da Portaria Nº 343. Finalmente, com a publicação da Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020, o MEC estendeu até 31/12/2020 a autorização para a substituição das aulas presenciais “por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais” e revogou as Portarias Nº 343, 345 e 473 (BRASIL – MEC, 2020). Com isso, a Portaria Nº 544, trouxe a seguinte disposição:

Art. 1º (...)

§ 2º Será de responsabilidade das instituições a definição dos componentes curriculares que serão substituídos, a disponibilização de recursos aos alunos que permitam o acompanhamento das atividades letivas ofertadas, bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.

No dia 1 de dezembro de 2021, o MEC publicou a Portaria Nº 1.030, determinando o retorno das atividades letivas na forma presencial, em todas as instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino, a partir de 04 de janeiro de 2021. Tal medida trouxe muita polêmica, questionamentos e manifestações contrárias, o que obrigou o MEC a publicar em 07 de dezembro de 2020 a Portaria Nº 1.038, estendendo o retorno das atividades letivas na forma presencial para 1 de março de 2021, sendo “recomendada a observância de protocolos de biossegurança para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 (MEC, 2020).”

As duas instituições do âmbito da educação, às quais essa pesquisa está diretamente relacionada, foram impactadas pelo avanço da pandemia e também adotaram medidas visando ao controle da disseminação da doença. Uma, é a UFV (Universidade Federal de Viçosa) à qual esta pesquisa está vinculada por meio do PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação) com a finalidade de obtenção do título de Magister Scientiae, após sua conclusão. A outra é o IF Sudeste MG (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais), onde estão matriculados os estudantes objeto deste estudo.

Com o avanço da doença no Brasil, no dia 13 de março de 2020 a UFV (Universidade Federal de Viçosa) publicou nota oficial destacando que desde o dia 19 de fevereiro vinha desenvolvendo “ações de planejamento para enfrentamento do problema nos seus três campi” (UFV, 2020¹⁵). No dia seguinte, em 14 de março de 2020, o presidente do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e reitor da UFV, professor Demetrius Davi da Silva, publica o Ato CEPE 17/2020, que:

(...) suspende ad referendum do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE, as aulas de todos os campi e em todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino médio, ensino técnico, graduação e pós-graduação), bem como as datas e prazos estabelecidos em seus respectivos calendários escolares do ano de 2020, a partir do dia 16/03/2020, por tempo indeterminado.

Nota-se que mesmo antes do MEC autorizar a substituição das aulas presenciais por aulas remotas, seguindo as recomendações de distanciamento social proferidas pela OMS e por autoridades sanitárias do mundo todo, a UFV suspende as aulas de todos os campi, em todos os níveis de ensino, por tempo indeterminado. Essa deliberação está em consonância com o que diversas outras instituições federais de ensino superior vinham fazendo. Mais do que justificável, essa medida foi essencial para evitar a rápida disseminação da doença entre alunos, servidores e demais membros da comunidade que utilizam as instalações da UFV.

É importante destacar que as portarias publicadas pelo MEC que autorizam a substituição das aulas presenciais “por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais”, também determinam que fica sob “responsabilidade das instituições”, dentre outras atribuições, “a disponibilização de recursos aos alunos que permitam o acompanhamento das atividades letivas ofertadas”. Nesse sentido, cada instituição desenvolveu seu planejamento de acordo com os recursos disponíveis e segundo um cronograma que fosse possível executar, para fins de

¹⁵ UFV (Universidade Federal de Viçosa) <https://www.ufv.br/coronavirus/>

substituição das aulas presenciais por atividades remotas. Assim, com o intuito de identificar a situação dos estudantes em relação às condições de acesso a recursos tecnológicos, a Pró-reitora de Ensino da UFV divulgou no dia 18/05/2020, consulta on-line aos alunos, para o preenchimento de formulário eletrônico, buscando levantar tais informações¹⁶. No dia 06/07/2020 a UFV divulgou nota sobre as etapas de planejamento para a retomada de aulas de forma remota¹⁷. Finalmente, em 16/07/2020, a UFV divulga notícia informando que o CEPE aprovava o reinício das atividades letivas da pós-graduação, com oferecimento de disciplinas remotas e calendários escolares específicos para cada campus. De acordo com a divulgação, o retorno do 1º semestre letivo da pós-graduação ficou previsto para o dia 3 de agosto e o término em 16 de outubro. E o 2º semestre letivo ficou previsto para ocorrer de 9 de novembro de 2020 a 12 de fevereiro de 2021¹⁸. Dessa forma, as aulas da pós-graduação estiveram totalmente suspensas entre 16/03/2020 e 03/08/2020.

O IF Sudeste MG, assim como a UFV e inúmeras outras instituições que atuam na área da educação, também adotou medidas semelhantes. No dia 16/03/2020, o IF Sudeste MG divulgou nota à comunidade, informando a suspensão das aulas e das demais atividades presenciais nos seus 10 campi e na reitoria, a partir do dia 17/03/2020, por prazo indeterminado¹⁹. Essa suspensão foi oficializada pela publicação da Portaria-R nº 216, de 16/03/2020²⁰. Em 22/04/2020, o IF Sudeste MG publica a Portaria-R nº 279²¹, instituindo em cada campi e na Reitoria os Comitês Locais de Enfrentamento da Covid-19 para atuar em conjunto com o Comitê de Acompanhamento e Avaliação da Situação do Novo Coronavírus (Covid-19), instituído pela Portaria-R nº 211/2020, de 13/03/2020. Por meio da publicação da Portaria-R nº 383²², de 16/06/2020, o IF Sudeste MG instituiu o Projeto Reencontro com a finalidade de construir uma proposta coletiva, envolvendo diversos segmentos da comunidade, com a participação de servidores e estudantes, visando o planejamento de ações de biossegurança e de contingências a serem executadas, bem como, propor e organizar uma série de atividades relacionadas a capacitações de servidores e estudantes direcionadas para a implementação de tecnologias e plataformas interativas voltadas para o ensino on-line e de EaD (IF SUDESTE MG, 2020).

¹⁶ UFV: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32515>

¹⁷ UFV: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32749>

¹⁸ UFV: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32810>

¹⁹ IFSUFDESTEMG: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/comunicado-suspensao-das-atividades-por-tempo-indeterminado-a-partir-de-17-03/nota-a-comunidade.pdf>

²⁰ IF SUDESTE MG: <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/33895>

²¹ IF SUDESTE MG: <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/35206>

²² IF SUDESTE MG: <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/37314>

Por fim, com base nas ações desenvolvidas pelas comissões criadas com a implantação do Projeto Reencontro, é elaborado novo calendário acadêmico²³ e regulamento específico, com a proposição de implantação do ERE (Ensino Remoto Emergencial) no âmbito do IF Sudeste MG. Dessa forma, os campi que compõem a referida instituição retomaram as aulas na modalidade remota, no dia 14/09/2020. O regulamento do Ensino Remoto Emergencial foi aprovado pelo CONSU (Conselho Superior) mediante a publicação da Resolução nº 32/2020²⁴, de 28 de agosto de 2020.

1.7.3. O impacto da pandemia no desenvolvimento desta pesquisa

É importante destacar que todas as medidas relatadas até aqui foram necessárias e indispensáveis para o enfrentamento da doença. Contudo, com a suspensão de todas as atividades presenciais, tanto na UFV, quanto no IF Sudeste MG, foi necessário repensar algumas etapas e procedimentos desta pesquisa, adequando-os a esta nova realidade que se impôs.

Conforme proposto inicialmente, foi previsto o acesso aos dados dos alunos registrados nas fichas de matrícula utilizadas pela Secretaria e nos questionários socioeconômicos aplicados pelo setor de Assistência Social. O acesso a estas informações foi planejado com o intuito de possibilitar que se traçasse um perfil socioeconômico dos alunos, bem como, levantar demais informações essenciais à identificação e seleção daqueles que iriam compor o grupo amostral da entrevista semiestruturada. Tendo em vista a suspensão de todas as atividades presenciais no âmbito do IF Sudeste MG e a implantação do trabalho remoto, tanto a Coordenação Geral de Assuntos e Registros Acadêmicos, onde ficam armazenadas as fichas de matrícula dos alunos, quanto o setor de Assistência Social, onde ficam armazenados os questionários socioeconômicos, ficaram fechados. Somente algumas atividades consideradas essenciais continuaram sendo executadas, em momentos muito específicos, contando com a presença de servidores nas dependências do IF Sudeste MG. Sendo assim, não foi possível o acesso direto às fichas dos alunos onde continham as informações que se pretendia buscar.

Nessa etapa inicial foi necessária, então, uma mudança na estratégia de acesso aos dados, tendo sido encaminhado e-mail aos servidores responsáveis pelos setores em questão solicitando-lhes o repasse das informações de que dispunham ou de que tinham acesso de forma

²³ IF SUDESTE MG: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/unidades/riopomba/diretorias-sistemicas/ensino/calendario-academico/calendario-cursos-tecnicos/view>

²⁴ IF SUDESTE MG: https://sig.ifsudestemg.edu.br/sigrh/public/colégiados/filtro_busca.jsf

remota. O volume de dados disponibilizados nesta etapa foi menor do que havia sido previsto inicialmente, porém, mesmo assim, foi possível traçar um perfil dos alunos e construir gráficos, conforme poderá ser visto mais adiante no tópico “Resultados e Discussão”.

A etapa seguinte da pesquisa previa a realização de entrevistas semiestruturadas, antecipadamente agendadas com os alunos e realizadas, preferencialmente, na própria instituição onde estudam, em local adequado, que oferecesse a privacidade necessária e respeitando a disponibilidade de cada entrevistado. As atuais circunstâncias exigiram, também nesta etapa, uma adequação, em razão da impossibilidade de se abordar os alunos selecionados e realizar as entrevistas de maneira presencial. Após a análise socioeconômica inicial, uma vez identificados e selecionados os alunos a serem submetidos à entrevista semiestruturada, foi solicitado por e-mail à CGARA a disponibilização do contato telefônico destes alunos. Tendo sido atendida a solicitação, foi feito contato com cada um deles por meio de aplicativo de mensagem comumente utilizado em aparelhos smartphones. Para o primeiro contato, foi redigida uma mensagem padrão encaminhada com um documento anexo, de uma página, em formato PDF, onde foram apresentados de forma um pouco mais elaborada a proposta da pesquisa e seus objetivos. A mensagem padrão encaminhada a cada aluno por aplicativo de mensagens, ficou assim redigida:

Prezado (a) _____, bom dia!

Meu nome é Alexandre Lopes Rodrigues e sou aluno do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (PPGE-UFV).

Conforme documento em anexo, minha dissertação de mestrado tem como objetivo investigar junto aos alunos cotistas que se encontram regularmente matriculados no 3º ano dos cursos técnicos integrados de Agroecologia, Eletrotécnica e Informática oferecidos pelo Campus Muriaé do IF Sudeste MG, possíveis dificuldades e desafios enfrentados durante o curso; as estratégias utilizadas para a superação dessas dificuldades; bem como, suas expectativas em termos de desenvolvimento pessoal e profissional.

O motivo deste contato é convidá-lo a participar de uma das etapas de minha pesquisa. Sua participação é muito importante, pois pode oferecer subsídios para a proposição de ações e ampliação das políticas que contribuam para a permanência dos alunos. Assim, gostaria que me informasse o melhor horário para entrar em contato telefônico com você para que eu possa lhe explicar melhor as etapas da pesquisa e, se estiver de acordo, agendarmos a entrevista que, para a segurança de todos, também deverá ser feita por telefone e gravada.

Espero poder contar com sua participação.

Obrigado!

Em seguida, tendo sido realizado o agendamento do contato telefônico com aqueles que responderam à mensagem, no dia e horário combinados, foram realizadas as ligações e apresentados mais detalhes da pesquisa, bem como, os termos de consentimento e assentimento. Uma vez que o estudante tenha aceitado participar da entrevista, foi tratada, então, da maneira mais conveniente e segura de se colher as assinaturas nos referidos termos, respeitando as recomendações de distanciamento social. Finalmente, colhidas as assinaturas e arquivados os termos, foram realizados os agendamentos das entrevistas, propriamente ditas. Feitas as ligações, os áudios foram integralmente gravados em arquivo de mídia digital durante a chamada telefônica, para posterior transcrição e análise. Importante ressaltar que, tendo em vista a disponibilidade de inúmeras plataformas e/ou aplicativos para utilização em notebooks, tablets e smartphones, outras opções poderiam ter sido utilizadas para a gravação das entrevistas, como: Google Meet, Zoom, Skype, dentre outros. Contudo, isso implicaria na disponibilidade de pacotes de dados para internet, que não estavam acessíveis a alguns dos entrevistados. Dessa forma, optou-se pela estratégia de contato de menor custo para eles, acessível a todos.

1.8. Seleção dos participantes da entrevista semiestruturada

Conforme já apresentado, essa pesquisa visa identificar junto a alunos cotistas de três dos quatro cursos técnicos integrados ofertados pelo Campus Muriaé do IF Sudeste MG, quais as expectativas, as possíveis dificuldades e os desafios enfrentados por estes alunos durante o curso. Além disso, busca conhecer, também, as estratégias empregadas para a superação dessas dificuldades e desafios.

Para a consecução dos objetivos propostos, após a caracterização geral do perfil socioeconômico dos estudantes, foi prevista a realização de uma entrevista semiestruturada, com uma amostra dos beneficiados pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, buscando identificar as expectativas futuras e os desafios presentes, na visão destes alunos. Nessa etapa, buscou-se identificar uma amostra que fosse representativa da variabilidade da população, de maneira que fosse possível alcançar todos os sujeitos elegíveis para a entrevista.

Para fins de realização da entrevista, havia, inicialmente, um universo de 34 (trinta e quatro) alunos dos três cursos técnicos integrados (agroecologia, eletrotécnica e informática), que entraram em 2018, beneficiados pelo programa de assistência estudantil, a partir do qual foi identificada e selecionada uma amostra de estudantes. Com o objetivo de identificar os

alunos a serem entrevistados nessa etapa da pesquisa, foram utilizados alguns critérios a fim de se chegar àqueles em que, com base nas informações socioeconômicas, se encontrariam em situação de maior vulnerabilidade.

Inicialmente, é preciso considerar que desse universo de 34 (trinta e quatro) alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil, há alunos que não entraram pelo sistema de cotas, ou seja, concorreram às vagas dos cursos destinadas à seleção pela ampla concorrência. Embora seja um número reduzido de alunos, isso ocorre porque há casos em que mesmo o aluno tendo disputado a vaga pela ampla concorrência, sua condição socioeconômica o qualifica a receber o auxílio previsto pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil. Sendo assim, considerando que o foco da pesquisa são os alunos cotistas, é necessário excluí-los do universo destinado à identificação daqueles que participarão da entrevista semiestruturada. Dessa forma, como são apenas 4 (quatro) alunos, o universo da amostra é reduzido de 34 (trinta e quatro) para 30 (trinta) alunos. No universo de alunos que concorreram às vagas pelo sistema de cotas, é importante destacar que o principal critério é ter estudado todas as séries do ensino fundamental em escola pública. Portanto, esses 30 (trinta) alunos são todos oriundos de escola pública.

Num segundo momento, com base numa relação de condições socioeconômicas utilizadas pelo setor de assistência social do Campus Muriaé para fins de seleção dos beneficiados pelo programa de assistência estudantil, foi elaborada uma tabela na qual foram atribuídos pesos conforme a relevância que cada condição poderia ter na determinação dos desafios e dificuldades a serem enfrentados pelos alunos. Dessa forma, foram utilizados os seguintes parâmetros para atribuição de pesos como critério de seleção dos alunos a serem entrevistados:

- Faixa de renda familiar bruta mensal em salários mínimos:

Tabela 2 – Critério de peso: Renda familiar

Critério	Pontuação
Renda Familiar	
1 – Até 1 salário mínimo	5
2 – Acima de 1 até 2 salários mínimos	4
3 – Acima de 2 até 3 salários mínimos	3
4 – Acima de 3 até 5 salários mínimos	2
5 – Acima de 5 até 10 salários mínimos	1
6 – Acima de 10 até 20 salários mínimos	0
7 – Acima de 20 salários mínimos	0

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

- Região/local onde reside:

Tabela 3 – Critério de peso: Local onde reside

Critério	Pontuação
Local onde reside	
1 – Distrito	1
2 – Propriedade rural (sítio, fazenda, etc.)	1
3 – Bairro	0

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Com a atribuição de pesos a cada aluno conforme os critérios mencionados acima, os 30 (trinta) alunos cotistas beneficiários do programa de assistência estudantil foram classificados em ordem decrescente, conforme a pontuação obtida. Essa relação ficou distribuída por turma e curso conforme a tabela abaixo:

Tabela 4 – Distribuição dos alunos conforme a turma

Turma / Curso	Quantidade de alunos
Técnico em Agroecologia - TIAGE04001 (INT) - A (2018)	06
Técnico em Agroecologia - TIAGE04001 (INT) - B (2018)	09
Técnico em Eletrotécnica - TIELT04002 (INT) - (2018)	11
Técnico em Informática - TIINF04003 (INT) - (2018)	04
Total	30

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Num terceiro momento, foram levadas em consideração dentro desse universo de 30 (trinta) alunos, as 3 (três) maiores pontuações obtidas com base nos critérios apresentados nas tabelas 1 e 2, acima. A pontuação desses 30 (trinta) alunos variou entre o mínimo de 1 e o máximo de 6 pontos. Assim, tivemos 1 (um) aluno com 6 (seis) pontos, que foi a maior pontuação, 9 (nove) alunos empatados com 5 (cinco) pontos e outros 14 (quatorze) alunos empatados com 4 (quatro) pontos, a terceira maior pontuação. Esses 24 (vinte e quatro) alunos ficaram distribuídos por turma e curso conforme a tabela abaixo:

Tabela 5 – Seleção inicial dos alunos por turma

Turma / Curso	Quantidade de alunos
Técnico em Agroecologia - TIAGE04001 (INT) - A (2018)	05
Técnico em Agroecologia - TIAGE04001 (INT) - B (2018)	07
Técnico em Eletrotécnica - TIELT04002 (INT) - (2018)	10
Técnico em Informática - TIINF04003 (INT) - (2018)	02
Total	24

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Num quarto momento, buscou-se identificar aqueles que fossem representativos deste universo de 24 (vinte e quatro) alunos. Para tanto, foram convidados a participar da entrevista

semiestruturada, cinco alunos, respeitando a ordem decrescente de pontuação dos matriculados em cada um dos três cursos técnicos, conforme distribuição a seguir, segundo o curso/turma:

Tabela 6 – Seleção dos alunos por turma.

Turma / Curso	Quantidade de alunos
Técnico em Agroecologia - TIAGE04001 (INT) - B (2018)	1
Técnico em Agroecologia - TIAGE04001 (INT) - A (2018)	1
Técnico em Eletrotécnica - TIELT04002 (INT) - (2018)	2
Técnico em Informática - TIINF04003 (INT) - (2018)	1
Total	5

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Havendo recusa em participar da entrevista por parte de algum aluno convidado, o convite foi feito ao próximo nome constante na listagem na ordem decrescente de pontuação, segundo o curso no qual está matriculado.

Conforme previsto no projeto de pesquisa, no tópico Confidencialidade dos dados, é indispensável a garantia do sigilo e o respeito à privacidade dos entrevistados. Assim, foram atribuídos nomes fictícios a estes cinco alunos selecionados para a entrevista semiestruturada. Para tanto, de maneira bastante simples, optou-se por levantar os nomes masculinos e femininos mais utilizados para registrar o nascimento nos cartórios de registros civis do Brasil²⁵ no ano de 2018. Dentre estes nomes, foram utilizados aqueles que não correspondiam a nomes de alunos que entraram nas turmas de 2018, matriculados em um dos cursos técnicos integrados objeto deste estudo. Assim, os cinco alunos selecionados estão identificados nas análises por: Enzo, Heitor, Laura, Sophia e Lorena.

1.8.1. Caracterização dos alunos selecionados para a entrevista semiestruturada

Dentre os cinco alunos que compõem o grupo amostral que respondeu à entrevista semiestruturada, dois possuíam, na ocasião da entrevista, 17 anos, e três possuíam 18 anos de idade. Dois deles estavam matriculados no curso de agroecologia, dois no curso de eletrotécnica e um no curso de informática. Importante destacar, também, que, conforme informações constantes no documento disponibilizado pelo setor de assistência social do campus Muriaé, dois entrevistados se autodeclararam pardos e os outros três entrevistados se autodeclararam brancos. Quatro entrevistados informaram a renda familiar bruta de até um salário mínimo e um entrevistado informou a renda familiar bruta entre um e dois salários mínimos. Três entrevistados são moradores de Muriaé, sendo que um deles reside na zona rural do município.

²⁵ <https://transparencia.registrocivil.org.br/inicio>

Os outros dois entrevistados são residentes do município de Miradouro, sendo que um deles reside na zona rural daquele município. Durante o curso, um destes alunos oriundos do município de Miradouro, mudou-se para Muriaé, vindo a residir numa república de estudantes. O outro, residente da zona rural, mudou-se para a casa da avó, localizada na sede daquele município. Resumidamente, a caracterização dos entrevistados pode ser visualizada na tabela a seguir:

Tabela 7 – Caracterização dos entrevistados

Entrevistados ²⁶	Curso	Local de moradia	Idade	Cor declarada
Enzo	Agroecologia	Miradouro (Zona rural)	17 anos	Parda
Laura	Agroecologia	Muriaé (Zona urbana)	18 anos	Branca
Sophia	Informática	Miradouro (Zona urbana)	17 anos	Branca
Lorena	Eletrotécnica	Muriaé (Zona urbana)	18 anos	Parda
Heitor	Eletrotécnica	Muriaé (Zona rural)	18 anos	Branca

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

1.9. Análise dos dados

Com relação à análise dos dados, conforme aponta Chizzotti (2006, p. 98), “a escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador”. Considerando os instrumentos de coleta de dados aqui utilizados e o aspecto metodológico proposto para este estudo, entende-se ser mais adequado o uso da técnica Análise de Conteúdo, para fins de interpretação dos dados coletados. A função primordial dessa técnica é o desvendar crítico, buscando alcançar significados e manifestações contidos nas falas dos sujeitos. Dessa forma, é por meio da técnica apropriada de análise que se dá sentido aos dados coletados no campo de pesquisa (BARDIN, 2011). Nas palavras de Bardin (2011, p. 31) “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

Importante ter em mente que o interesse não pode residir na mera descrição dos conteúdos das entrevistas, mas sim, conforme sugere Bardin, no que estes conteúdos poderão nos fazer conhecer após serem devidamente tratados e analisados. Dessa forma, ela organiza as fases da análise de conteúdo no que chama de três polos cronológicos: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e o 3) tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

²⁶ Conforme já mencionado na metodologia, no tópico 2.5.4. Seleção dos participantes da entrevista semiestruturada, os nomes aqui utilizados são fictícios.

Na primeira fase (pré-análise), realizou-se uma leitura inicial das transcrições das entrevistas. Tomando por base os objetivos propostos para este estudo, buscou-se identificar padrões e levantar hipóteses que possibilitaram a elaboração de indicadores que subsidiaram e fundamentaram a interpretação final.

Em seguida, passou-se à fase da exploração do material, em que se propôs proceder à codificação de todo o material selecionado e organizado na primeira fase. As informações foram sistematizadas e organizadas a partir de critérios de codificação e classificação do material que surgiu a partir do trabalho realizado na fase inicial. Para tanto, tomou-se por base palavras, temas, impressões, observados de maneira mais recorrente.

Na última etapa, foi operacionalizado o tratamento dos resultados com a proposição de inferências e a interpretação das informações à luz do referencial teórico proposto para o estudo.

1.9.1. Categorias de análise

No presente estudo, foi utilizado um roteiro de entrevista (Anexo 4) constituído de 41 questões organizadas em três blocos temáticos correspondentes ao conjunto de informações que se pretende obter, assim divididos: 1) Condições de permanência; 2) Percurso e vivência; 3) Perspectivas de futuro.

2. O ENSINO TÉCNICO INTEGRADO E AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NO IF SUDESTE MG

2.1. Alguns aspectos conceituais

Conforme já mencionado neste trabalho, quando se diz que o modelo de educação adotado numa determinada época reflete o contexto das relações sociais existentes, fica implícita a ideia de que existe uma relação entre a forma como a sociedade se estrutura social e economicamente e a maneira como a educação é ofertada à população. Em outras palavras, existe uma relação profunda entre trabalho e educação. Para compreender esta relação, faz-se necessário adotar uma postura epistemológica a partir da qual se utilizará um determinado referencial teórico para tentar explicá-la.

É fundamental compreender o contexto histórico, social e econômico em que a ideia de se conceber um espaço voltado para o ensino e a aprendizagem, a escola, surge na história da humanidade. Para esse exercício, será tomado, inicialmente, como parâmetro, o referencial trazido pelo professor espanhol Mariano Fernandez Enguita.

Nos capítulos de um a quatro do livro *A face oculta da Escola: Educação e trabalho no Capitalismo*, Enguita, professor catedrático de Sociologia da Universidade de Salamanca (Espanha), traça um panorama histórico do processo de concepção e evolução do trabalho desde suas formas mais básicas no período feudal, até a atualidade, dentro do sistema capitalista avançado.

Inicialmente, ele nos esclarece que a concepção que temos do trabalho na atualidade “como uma atividade regular e sem interrupções, intensa e carente de satisfações intrínsecas” (1989, p. 03), é recente e é resultado de uma construção social ao longo da história da humanidade. Como consequência, essa concepção de trabalho, por sua vez, está associada a um conjunto de “males” da modernidade, tais como: ansiedade, estresse, insegurança, dentre outros.

Para traçar o panorama de mudanças que possibilitaram chegar ao modelo de trabalho atual, ele retorna à economia de subsistência e apresenta as características intrínsecas ao trabalho naquele período. No contexto histórico, pré-industrial, o trabalho era voltado para “satisfazer uma gama limitada e pouco cambiante de necessidades” (1989, p. 07). “O trabalhador decide o que produzir, como produzi-lo, quando e a que ritmo” (1989, p. 07). Noutras palavras, “decidem sua duração, sua intensidade e suas interrupções” (1989, p. 09). Além disso, tanto a vida familiar, como a vida social, as atividades de consumo e o ócio, ocorrem num mesmo lugar, num mesmo espaço.

Na sociedade industrial há uma completa separação entre o trabalho e o ócio, entre o trabalho e a vida social, entre o trabalho e a convivência familiar, entre o trabalho e o espaço destinado ao consumo. Em contraposição ao período pré-industrial, os indivíduos já não possuem “a capacidade de controlar e determinar por si mesmos seu processo de trabalho” (1989, p. 09). Não controlam a duração nem a intensidade de seu trabalho. Submetem-se aos ritmos impostos pelas máquinas e ao planejamento dos escritórios. Numa sociedade industrializada, “a imensa maioria das pessoas não conta com a capacidade de decidir qual será o produto de seu trabalho” (1989, p. 09).

Enguita afirma que o primeiro passo para a transição da economia de subsistência a uma economia industrial ocorreu quando o trabalhador - camponês ou artesão - começou a produzir para a troca, rompendo com a relação direta entre a produção e as necessidades. Assim, surgiu a ideia do excedente de produção, despertando o indivíduo para a noção de que se produzir mais poderá trocar mais. O segundo passo “é a conversão do trabalhador independente em trabalhador assalariado” (1989, p. 14). Ocorrendo o que Marx denominou como a subordinação formal do trabalho ao capital. Caracteriza-se pela completa alienação do trabalhador em relação ao produto e aos meios de produção. Este segundo passo foi mais difícil e cheio de percalços.

O autor enumera os seguintes processos na transformação do trabalho: dissociação do objetivo de satisfação das necessidades próprias e alheias; perda, por parte do trabalhador, do controle sobre seu processo de trabalho; passagem de um processo orientado pela qualidade, para um orientado pela otimização do tempo; perda do controle, por parte do trabalhador, sobre a regularidade e a intensidade do trabalho; passagem de um processo de trabalho composto de múltiplas tarefas distintas, para um, de realização reiterada e rotineira com um reduzido número de tarefas.

A introdução de máquinas no processo produtivo, a reorganização do trabalho com sua decomposição em tarefas simples a serem executadas separadamente (Taylorismo) e a implantação das linhas de montagem e/ou produção (Fordismo), subordinam completamente o trabalhador à mecanização e à rotinização do ritmo do trabalho, desprovendo-o de qualquer autonomia e satisfação pela atividade que executa.

O autor enfatiza que a expansão do capitalismo é caracterizada como um processo prolongado, marcado por lutas de classes e enfrentamentos políticos. Neste processo de lutas, os camponeses foram praticamente arrancados do campo e os artesãos com seus ofícios tradicionais foram levados à ruína e à dissolução. Assim, a organização do trabalho tal como a

conhecemos, hoje, “é o resultado de uma longa cadeia de conflitos (...) entre os patrões e os trabalhadores” (ENGUIITA, 1989, p. 27).

Inicialmente, os trabalhadores resistiram a essa nova ordem, abandonando seus postos de trabalho, entregando-se ao alcoolismo, executando as tarefas com baixa qualidade e, até mesmo, praticando pequenas sabotagens.

O camponês e o artesão independentes, na Europa, não aceitaram de bom grado o trabalho assalariado com a rigidez e a intensidade trazidos pela industrialização, o que também ocorreu com os povos habitantes das terras colonizadas na Ásia, América e África. Isso fez com que surgissem “diversos sistemas disciplinares” com o objetivo de “submeter os trabalhadores à disciplina fabril”.

De todas as estratégias utilizadas para integrar os indivíduos às novas relações sociais de produção, a escola de massas foi a mais eficiente e duradoura. Se para a aculturação dos adultos percorreu-se um caminho até muitas vezes cruel e desumano, a aculturação dos futuros trabalhadores assalariados poderia ser feita de maneira bem menos rude. Segundo o autor (ENGUIITA, 1989, p. 113):

Se os meios para dobrar os adultos iam ser a fome, o internamento ou a força, a infância (os adultos das gerações seguintes) oferecia a vantagem de poder ser modelada desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho.

Neste contexto, a organização escolar foi pensada de forma que “gerasse nos jovens os hábitos, as formas de comportamento, as disposições e os traços de caráter mais adequados para a indústria” (ENGUIITA, 1989, p. 114). Por conseguinte, em sua concepção no mundo ocidental, no ambiente escolar, assim como na indústria, comportamentos como pontualidade, precisão, disciplina, obediência, compostura, são enfatizados e colocados em primeiro plano, relegando para um segundo plano o ensino e a instrução, propriamente ditos.

Nos capítulos de cinco a oito, Enguita aprofunda a reflexão em torno das práticas escolares voltadas à reprodução de uma hierarquia social já previamente estabelecida. Neste sentido, ele argumenta que na escola tal qual a conhecemos na atualidade, “a trama de relações sociais materiais que organizam a experiência cotidiana e pessoal do aluno” (1989, p. 137) se dá “com a mesma força ou mais do que as relações sociais de produção o fazem com a experiência do operário na fábrica ou do pequeno produtor no mercado” (1989, p. 137). Dessa maneira, ele demonstra a necessidade de se libertar das concepções idealistas da escola a qual

era vista apenas como um espaço de reprodução de ideias, para a compreensão de que a escola também é cenário e trama de relações sociais materiais complexas.

Conforme Foucault (1976) apud Enguita (1989), o Século das Luzes foi também o das disciplinas. Espaços como a prisão, o hospital, o exército, o trabalho e a escola foram pensados e organizados com base em “normas, regras e controles disciplinares destinados a sufocar a iniciativa e a individualidade” (ENGUITA, 1989, p. 141). Dentro dessa concepção, o ambiente escolar, mais especificamente, foi pensado com o propósito de exercer a doutrinação ideológica e a inculcação do respeito pela autoridade, bem como, a formação de uma mão de obra dócil disposta a aceitar sua posição através da modelagem de seu caráter e de seus hábitos de conduta, sufocando a diversidade e a individualidade das pessoas em nome de um padrão comportamental.

Outros autores também corroboram os apontamentos feitos por Enguita quanto à necessidade de docilização dos indivíduos no âmbito do desenvolvimento da sociedade capitalista e estendem a utilização dessa estratégia a outros espaços de convivência social, conforme nos mostra Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987, p. 291):

Nas escolas dominicais que a Igreja da Inglaterra organizou em diversas vilas, durante as décadas de 1790 e 1800, dava-se a mesma ênfase (eventualmente num tom mais paternalista) à disciplina e à repressão do que nas escolas de Stockport ou de Halifax. A sua finalidade, de acordo com as várias descrições, muito semelhantes entre si, era desenvolver ‘um espírito de diligência, parcimônia e piedade’, nos filhos dos pobres.

Ainda, segundo Thompson (1987, p. 292):

As pressões em favor da disciplina e da ordem partiam das fábricas, por um lado, e das escolas dominicais, por outro, estendendo-se a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta. Juntamente com os instrumentos disciplinares das fábricas, das igrejas, das escolas, dos magistrados e dos militares, havia outros meios semioficiais para se impor um comportamento moralizado e disciplinado.

Enguita apresenta-nos, ainda, as considerações de Althusser, para quem, segundo ele (Enguita), o modelo de sociedade e, por consequência, a concepção das instituições existentes no seio dessa sociedade, são construídos com base em práticas existentes nas relações materiais estabelecidas nela. Sendo assim, o modelo de escola que conhecemos é representação fiel das relações materiais existentes na sociedade capitalista na qual estamos inseridos. As desigualdades existentes no seio da sociedade capitalista, onde uns são detentores dos meios de produção, enquanto outros detêm a força de trabalho, também se fazem presente na escola com a formação de líderes e governantes de um lado e a de trabalhadores assalariados de outro.

Assim, “as atitudes, disposições, etc., desenvolvidos no contexto escolar serão logo transferidas a outros contextos institucionais e sociais” (ENGUITA, 1989, p. 146).

Nesse sentido, Enguita afirma que as considerações apresentadas por Christian Baudelot e Roger Establet, em que a partir da análise do sistema escolar francês conceberam a formulação da existência de duas redes escolares, a escola dual, já mencionada neste trabalho, basearam-se no modelo de análise proposto por Althusser.

Para atingir seus objetivos de reproduzir e contribuir para manter a estratificação social existente no seio da sociedade capitalista, a característica mais comum aos estabelecimentos escolares é a obsessão pela manutenção da ordem. Para que esta manutenção da ordem seja possível, faz-se necessário que se estabeleçam relações de autoridade e hierarquia, da mesma forma que estarão estabelecidas e sob as quais os indivíduos também deverão se submeter, quando se incorporarem ao mundo do trabalho. Nesta concepção de educação, as características individuais, os valores culturais, as experiências preexistentes, são submetidos pela força da autoridade e da hierarquia a padrões pré-definidos de comportamento e a conhecimentos que deverão ser incorporados por todos. Estes padrões, por sua vez, serão mensurados pelas notas e avaliações (ENGUITA, 1989).

No entanto, como a educação tem sido repensada e revista no contexto da sociedade capitalista atual, sob a ótica do pensamento neoliberal? A esse respeito, Luiz Antônio Cunha, no livro *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, nos apresenta os aspectos estruturantes da formação do pensamento pedagógico e educacional, no que diz respeito ao papel da educação na atualidade. Para isso, examina as formulações básicas da doutrina liberal, a saber: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia.

Com relação ao individualismo, o autor apresenta as formulações do pensador John Locke, que compreendia que o homem em seu estado natural estava submetido somente à lei da natureza que era baseada em três direitos naturais: o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Com cada indivíduo, separadamente, tentando impor seus próprios direitos, gerou-se uma situação de disputa que resultava em confusão, conflito e insegurança. Daí a necessidade de constituição de um governo para regular a vida em sociedade a fim de “permitir a cada indivíduo o desenvolvimento de seus talentos, em competição com os demais, ao máximo de sua capacidade”. Dessa forma, prevalecia o entendimento de que “o único responsável pelo sucesso ou fracasso de cada um é o próprio indivíduo” (CUNHA, 1985, p. 29).

Quanto ao princípio da liberdade, ele está profundamente ligado ao individualismo e “presume que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, em virtude de seus talentos e aptidões” (CUNHA, 1985, p. 29).

No que diz respeito à propriedade, também é compreendida como direito natural do indivíduo, conforme apresentado por Locke. Toda a riqueza e bens acumulados pelo esforço próprio de cada indivíduo não pode ser usurpado pelo Estado, que pelo contrário, existe para protegê-la.

A igualdade na doutrina liberal está restrita à ideia de que todos os indivíduos devem ser iguais perante a lei. Todos têm igual direito à vida, à liberdade, à propriedade. Porém, como “os homens não são individualmente iguais, é impossível querer que sejam socialmente iguais” (CUNHA, 1985, p. 31). Assim, “a doutrina liberal reconhece as desigualdades sociais e o direito que os indivíduos mais talentosos têm de ser materialmente recompensados” (CUNHA, 1985, p. 33).

A correlação de forças estabelecida na busca pela satisfação dos princípios do individualismo, da liberdade, da propriedade e da igualdade demanda a democracia. Assim, por meio da representação parlamentar procura-se estabelecer um governo pautado pelos interesses e expectativas da maioria. E qual seria o papel da educação escolar na construção da sociedade liberal?

Segundo Cunha, o pensamento liberal entende que a escola tem o papel de despertar e desenvolver os talentos e aptidões individuais de cada indivíduo, contribuindo para que cada um ocupe na sociedade “a posição que seus dotes inatos e sua motivação determinarem”, “levando a sociedade a ser hierarquizada com base no mérito individual” (CUNHA, 1985, p. 35).

Há três teóricos liberais que se destacam dentre os demais, por verem a educação como um direito a ser garantido pelo Estado a todos, sem qualquer distinção. São eles: Condorcet, Lepelletier e Horace Mann.

Condorcet (Jean Antoine Nicolas de Caritat) defendia que o Estado “deve assegurar a cada cidadão o gozo dos seus direitos, intervindo na supressão das desigualdades”. Dessa forma, cabia ao Estado a oferta de um “sistema público e gratuito de educação com a finalidade de estabelecer a igualdade de oportunidades” (CUNHA, 1985, p. 39). Neste sentido, a educação precisa ser emancipadora, garantindo “às crianças os conhecimentos que lhes permitirão se bastar em todas as circunstâncias (materiais, políticas e morais)” (CUNHA, 1985, p.40). Para

ele, “o que interessa é que toda criança, qualquer que seja a sua condição, possa usufruir integralmente do seu direito de saber” (CUNHA, 1985, p. 41).

Louis-Michel Lepelletier de Saint-Fargeau também preconizava a gratuidade, bem como, a igualdade e a obrigatoriedade do ensino. E Horace Mann (1971, p. 54, apud CUNHA, 1985, p. 44), considerado precursor de John Dewey, argumentava que “a educação, mais do que qualquer outro instrumento de origem humana, é a grande igualadora das condições entre os homens”.

Dentre os pensadores contemporâneos, as concepções de John Dewey sobre a “pedagogia da escola nova”, destinada à “reconstrução da sociedade”, é uma das que mais exerceram influência na atualidade (CUNHA, 1985, p. 45). Segundo ele (1959, p. 130, apud CUNHA, 1985, p. 46), “é objetivo da educação progressista contribuir para abolir os privilégios indevidos e as injustas privações, e não para perpetuá-los”. O sucesso desse objetivo depende da “adoção de métodos educativos apropriados”, criando-se nas escolas “uma projeção do tipo de sociedade” que se pretende realizar. Dessa forma, “à medida que a escola passar a produzir pessoas diferentes, estará contribuindo para a mudança da sociedade”.

Anísio Teixeira foi o expoente do pensamento de Dewey, no Brasil. Sua vasta obra pedagógica é toda voltada para a aplicação desse pensamento. Segundo Anísio Teixeira, o desafio da escola é “tornar-se o aparelho de equalização de oportunidades econômicas e sociais de cada indivíduo” (TEIXEIRA, 1936, p. 352-353 apud CUNHA, 1985) habilitando-o a participar da vida.

Contudo, é importante destacar as dificuldades e os desafios que se colocam para a efetivação desse modelo ideal de escola. Dificuldades estas que vão desde o fato de que a oportunidade de escolarização não é assegurada a todos, e o “atendimento do sistema educacional é extremamente desigual entre as diversas regiões do país”. Passa pela existência de uma grande desigualdade na qualidade da educação ofertada, bem como, pelo fato de que as pessoas possuem aptidões diferentes, que são determinadas por diversos fatores sociais. Noutras palavras, “os determinantes das diferenças intelectuais são as situações de classe” (CUNHA, 1985, p. 55).

No contexto da ordem econômica capitalista, é indispensável que os mecanismos de reprodução da desigualdade sejam dissimulados com a utilização de discursos como o utilizado no âmbito da educação que “fazem crer que o sucesso ou o fracasso escolar são produto único das razões de ordem intelectual”, disfarçando, assim, “tanto os seus próprios mecanismos de discriminação quanto os da própria ordem econômica” (CUNHA, 1985, p. 57).

Do ponto de vista da política pública educacional brasileira, há dois pontos de divergência: um em relação à pedagogia da escola nova e outro em relação à doutrina liberal. A pedagogia da escola nova faz críticas às “tentativas de se utilizar a escola como instrumento de preparação para ocupações, pois reconhece que isso reforçaria as diferenças de classe existentes”. No entanto, “a política educacional brasileira sempre optou pela profissionalização compulsória” e a “iniciação para o trabalho” (CUNHA, 1985, p. 58). Já a doutrina liberal entende a consolidação do estado democrático pela igualdade de condições na participação dos indivíduos nos mecanismos de disputa do poder. No Brasil, por outro lado, o Estado se empenha em inviabilizar o acesso das camadas mais populares aos canais de participação política.

Em todas as áreas das políticas públicas, o Estado – brasileiro – está sempre empenhado em manter e reproduzir a lógica do sistema capitalista, dissimulando os mecanismos de discriminação e reprodução das desigualdades, sempre submetido aos interesses da ordem econômica estabelecida e comprometido com a manutenção do estado das coisas.

Levando em conta as reflexões em torno da “Face Oculta da Escola”, propostas por Enguita, a ideia de uma escola voltada para a formação profissional em nível técnico, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pode ser considerada uma opção clara e inequívoca por um modelo de educação literalmente voltado para atender às necessidades de produção vigentes no mundo capitalista no qual estamos inseridos. O mesmo pode ser dito se tomarmos por referência as reflexões trazidas por Luiz Antônio Cunha a respeito do papel da educação no desenvolvimento social num contexto de sociedade neoliberal. Contudo, no seio dessas instituições educacionais que oferecem formação profissional em nível médio técnico, reflexões e debates fazem-se presentes entre professores, alunos, comunidade e demais profissionais da educação, a respeito do modelo dessa formação. Importante considerar que, apesar de toda uma estratégia educacional pensada e elaborada para a reprodução da ordem capitalista vigente, existem, no interior das escolas, atitudes de resistência e contraposição a esta ordem. Estas atitudes, se bem compreendidas e trabalhadas, podem redirecionar a concepção e organização escolares para algo mais abrangente e mais representativo da diversidade existente no seio da sociedade.

2.2. A educação profissional no Brasil

Tendo em vista que o presente trabalho tem como cenário o Campus Muriaé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, é de fundamental importância buscar compreender o processo histórico de desenvolvimento da educação no

Brasil sob a perspectiva da educação profissional, para que seja possível situar, do ponto de vista temporal e conceitual, o contexto em que estão inseridos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Segundo Moura (2007), desde o descobrimento até o início do século XIX, a educação no Brasil era basicamente propedêutica e destinada quase que exclusivamente às elites, com o objetivo de formar futuros dirigentes, sendo-lhes assegurado o conhecimento das Ciências, das Letras e das Artes. Ao restante da população, praticamente lhes era negado o acesso. Esta segregação que garantia a alguns o direito à educação e ao conhecimento, enquanto os negava a outros, reflete o contexto das relações sociais existentes à época, numa sociedade cuja economia girava em torno da monocultura da cana de açúcar e da mineração. O Brasil caracterizava-se, portanto, por possuir uma economia predominantemente agrária, sendo que, de acordo com o recenseamento do império, realizado em 1872, apenas 10,41% da população residente no país, encontrava-se na zona urbana²⁷ (IBGE, 1872).

No início do século XIX, surge por iniciativa do então Príncipe Regente, D. João, a promulgação de medidas destinadas a organizar uma estrutura de educação profissional mínima, porém ainda incipiente. São criadas por ele a Escola das Fábricas em 1809 e a Escola de Belas Artes em 1816. Posteriormente, ainda dentro dessa perspectiva de formação de mão de obra, D. Pedro II cria em 1861 o Instituto Comercial, no Rio de Janeiro (MOURA, 2007). Tratavam-se de medidas ainda muito pontuais, cujo acesso, até aquele momento, se restringia a pequenos grupos nos poucos aglomerados urbanos existentes. Cabe destacar, ainda, que mesmo essa iniciativa reflete uma visão dualista e fragmentada da educação, pautada, de um lado, na preparação para os estudos superiores e, de outro, na preparação imediata para o mercado de trabalho, refletindo as relações de desigualdade de classes existente (CIAVATTA, 2011).

Como uma nação caracterizada do ponto de vista do desenvolvimento econômico e tecnológico por uma industrialização tardia, em descompasso com as principais nações europeias, somente no século XX, se percebe no país, de forma mais efetiva, iniciativas governamentais voltadas para a formação profissional com o objetivo de atender à crescente demanda da indústria por mão de obra qualificada (MOURA, 2007).

²⁷ Os resultados finais do Recenseamento do Império realizado em 1872 revelaram que o Brasil possuía, então, 9.930.478 habitantes.

A preocupação com a formação de operários qualificados para o exercício profissional nas indústrias que começavam a se desenvolver no país leva, então, à criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, mediante a assinatura do Decreto nº 7.566, em 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha (FONSECA, 1986). Essas escolas eram destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Nesta mesma época, como reflexo, ainda, da forte presença do setor agrário na economia do país, foi organizado, também, o ensino agrícola. Importante destacar que a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, pelo então presidente Nilo Peçanha, é considerada o marco legal de criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2009).

Finalmente, nos anos 30, sobretudo sob a liderança do presidente Getúlio Vargas, é que o processo de industrialização se torna o eixo central das medidas políticas e econômicas adotadas no Brasil. Por consequência, isso se reflete na reestruturação da educação básica a ser ofertada à população. Por meio do movimento armado que ficou conhecido como a Revolução de 30, o presidente Getúlio Vargas assumiu o governo provisório no dia três de novembro de 1930. E, apenas 11 dias após assumir, precisamente no dia 14 de novembro daquele ano, é publicado o Decreto nº 19.402, criando o Ministério da Educação e Saúde Pública. Sendo esta data considerada como o marco legal de criação do Ministério da Educação na história do Brasil (FGV, 2020). Nesta ocasião, no entanto, já está consolidada, na concepção educacional brasileira, uma estrutura completamente dual, marcada pela diferenciação entre os percursos formativos destinados aos filhos da elite e os destinados aos filhos da classe trabalhadora (MOURA, 2007).

A Teoria da escola dual, apresentada por Baudelot e Establet, fundamenta-se na concepção de que assim como a sociedade capitalista é dividida em duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, essa divisão reflete-se, também, no tipo de educação a ser ofertada aos grupos formados em cada uma dessas classes (SAVIANI, 2012). Da mesma forma, as contradições estruturais do sistema capitalista podem ser percebidas na constituição da visão de uma escola assentada no conhecimento e outra em suas missões sociais. Para a formulação dessa teoria exposta no livro *L'école Capitaliste en France* (1971), seus autores Baudelot e Establet realizaram uma análise estatística dos fluxos escolares na França, tentando explicar as relações existentes entre a escola e a sociedade francesa. Foi produzido numa época em que diversos autores abordavam a temática da educação sob o ponto de vista do referencial teórico da Sociologia cujos trabalhos produzidos exerceram significativa influência em educadores e pesquisadores da educação ao redor do mundo (VASCONCELLOS, 2003).

Considerando que, no contexto da sociedade capitalista, a escola constitui-se como um aparelho ideológico de reprodução das relações que definem essa sociedade, a escolarização reproduz esta divisão, estando, também, dividida em duas redes, conforme formulado por Baudelot e Establet: uma a qual estes autores chamam de secundário-superior (S.S.) e outra a qual chamam de primário-profissional (P.P.) (SAVIANI, 2012).

A escolarização primário-profissional, mais ampla e abrangente, era destinada à educação da classe trabalhadora, voltada para a formação dos trabalhadores manuais que ocupavam os postos de trabalho de menor prestígio e menor remuneração. O conhecimento a ser transmitido a estes, seria apenas o essencial para o desenvolvimento das atribuições profissionais que lhes competiam. Já a escolarização secundário-superior, mais restrita e exclusiva, era destinada à formação dos representantes da elite econômica e política, voltada para a formação de lideranças que tinham os cargos de alta direção nas empresas, bem como, os cargos públicos e os postos políticos mais elevados. Sua formação seria abrangente, envolvendo conhecimentos científicos mais aprofundados, humanidades, artes, dentre outros (SAVIANI, 2012).

O processo de industrialização iniciado nos anos 30, no Brasil, modificou e modernizou as relações de produção na sociedade brasileira, de tal maneira, que fortaleceu a burguesia industrial emergente em contraposição à oligarquia agrária, levando demandas de várias naturezas para as camadas dirigentes. Nesse sentido, Romanelli (1986, p. 59), afirma que

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado.

Para atender a essas demandas, foi promulgado, na década de 1940, um conjunto de decretos-lei que tinham por objetivo normatizar e reestruturar o sistema educacional brasileiro. Conhecida como Reforma Capanema, em alusão a Gustavo Capanema, o então Ministro da Educação, esse conjunto de decretos-lei recebeu o nome de Leis Orgânicas da Educação Nacional (ROMANELLI, 1986). Em perfeita sintonia com as concepções de uma educação dualista, conforme formulada por Baudelot e Establet, são criadas e aprovadas leis específicas voltadas para a formação profissional, estabelecendo-se como um novo marco temporal nesse sentido. Nesse contexto, bem como afirmam Araújo e Rodrigues (2010, p.53) “no momento em

que nasce o empresariado industrial brasileiro nasce também uma ideologia para justificá-lo (Sic)”.

Nessa direção, o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transforma as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas²⁸, bem mais adequadas à necessidade de formação de mão de obra para atender às demandas da indústria que começava a se desenvolver intensamente. Em decorrência do crescimento desse setor da economia do país, tem-se, ainda em 1942, e no bojo desse conjunto de decretos-leis, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. E, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Nas décadas seguintes, segue-se a criação dos demais serviços que viriam a compor o sistema “S” (BRASIL, 2009).

Esse arcabouço legal do início dos anos de 1940 consolida a não equivalência e o distanciamento entre os cursos técnicos e os cursos propedêuticos. Para os primeiros (cursos técnicos), são elaborados currículos voltados à preparação para o trabalho, predominando a função profissionalizante em nível médio. Para os segundos, (cursos propedêuticos), são vinculados currículos de formação geral, enciclopédicos, enfatizando uma distinção social que acaba sendo mediada pela educação (CIAVATTA, 2011).

Mediante a essas reformas, o discurso oficial disseminava a ideia de que era possível estabelecer uma relação direta entre a formação profissional e o emprego. Conforme sugere Saviani (2012), o pressuposto por trás dessa lógica educacional é o de que o ensino secundário, bem como, o ensino normal, são destinados a formar a elite condutora do país. Ao passo que o ensino profissional se destina a formar os filhos de operários para o trabalho manual. Acentua-se, na política educacional brasileira, o caráter dualista de sua concepção e o papel de reproduzir a estrutura social vigente, conforme é destacado pelo autor (SAVIANI, 2008, p. 269):

Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado, dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior;

28 Este decreto estabelece, em suas disposições preliminares, a rede de estabelecimentos de ensino industrial constituindo-o em quatro grandes áreas: escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. Institui no Distrito Federal a Escola Técnica Nacional com a oferta de cursos técnicos, industriais e pedagógicos; e a Escola Técnica de Química, ofertando o curso de química industrial. Institui a Escola Nacional de Minas e Metalurgia em Ouro Preto – MG, ministrando os cursos de mineração e metalurgia; e Escolas Técnicas Federais, ofertando cursos técnicos, pedagógicos, industriais e de mestría nas seguintes cidades: Manaus – AM, São Luiz – MA, Recife – PE, Salvador – BA, Vitória - ES, Niterói - RJ, São Paulo – SP, Curitiba – PR, Pelotas – RS, Belo Horizonte – MG e Goiânia - GO. Institui, ainda, as seguintes Escolas Industriais Federais, ministrando exclusivamente cursos industriais e de mestría: Belém - PA, Teresina – PI, Fortaleza – CE, Natal – RN, João Pessoa – PB, Maceió - AL, Aracajú - SE, Salvador – BA, Campos – RJ, São Paulo – SP, Florianópolis - SC, Belo Horizonte – MG e Cuiabá - MT. Por fim, extingue todos os estabelecimentos federais de ensino industrial criados por leis anteriores, destinando toda a sua estrutura e corpo de servidores para os estabelecimentos instituídos pelo referido Decreto-lei.

corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ao tipo de ensino as profissões e ofícios requeridos pela organização social.

Com o fim da era Vargas, que durou de 1930 a 1945, e o restabelecimento da normalidade democrática, foi promulgada em 1946 uma Constituição de inspiração ideológica de viés ainda mais liberal. Nesse novo contexto da história nacional, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, organiza uma comissão de educadores com o propósito de estudar, elaborar e apresentar uma nova reforma geral da educação nacional. Tendo sido elaborado e apresentado à Câmara Federal em 1948, esse projeto ficou em discussão por longos 13 anos e, somente em 1961, foi votada e aprovada a Lei 4.024, constituindo-se na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (ROMANELLI, 1986).

Antes, porém, da promulgação da primeira LDB, as Escolas Industriais e Técnicas que haviam sido criadas pelo Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, foram transformadas no ano de 1959, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, em autarquias, sendo-lhes atribuído o nome de Escolas Técnicas Federais. Essa nova configuração assegurou a estas instituições alguma autonomia didática e de gestão. Isso permitiu uma intensificação na formação de técnicos na perspectiva do desenvolvimento de uma mão-de-obra qualificada, apta a atender às demandas surgidas em virtude do processo de aceleração da industrialização, sobretudo, no ramo automotivo (BRASIL, 2009).

Retomando à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 4.024, de 1961, Romanelli (1986) argumenta que, do ponto de vista da estrutura tradicional do ensino, quase nada mudou em relação ao que a legislação anterior previa. Por outro lado, ela aponta como possível contribuição dessa nova lei uma menor rigidez na fixação de um currículo único para todo o território nacional, configurando-se numa certa descentralização no planejamento, garantido alguma autonomia aos Estados. Porém, mesmo neste caso, a autora destaca que as escolas terminaram montando os currículos mediante sua disponibilidade de recursos materiais e humanos. Além disso, essa autonomia era limitada, pois deveriam ser observados determinados parâmetros que foram pré-fixados pelo Conselho Federal de Educação, que, neste caso, propunha quatro modelos de currículos que poderiam ser adotados. Cabia à escola selecionar um deles, sendo permitido aos estabelecimentos e ao Estado adicionar algumas disciplinas optativas a um dos currículos mínimos pelo qual manifestassem preferência (ROMANELLI, 1986).

Outra contribuição da Lei 4.024, de 1961, foi garantir aos discentes a continuidade dos estudos no ensino de nível superior. Até então, somente aqueles que tivessem passado pelo percurso formativo do ensino colegial, poderiam ascender diretamente, mediante processo

seletivo, à educação de nível superior. Os estudantes do ensino profissional precisavam, à época, percorrer um caminho mais longo. Para que estes pudessem tentar uma vaga numa das instituições que ofereciam cursos de nível superior precisariam, primeiro, ser aprovados em exames de provas e conhecimentos visando à equiparação com o colegial. Somente após serem aprovados nesses exames, poderiam buscar o acesso a um curso superior (MOURA, 2007).

Em que pese essa mudança, Moura (2007) reitera que, na prática, o caráter dualista da educação nacional permaneceu. Isso ocorreu, tendo-se em vista que a linha de ensino direcionada para o prosseguimento de estudos em nível superior seguiu, favorecendo em seus processos seletivos de acesso, os conteúdos curriculares predominantemente exigidos no percurso formativo colegial, em detrimento dos conteúdos empenhados na formação profissional, que eram mais voltados para o mundo do trabalho.

Durante o período da ditadura militar, que compreendeu os anos de 1964 e 1985, novas mudanças ocorreram na legislação educacional brasileira, reconfigurando a organização das instituições educacionais e dos conteúdos curriculares. Inicialmente, é preciso destacar que, em se tratando de um governo não democrático que trazia em si o autoritarismo característico dos governos autoritários, o novo marco regulatório da educação no Brasil foi elaborado nos gabinetes, sem a participação de pesquisadores, professores e estudantes (PAIVA, 2013).

Com a promulgação da Lei nº 5.692 de 1971, durante a ditadura militar, os ensinos de 1º e 2º graus foram completamente reformulados tendo como característica mais marcante a obrigatoriedade de implantação do ensino de 2º grau (atual ensino médio) profissionalizante. O discurso utilizado pelo governo para justificar a implantação da oferta obrigatória do ensino médio profissionalizante em todo o país, foi o de que visava atender a uma crescente demanda das classes mais populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização e qualificação profissional (VIEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016).

Essa concepção de formação humana é fundamentada tendo como princípio a hipótese de que existe uma relação direta e imediata entre educação e emprego. Essa ênfase na profissionalização se baseia na perspectiva de preparar uma mão de obra devidamente qualificada para atender à demanda do empresariado que vinha crescendo e assumindo o controle econômico do país e, por conseguinte, influenciando nas decisões e nas proposições políticas (BATTISTUS; LIMBERGER; CASTANHA, 2006).

O resultado prático da medida, no entanto, foi desastroso, pois as escolas não estavam preparadas para atender a essa nova demanda de formação estipulada por determinação legal, uma vez que não dispunham de estrutura material e física, bem como, de profissionais em

quantidade e com formação adequada (PAIVA, 2013). Além disso, em que pese o discurso oficial em torno da geração de oportunidades de emprego e superação das desigualdades, o resultado prático da proposição desse ensino profissionalizante foi a manutenção da estrutura vigente. Isso resultou na descaracterização do ensino propedêutico na rede pública, que poderia possibilitar o acesso ao ensino superior e, privilegiou como já dito, a formação técnica profissionalizante para a grande massa da população. Rebaixa-se, assim, o nível de ensino destinado às classes populares e se elitiza, ainda mais, o acesso às universidades (BATTISTUS; LIMBERGER; CASTANHA, 2006).

Nesse contexto, as Escolas Técnicas Federais readequadas pela última vez em 1959, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, enquadraram-se, perfeitamente, nos propósitos do regime militar, no que diz respeito à formação profissional. Assim, aumentaram consideravelmente o número de matrículas e foram implantados novos cursos técnicos (BRASIL, 2009).

Mantendo a lógica da educação profissional voltada para atender às demandas do capital, no ano de 1978, é promulgada a Lei nº 6.545, que transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Além das atribuições que já lhes eram características, esta mudança conferiu a elas mais uma atribuição, a de formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que, mais tarde, estendeu-se às outras instituições (BRASIL, 2009).

A Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, prevê em seu texto:

Art. 2º Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata o artigo anterior têm os seguintes objetivos:

I - ministrar ensino em grau superior:

a) de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos;

b) de licenciatura plena e curta, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas no ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos;

II - ministrar ensino de 2º grau, com vistas à formação de auxiliares e técnicos industriais;

III - promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a atualização profissional na área técnica industrial;

IV - realizar pesquisas na área técnica industrial, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços (BRASIL, 1978).

Passados 16 anos desde a transformação das Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, prevê a implantação gradativa dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante a edição de decreto federal específico para cada instituição. Os critérios para a emissão dos decretos deverão ser estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, sendo ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica. Dessa forma, sugere-se que as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais restantes serão progressivamente transformadas em CEFETs (BRASIL, 2009).

Posteriormente, a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, considerada como a segunda LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), delimitou a separação entre o ensino médio e o ensino técnico profissional, porém, sem aprofundar muito seu detalhamento no texto da lei. Para alguns educadores, a pluralidade de interesses que envolviam a temática e a multiplicidade de iniciativas apresentadas foi motivo de grandes polêmicas sobre o assunto, tornando sua abordagem difícil de ser trabalhada de forma mais precisa na nova LDB (GARCIA, 2000).

Sem conseguir avançar muito na elaboração de um texto mais detalhado a respeito do ensino profissionalizante a ser incluído na nova LDB, imediatamente logo após sua aprovação, o governo publicou, de maneira um tanto autoritária, o Decreto nº 2.208/97 de 17 de abril de 1997, regulamentando a educação profissional e criando o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Não se pode perder de vista, no entanto, o fato de que todas essas propostas relacionadas à educação profissional e abraçadas pelo governo sempre tiveram como pano de fundo a preocupação com a requalificação da mão de obra de maneira imediatista voltada para atender à demanda do mercado de trabalho (GARCIA, 2000; BRASIL, 2009).

O Decreto nº 2.208/97 possuía uma peculiaridade que era o fato de desvincular a educação profissional do ensino médio, acabando, assim, com a possibilidade do ensino técnico integrado ao ensino médio. Segundo o entendimento que embasava esse tipo de proposição, os currículos voltados para a formação profissional deveriam ser organizados em competências, compreendidas como comportamentos e atitudes esperados em situações de trabalho (CIAVATTA, 2011).

No desenrolar de todo esse processo, a transformação das antigas Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, iniciada em 1978 com a promulgação da Lei nº 6.545 e ampliada com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, ainda não estava totalmente concluída. Em meio a toda a complexidade e polêmica relacionadas às

mudanças na educação profissional no Brasil, em 1999, a transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFETs recebeu novo impulso, chegando em 2002, com a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica sendo composta por 140 estabelecimentos (BRASIL, 2009).

Em seguida, o Decreto nº 5.154/2004 revogou o Decreto nº 2.208/97, restabelecendo às instituições de ensino técnico de nível médio, a permissão para o ensino técnico integrado, refazendo um caminho interrompido (CIAVATTA, 2011).

Talvez, a transformação mais significativa com relação à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil tenha ocorrido mediante a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que, dentre outras medidas, instituiu no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, constituída pelas seguintes instituições com natureza jurídica de autarquias: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II.

Um dos grandes efeitos dessa transformação trazida pela Lei nº 11.892 de 2008 foi a significativa expansão do número de unidades e, conseqüentemente, da oferta de cursos e número de vagas. Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por 643 Campi²⁹. Importante destacar, ainda, que sob outra perspectiva, essa expansão se dá mediante uma nova concepção a respeito da educação profissional (CONIF, 2019).

2.3. Um outro olhar sobre a educação profissional e tecnológica no Brasil atual

Para adentrarmos uma reflexão relacionada à educação profissional no Brasil na atualidade, torna-se necessário retomar a análise a respeito da relação existente entre trabalho e educação. Maria Ciavatta traz algumas contribuições importantes, nesse sentido (CIAVATTA, 2019, p. 28):

Historicamente, observa-se que, à medida que a escola adquire a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, ela assume, também, as exigências da ordem social desenvolvida nos processos de trabalho, tais como

²⁹ CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), consulta realizada em 03/08/2019 na internet, no endereço eletrônico: <http://portal.conif.org.br/br/>.

disciplina, exatidão, submissão física, técnica e moral, cumprimento estrito dos deveres, pontualidade, contenção corporal e afetiva. Salvo os processos de resistência pedagógica e dos próprios trabalhadores, a escola tende a assumir os deveres impostos pela produção, os cursos breves para o trabalho simples, através dos mecanismos políticos e orçamentários do Estado; e relega a segundo plano, sob mil artifícios ideológicos, o direito à educação pública e de qualidade que fundamenta as demandas da sociedade civil.

Segundo a autora, no entanto, os fenômenos decorrentes do campo trabalho-educação explícitos na “educação artesanal, profissional, técnica e tecnológica não se esgotam no senso comum descritivo, nem nos argumentos empresariais, viabilizados pelas burocracias governamentais (CIAVATTA, 2019, p. 18).” É necessário buscar uma compreensão mais ampla do trabalho enquanto princípio educativo. Portanto, na atualidade, sua importância na educação do jovem não pode ser entendida de maneira restrita à preparação para o exercício disciplinado do trabalho. É preciso ir além. Ela deve envolver a obtenção de conhecimentos técnicos e científicos a respeito dos métodos de produção, bem como, a compreensão das relações e disputas de classe implícitas nas relações de trabalho e no campo da educação no contexto das sociedades capitalistas. Se por um lado é através do trabalho que o homem produz sua subsistência, seus meios de vida, por outro, também é no trabalho que o homem produz conhecimento, se educa e produz sociabilidade (CIAVATTA, 2019).

Quando se fala em educação profissional, associa-se instantaneamente a ideia de uma formação voltada para o mundo do trabalho. Necessário compreender, todavia, que mesmo a educação profissional é essencialmente constituída por categorias de método e de conteúdo que são elaborados e sistematizados com base no conhecimento advindo do campo da ciência humana (KUENZER; GRABOWSK, 2016).

É sabido, que os projetos pedagógicos formulados e introduzidos no sistema educacional, são vinculados ao desenvolvimento das forças produtivas existentes, buscando atender de forma intencional e sistematizada às necessidades da divisão social e produtiva vigente (KUENZER; GRABOWSK, 2016). O que, dado a estratificação social da sociedade, nos remete à noção de dualidade do sistema educacional, fundamentado em projetos educativos distintos para a elite e para a classe trabalhadora.

Dessa forma, a introdução de novas tecnologias na vida social e, sobretudo, no mundo do trabalho, tem modificado de maneira significativa as demandas relacionadas à educação profissional. Uma nova base tecnológica implica na aquisição de conhecimentos que possibilitem ao indivíduo adaptar-se a esse novo contexto, visando à aquisição de competências cognitivas que viabilizem a adequação do trabalhador a mudanças constantes. Esse contexto,

por sua vez, exerce uma pressão no sentido de se ampliar a demanda por escolarização, sobretudo, a de base tecnológica.

É necessário ressaltar que mesmo essa educação profissional e tecnológica é disponibilizada de forma desigual, segundo a origem de classe. Historicamente, aqueles que vivem do trabalho recebem uma educação voltada para a aquisição de conhecimentos genéricos que lhes possibilitem exercer, e aceitar, uma diversidade de tarefas num mercado flexibilizado. É uma educação voltada para a formação de um trabalhador “multitarefa”. Por outro lado, a educação destinada àqueles que irão ocupar os postos mais qualificados da cadeia produtiva, pressupõe o “desenvolvimento da competência de trabalhar intelectualmente em atividades de natureza científico-tecnológica (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p. 27).” A uns, a capacitação para o exercício de trabalhos simplificados, repetitivos, fragmentados, que exigem uma adaptação constante. A outros, uma educação de natureza científico-tecnológica num nível mais elevado, voltada para o exercício do trabalho de cunho mais intelectual. Segundo Kuenzer e Grabowsk (2016, p. 28):

A estratégia através da qual o conhecimento é disponibilizado/negado segundo as necessidades desiguais e diferenciadas dos processos de trabalho integrados é o que temos chamado inclusão excludente na ponta da escola. Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, através de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e na maioria das vezes meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas à autonomia intelectual, ética e estética.

O conhecimento científico tecnológico integrado à cultura e ao trabalho possui uma característica estratégica, relacionada ao desenvolvimento da inovação. Por essa razão, acaba tendo sua oferta mais controlada e possui um aspecto mais elitizado (KUENZER; GRABOWSK, 2016).

As demandas desiguais e diferenciadas de capacitação dos trabalhadores são resultado de uma reorganização do sistema produtivo, onde os arranjos flexíveis da cadeia de produção demandam uma qualificação da força de trabalho voltada para o desenvolvimento da capacidade de adaptação, num contexto profissional dinâmico e instável. Dessa forma, na atualidade, a existência de uma força de trabalho com qualificações desiguais e diferenciadas, que possam ser combinadas e submetidas a diferentes formas de contratação, são uma necessidade do atual estágio de desenvolvimento do sistema produtivo (KUENZER; GRABOWSK, 2016).

É imperativo, no entanto, tentar superar essa concepção de uma formação profissional enquanto treinamento do indivíduo, voltado apenas à sua capacitação para atividades manuais, e compreender a educação profissional sob o ideal de uma formação humana enquanto um processo que visa à ampliação do conhecimento e da possibilidade de leitura do mundo (CIAVATTA, 2019). A educação deve ser entendida sob a perspectiva de uma formação humana que tenha por base a compreensão da totalidade da vida social, tendo o “trabalho como atividade estruturante da vida humana em todo seu potencial, dignidade e ética (CIAVATTA, 2019, p. 28).” E mais do que isso (CIAVATTA, 2019, p. 28),

Se a realidade da escola a serviço do sistema capital cultiva o trabalho na sua negatividade, ela também oferece aos jovens a oportunidade de acesso aos conhecimentos técnicos, tecnológicos, científicos e histórico-sociais presentes no exercício teórico-prático da educação profissional. A totalidade social dos processos educativos não se esgota na alienação prevista pelo sistema, ela gera também a resistência que pode conduzir à sua superação.

Necessário, portanto, abordar o princípio educativo do trabalho sob uma perspectiva dialética, de maneira que a educação para o trabalho contemple a formação humana visando ao desenvolvimento amplo do “potencial intelectual, físico, afetivo de produção da vida, de compreensão dos processos sociais e de resistência à exploração (CIAVATTA, 2019, p. 29).”

No caso brasileiro, é esse cenário que, em certa medida, contribui para a ampliação da rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (KUENZER; GRABOWSK, 2016).

Assim, considerando esses pressupostos, é necessário tentar compreender no âmbito do sistema educacional brasileiro, como a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se insere nesse contexto, buscando evidenciar em que medida ela pode e tem contribuído para consolidar essa lógica ou tentar superá-la.

A Rede Federal de Educação é atualmente composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, pelas Escolas Técnicas e Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pelo Colégio Pedro II. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 é o marco legal mais recente de reestruturação da rede federal de educação e da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Além disso, é um referencial de fundamental importância para tentarmos compreender o papel que vem sendo desempenhado pela rede federal de educação no âmbito da formação profissional e tecnológica, no contexto atual.

No documento intitulado *Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, essas instituições são apresentadas tendo como foco (MEC, SETEC, 2008, p. 05):

(...) a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Preconiza, ainda, sua atuação em todos os níveis e modalidades de educação profissional e propõe uma inovação no arranjo educacional do ensino médio, combinando o “ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica (MEC, SETEC, 2008, p. 05).” Talvez seja este o caráter mais inovador do modelo de educação proposto na esfera dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A esse respeito, o documento ainda ressalta que “o que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade (MEC, SETEC, 2008, p. 09).” E vai além (MEC, SETEC, 2008, p. 21):

Os Institutos Federais reservam aos protagonistas do processo educativo, além do incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados por cada indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade.

Percebe-se, no documento intitulado *Concepção e Diretrizes*, a preocupação em desenvolver uma formação que vá além da aquisição de saberes meramente técnicos e operacionais relativos a determinada área de formação profissional. Propõe-se uma formação mais ampla, que permita ao indivíduo interpretar e refletir a respeito do contexto social no qual está inserido, identificando seus pares e tomando conhecimento dos interesses que estão em disputa no campo social. Fundamentado no tripé ensino, pesquisa e extensão, professores e alunos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica são levados a conhecer a realidade local e regional onde estão inseridos mediante o desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão, colocando em prática o conhecimento teórico adquirido em sala de aula, numa interação mais direta com as comunidades locais. Nesse sentido (MEC, SETEC, 2008, p. 24),

O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação.

Para uma melhor compreensão de como os Institutos Federais de Educação pretendem alcançar os objetivos a que se propõe, torna-se necessário conhecer o desenho curricular que propuseram seguir. Nesse sentido, o documento *Concepção e Diretrizes* afirma a intencionalidade em corroborar a verticalização do ensino, delimitando suas políticas de atuação pela oferta de diversos níveis de educação profissional e tecnológica. Sendo assim, sua proposta político-pedagógica prevê a oferta de educação básica por intermédio dos “cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação lato e stricto sensu (...) (MEC, SETEC, 2008, p. 27).” Dessa forma, o documento ressalta a possibilidade de num mesmo espaço institucional, os profissionais poderem dialogar e compartilhar de forma articulada e simultânea, conhecimentos que vão desde a educação básica até a pós-graduação. O que pode propiciar a construção de vínculos e a aquisição de saberes em diferentes níveis e modalidades de ensino em um contexto de formação profissional bastante diversificada (MEC, SETEC, 2008).

2.4. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais foi criado com a promulgação da Lei nº 11.892, em dezembro de 2008. Foram integrados em uma única instituição a antiga Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, o então Colégio Técnico Universitário (CTU - que, à época, pertencia à Universidade Federal de Juiz de Fora) e o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (CEFET - Rio Pomba). Com a integração, estas três instituições de ensino tornaram-se, respectivamente, os campi Barbacena, Juiz de Fora e Rio Pomba do IF Sudeste MG (IFSUDESTEMG, 2019).

A proposta de criação dos Institutos Federais previu a oferta de formação educacional em diversas etapas e modalidades de ensino, partindo da educação básica, passando pela formação técnica, profissionalizante, graduação, até a pós-graduação, com cursos presenciais e à distância (IFSUDESTEMG, 2019).

As articulações para a criação dos Institutos Federais de Educação tiveram início ainda em 2007, com algumas iniciativas promovidas pelo Governo Federal tendo por referencial os princípios de uma visão sistêmica da educação propostos pelo Plano de Desenvolvimento da

Educação - PDE³⁰. O então CEFET - Rio Pomba já previa, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a possibilidade de expansão de sua atuação, estabelecendo novos polos educacionais focados no segmento da educação profissional. Neste contexto, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, em parceria com a Prefeitura Municipal de Muriaé - MG apresentou em 2007 o Projeto Técnico-Administrativo para a Criação e Implantação da Unidade Descentralizada de Ensino de Muriaé do CEFET - Rio Pomba. O documento estabelecia as condições necessárias para a criação, implantação e funcionamento da Unidade de Ensino de Muriaé, vinculada ao CEFET – Rio Pomba (IFSUDESTEMG, 2019).

O CEFET - Rio Pomba possuía considerável experiência, o que facilitou a implantação e a estruturação na Unidade de Ensino de Muriaé de cursos técnicos integrados, concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, bem como, Cursos Superiores de Tecnologia, cursos de formação inicial ou continuada de trabalhadores em diversos municípios, mediante a celebração de convênio com entidades públicas e privadas. O CEFET - Rio Pomba ficou responsável, ainda, pela condução e conclusão dos processos de aquisição da infraestrutura didático-pedagógica e administrativa, pela contratação e treinamento de servidores técnico-administrativos e docentes e pelo desenvolvimento dos processos seletivos dos alunos candidatos aos cursos que estavam sendo implantados (IFSUDESTEMG, 2019).

Em setembro de 2009, o então diretor-geral do CEFET - Rio Pomba, professor Mário Sérgio Costa Vieira – que posteriormente viria a ser o primeiro Reitor do IF Sudeste MG – nomeou a professora Brasilina Elisete Reis de Oliveira para ocupar o cargo de Diretora Geral Pró-Tempore da Unidade Descentralizada de Ensino de Muriaé. Dessa forma, o Campus Muriaé nasceu junto com a consolidação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG, 2019).

Segundo consta em seus documentos institucionais foram considerados, dentre outros, os seguintes indicadores como premissas principais para a definição das áreas de atuação dos cursos a serem oferecidos:

- Perfil econômico e social do Município de Muriaé e da Microrregião – dados socioeconômicos, de população e as principais atividades agropecuárias, industriais e comerciais;

³⁰ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi um conjunto de programas lançado em 24 de abril de 2007, na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que visavam melhorar a educação no Brasil em todas as suas etapas, com um prazo inicial de 15 anos para ser completado. Acabou sendo descontinuado antes de decorrido este prazo.

- Estudos do Mercado de Trabalho como subsídios para traçar um perfil da estrutura produtiva e caracterizar a estrutura ocupacional da Microrregião;
- Pesquisas, por meio de mala direta, junto a estudantes do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio para caracterizar áreas de interesse.

Além do Campus Muriaé, foram criados num primeiro momento, com a implantação do IF Sudeste MG, os campi Santos Dumont e São João del-Rei. Posteriormente seguiu-se a criação dos Campi Avançados Bom Sucesso e Manhuaçu. Num momento mais recente, foram criadas as unidades de Cataguases e Ubá, que receberam autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação em 2015 (IFSUDESTEMG, 2019).

No município de Juiz de Fora se encontra, ainda, a Reitoria do IF Sudeste MG, unidade estratégica e gestora das políticas institucionais, em suas diversas áreas, sobretudo em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão (IFSUDESTEMG, 2019).

Mais especificamente, o IF Sudeste MG – Campus Muriaé, é a única instituição de ensino pública, federal, instalada no município de Muriaé. Ele conta com duas unidades: uma localizada na zona urbana no bairro da Barra e outra localizada numa das saídas da cidade, no bairro Sofocó, saindo da BR 116, em direção à zona rural. Os cursos oferecidos pelo campus estão distribuídos nas duas unidades conforme detalhado abaixo:

- Unidade Barra (Av. Cel. Monteiro de Castro, 550, Barra, Muriaé - MG):
 - Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Eletrotécnica, Informática, Mecânica e Orientação Comunitária (PROEJA).
 - Técnicos Subsequentes e Concomitantes: Eletromecânica, Meio Ambiente e Secretariado.
 - Superior: Administração e Tecnologia em Design de Moda.
 - Pós-graduação lato sensu: MBA em Marketing e Relacionamento com Foco no Varejo.
- Unidade Rural (R. Otávio Henriques Gouvea, s/n, Sofocó, Muriaé - MG):
 - Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Agroecologia (2 turmas).
 - Superior: Licenciatura em Ciências Biológicas.

A Unidade Barra conta com 15 salas de aula, 1 laboratório de robótica, 1 laboratório de moda, 1 centro de processamento de dados, 3 laboratórios de informática, 1 laboratório de química, 1 biblioteca, 1 refeitório, 1 ginásio poliesportivo, 1 laboratório de metrologia, 1 laboratório de metalografia, 1 laboratório de ajustagem mecânica, 1 laboratório de usinagem e soldagem, 1 laboratório de eletrônica digital e analógica, 1 laboratório de automação e controle, 1 laboratório de eletrônica de potência e comando de motores, 1 laboratório de instalações e medidas elétricas, 1 auditório, dentre outras instalações pedagógicas e administrativas.

A Unidade Rural conta com 6 salas de aula, 1 laboratório de química, 1 laboratório de desidratação, 1 laboratório de manipulação de plantas medicinais, 1 laboratório de informática, 1 centro de processamento de dados, 1 biblioteca, 1 refeitório, 1 laboratório de caldas, 1 laboratório de solos, 1 laboratório de agroindústria, 1 laboratório de biologia, 1 auditório, área destinada ao plantio e cultivo de produtos agroecológicos, dentre outras instalações pedagógicas e administrativas.

A instituição possui um corpo profissional composto por aproximadamente 70 docentes, entre efetivos e substitutos, e 60 técnicos administrativos. Desde a implantação do Campus Muriaé, estes profissionais têm buscado maior qualificação em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

O corpo discente é composto por alunos oriundos de escolas públicas e privadas de diversas cidades da região, além de Muriaé, como: Mirai, Miradouro, Rosário da Limeira, Laranjal, Eugenópolis, Patrocínio do Muriaé, dentre outras.

2.5. As condições de permanência no IF Sudeste MG

A normatização das ações de Assistência Estudantil no âmbito do IF Sudeste MG se deu, inicialmente, mediante a publicação da Portaria-R nº 164/2011, de 14 de março de 2011. Posteriormente, com a implantação e, depois, a ampliação dos cursos de EaD (Educação a Distância) surgiu a necessidade de prever a possibilidade de que os alunos matriculados nos cursos ofertados nesta modalidade (EaD) também pudessem ser beneficiados por ações de assistência estudantil quando cumprissem os critérios previstos para a concessão dos benefícios. Assim, mais tarde, esta portaria (Portaria-R nº 164/2011) foi revogada, sendo publicada uma nova, a Portaria-R nº 660/2015, de 22 de junho de 2015, aprovando e implantando uma nova Instrução Normativa, com o intuito de regulamentar os procedimentos de seleção dos alunos a serem beneficiados pelo programa, bem como, sua operacionalização, contemplando, também, nos casos em que cabia, os alunos matriculados nos cursos ofertados na modalidade de EaD. Conforme previsto no texto da portaria, as ações relacionadas à assistência estudantil se desenvolvem no âmbito do IF Sudeste MG mediante a implantação de dois programas: o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica e o Programa de Atendimento Universal aos Estudantes.

O Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica tem como público-alvo estudantes matriculados e frequentes nos diversos cursos ofertados pelo IF Sudeste MG, seja na modalidade presencial ou à distância e que possuam renda familiar per

capita de até um salário mínimo e meio. Os alunos são classificados por meio de estudo socioeconômico realizado por profissional de Serviço Social, devidamente habilitado. Este programa oferece auxílio aos estudantes nas seguintes modalidades:

1 – Moradia Estudantil: tem como tipo de atendimento a disponibilização de Alojamento e/ou o repasse de recurso financeiro na forma de bolsa, a título de Auxílio-Moradia. Importante destacar que existem Campi no âmbito do IF Sudeste MG que possuem alojamentos próprios a serem cedidos aos estudantes, como o Campus Rio Pomba e o Campus Barbacena. Dessa forma, nestes Campi, havendo um número maior de estudantes demandantes desta modalidade de auxílio do que o número de vagas disponíveis em alojamento, parte dos estudantes não contemplados com a vaga no alojamento pode receber o auxílio na forma de bolsa. O Campus Muriaé não possui alojamento, de maneira que o atendimento aos estudantes nessa modalidade se dá apenas pelo repasse de bolsa.

2 – Alimentação: Caracteriza-se pela isenção no pagamento da taxa referente à alimentação em refeitório integrante da estrutura dos Campi e/ou o repasse de um auxílio financeiro, destinado aos estudantes da modalidade de educação presencial do IF Sudeste MG.

3 – Transporte: Caracteriza-se na concessão de vale-transporte e/ou auxílio financeiro para o deslocamento do estudante matriculado em cursos da modalidade de educação presencial para o campus do IF Sudeste MG.

4 – Material Didático e Uniforme: Com relação ao material didático, esta modalidade oferece a isenção da taxa de reprografia (Xerox) em gráfica terceirizada e/ou pertencente à estrutura dos campi. Quanto ao uniforme, propõe-se a providenciar o fornecimento gratuito e/ou subsidiado de uniformes (convencional e de prática de campo) destinados aos estudantes da modalidade de educação presencial do IF Sudeste MG.

5 – Manutenção: Tem como característica o fornecimento de auxílio financeiro para o custeio de despesas em geral, nas demandas não contempladas pelas outras modalidades do programa, relacionadas às necessidades básicas dos alunos. O valor a ser repassado a cada aluno é definido por cada campus.

6 – Outros: Com o objetivo de atender à realidade de cada campus, previu-se a possibilidade de serem criadas outras modalidades de auxílio, não explicitados anteriormente. Para que sejam criadas, é necessário observar a disponibilidade orçamentária e deverá ser elaborado projeto social por profissional de Serviço Social devidamente habilitado.

O Programa de Atendimento Universal aos Estudantes é mais amplo e destina-se a todos os estudantes matriculados e frequentes em qualquer dos cursos presenciais ofertados pelos Campi do IF Sudeste MG. As modalidades são as seguintes:

1 - Desenvolvimento Técnico-Científico: Consiste no fomento ao desenvolvimento técnico-científico dos alunos, por meio de bolsas e incentivo financeiro à participação em eventos/atividades técnico-científicos (passagem/hospedagem/alimentação) e publicações (livros, revistas, periódicos) que contribuam para sua formação intelectual, acadêmica e profissional, observando o tripé ensino, pesquisa e extensão.

2 – Saúde e Apoio Psicossocial: Trata-se do desenvolvimento de ações voltadas para a promoção à saúde, prevenção de doenças e atenção emergencial dos estudantes do IF Sudeste MG.

3 – Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino Pesquisa e Extensão: Propõe-se ao desenvolvimento de ações complementares de acompanhamento pedagógico, com atenção voltada para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, estimulando o envolvimento e a participação em atividades orientadas, vinculadas, prioritariamente, à área de formação.

4 – Cultura, Arte e Esporte: Esta modalidade é voltada para o desenvolvimento de ações que visam promover a participação em eventos que propiciem a ampliação do universo sociocultural e artístico dos estudantes. Além disso, propõe a inserção em práticas desportivas em articulação com outros Campi do IF Sudeste MG e com outras instituições de ensino da rede pública.

5 – Incentivo à Participação Político-Estudantil: Consiste no desenvolvimento de ações que possam contribuir para o pleno desenvolvimento do estudante, preparando-o para o exercício da cidadania. Esta iniciativa se propõe a apoiar a participação dos estudantes em fóruns colegiados e nas instâncias representativas ligadas à instituição, bem como, visa incentivar a organização e participação estudantil em grêmios e em diretórios acadêmicos. Além disso, pretende disponibilizar apoio financeiro à participação em eventos de caráter sócio-político internos e externos.

6 – Apoio a Necessidades Educacionais Especiais: Trata-se do desenvolvimento de ações que contribuam para o acesso, aprendizagem e êxito de estudantes com necessidades educacionais especiais, promovendo o exercício pleno dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

7 – Iniciação ao Mundo do Trabalho: Destina-se a fomentar a inserção do estudante em atividades educacionais, visando à iniciação e aperfeiçoamento profissional, de modo a

proporcionar uma complementação do processo de ensino-aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas, vinculadas à área de formação do estudante.

Para o desenvolvimento dessas múltiplas ações, cada Campus do IF Sudeste MG conta com equipe formada por Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, dentre outros profissionais de nível médio e superior, com formação em diferentes áreas, que ocupam cargos voltados para o apoio e suporte estudantil. Importante destacar que algumas dessas ações demandam, também, o envolvimento de professores e profissionais de outras áreas de atuação no Campus.

Em relação aos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento dessas proposições, na esfera da programação orçamentária destinada ao IF Sudeste MG, existe uma previsão na rubrica da assistência ao estudante. Conforme consta na documentação, estes recursos devem ser aplicados, prioritariamente, no atendimento aos estudantes em situação de baixa condição socioeconômica, tendo em vista ser este o público que demanda ações mais efetivas no estímulo à permanência e êxito nos cursos ofertados pela instituição. Dessa forma, a maior parte dos recursos aplicados na assistência estudantil no âmbito do IF Sudeste MG, é destinada ao Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica. Conforme previsto no manual técnico do orçamento da união³¹, essa ação orçamentária tem por finalidade suprir as necessidades básicas do educando, buscando proporcionar condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.

O processo de seleção do programa de atendimento aos estudantes em baixa condição socioeconômica se dá no IF Sudeste MG, mediante a publicação de edital específico para essa finalidade, em conformidade com as diretrizes previstas na Portaria-R nº 660/2015. Basicamente, as modalidades de assistência ofertadas pelo Campus Muriaé do IF Sudeste MG concentram-se em três tipos: Manutenção, Moradia e Transporte. O número de alunos beneficiados pode variar a cada ano, em virtude do perfil dos estudantes e da disponibilidade orçamentária prevista.

Os estudantes que entraram nos cursos ofertados pelo Campus Muriaé, no primeiro semestre de 2018, puderam concorrer ao benefício de assistência estudantil pelo Edital nº 01/2018, de 15 de fevereiro de 2018. Este edital previu, na ocasião, a disponibilização das seguintes bolsas: manutenção, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais por um período de até 10 (dez) meses letivos; moradia, também no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, neste caso, por um período de até 12 (doze) meses; e, por fim, a bolsa transporte, a qual o aluno

³¹ Manual Técnico do Orçamento. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2020:mto2020-versao13.pdf>

bolsista poderia receber durante até 10 (dez) meses letivos, o reembolso do valor gasto com transporte coletivo interurbano, ou intermunicipal, ou locado, para o deslocamento diário entre sua residência e o campus.

2.6. Uma reflexão acerca da relação dos estudantes com a cultura e os valores predominantes na escola

Quando se decide fazer pesquisa no âmbito da educação, tem-se em mente o pressuposto de reconhecer a centralidade que ela possui enquanto fator primordial para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, em seus múltiplos aspectos. Compreende-se que a escola não é um espaço neutro, isolado e imune às diversas realidades que se fazem presentes ao seu redor. É um espaço central, onde se desenvolvem ações individuais e coletivas, seja como local de trabalho, seja como local de construção de identidades, seja como espaço de mobilização e aprendizado, ou, ainda, como uma arena onde são produzidos conhecimento e cultura (APPLE, 2017).

A educação compreendida como um direito dos indivíduos e, conseqüentemente, um dever do Estado, fez com que a escola atuasse na vida dos indivíduos determinando suas condições de inserção social, seu grau de cidadania, sua relação com o trabalho (OLIVEIRA, 2009). Dalila Oliveira afirma que “as políticas educativas na atualidade partem da noção de que a escola é espaço de ensino, mas antes de tudo de promoção de justiça social” (2009, p. 17). Contudo, ela alerta que embora a universalização da educação sempre tenha sido tomada como uma política pública vinculada à busca de justiça social, o que se percebe é que sob diversos aspectos, ficou evidente a falácia do ideal de igualdade de oportunidades no campo da educação. Nesse sentido, um conjunto de pesquisas quantitativas de grande porte, realizadas no campo da educação, no final da década de 1950, a pedido dos governos dos Estados Unidos, França e Inglaterra, “(...) mostraram, de forma clara, o peso da origem social sobre os destinos escolares” (NOGUEIRA, 2017, p. 12).

Os estudos e pesquisas em torno da educação são ricos e diversificados. Inúmeras abordagens lançaram um olhar reflexivo a respeito do espaço escolar, sua estrutura, sua organização, a profissão docente, as práticas pedagógicas, etc. Alguns pesquisadores trouxeram contribuições importantes acerca da análise do desempenho escolar em face do discurso da igualdade de oportunidades perante a escola. O presente trabalho de pesquisa se propõe a investigar a trajetória de estudantes de camadas populares, matriculados em um curso de formação técnica integrada, no âmbito de uma instituição federal de ensino. Pretende conhecer

os desafios enfrentados por eles, as estratégias utilizadas para superar esses desafios, bem como as expectativas futuras. Para fins de análise a cerca desses desafios, estratégias e expectativas, utiliza o referencial teórico trazido por Pierre Bourdieu no âmbito da sociologia da educação, bem como, por outros autores como Lahire e Dubet. Propõe-se a uma reflexão acerca dos costumes, das disposições e do capital cultural trazido por esses estudantes a partir de seu contexto social, na relação com a cultura e os valores predominantes na instituição, com base nas reflexões trazidas pelos autores citados no presente escopo teórico.

A contribuição de Bourdieu no âmbito da sociologia da educação consiste em propor uma nova maneira de refletir acerca da educação e da escola, sugerindo a existência de uma significativa relação entre o desempenho escolar e a origem social dos estudantes (NOGUEIRA, 2017). Nas palavras de Bourdieu, “De todos os fatores de diferenciação, a origem social é sem dúvida aquele cuja influência exerce-se mais fortemente sobre o meio estudantil (...)” (2018, p. 27).

Para explicar a relação existente entre a origem social dos estudantes e seu desempenho escolar, Bourdieu desenvolve alguns conceitos e esclarece como eles agem no meio social, influenciando as escolhas e as decisões dos indivíduos. Tentando compreender o “caráter estruturado ou ordenado das práticas sociais”, Bourdieu apresenta um princípio ao qual ele denomina de “habitus”. O habitus é “entendido como sistema de disposições duráveis, estruturada de acordo com o meio social dos sujeitos” (NOGUEIRA, 2017, p. 24). Noutras palavras (NOGUEIRA, 2017, p. 25):

As práticas sociais seriam estruturadas, isto é, apresentariam propriedades típicas da posição social de quem as produz, porque a própria subjetividade dos indivíduos, sua forma de perceber e apreciar o mundo, suas preferências, seus gostos, suas aspirações, estariam previamente estruturadas em relação ao momento da ação.

Isso se manifestaria em todas as esferas da vida em sociedade e em todos os espaços de convivência social, inclusive, na escola. Além disso, esse habitus seria partilhado por um conjunto de indivíduos na estrutura social, pertencentes a um mesmo grupo ou classe social. Ou seja, o conjunto de disposições incorporadas pelos indivíduos seria comum entre aqueles pertencentes à mesma classe ou grupo social. Esse conjunto de habitus e disposições, uma vez incorporados pelos indivíduos de um determinado grupo social, se tornaria parte integrante na formação de sua personalidade, atuando de maneira inconsciente nas escolhas e decisões objetivas dos indivíduos. Dessa forma, os indivíduos “agiriam orientados por uma estrutura incorporada, um habitus, que refletiria as características da realidade social na qual eles foram anteriormente socializados” (NOGUEIRA, 2017, p. 29).

Portanto, conforme proposto por Bourdieu, é importante compreender que o processo de socialização e incorporação de disposições não se dá da mesma maneira entre os indivíduos oriundos das classes mais altas e os indivíduos originários das classes menos favorecidas. Sendo assim, a relação que o autor estabelece entre o conceito de habitus e a educação reside no pressuposto de que “essa constituição diferenciada dos atores segundo sua origem social e familiar”, resulta numa constituição diferenciada de atitudes, comportamentos e rendimento no espaço escolar (NOGUEIRA, 2002, p. 18). Dessa forma, os estudantes precisam ser compreendidos como indivíduos que trazem incorporada certa bagagem social e cultural que difere conforme a classe social de onde eles provem. E essa diferenciação na bagagem social de cada grupo explicaria, segundo Bourdieu, as chances diferenciadas de sucesso no percurso escolar.

Por outro lado, ele argumenta que existe outra força que atua no processo educacional favorecendo o habitus e as disposições incorporados pelas classes mais favorecidas. De acordo com Bourdieu, no seio da sociedade é travada uma luta entre os diferentes grupos e classes sociais acerca de critérios de classificação que determinariam os padrões culturais a serem considerados superiores e aqueles a serem considerados inferiores. Nessa disputa, “os indivíduos e as instituições que representam as formas dominantes da cultura buscam manter sua posição privilegiada, apresentando seus bens culturais como naturalmente ou objetivamente, superiores aos demais” (NOGUEIRA, 2017, p. 33).

Nessa perspectiva, a própria instituição escolar não seria um espaço neutro que atuasse de maneira imparcial oferecendo a todos as mesmas oportunidades de se desenvolver. Pelo contrário, a escola exige dos estudantes, “basicamente, os gostos, as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como cultura universal” (NOGUEIRA, 2002, p. 18). Assim, a escola atuaria legitimando a desigualdade e contribuindo para a sua manutenção, na medida em que apresenta como valores universais aqueles pertencentes às classes dominantes. Esse modo de atuação da escola favoreceria o desenvolvimento dos indivíduos oriundos dessas classes, uma vez que já trariam esses valores incorporados como habitus adquiridos enquanto herança cultural familiar.

Essa bagagem social transmitida a cada indivíduo de maneira hereditária a partir do grupo familiar e do círculo social no qual está inserido possuiria, segundo Bourdieu, três componentes principais: o capital econômico, o capital social e o capital cultural. Segundo ele, o capital social deve ser entendido como a soma das convivências sociais de prestígio com as quais a família mantém relação e que exercem alguma influência na sociedade. O capital

cultural seria composto além dos títulos escolares, pelas opções de lazer e turismo, pelos “gostos em matéria de arte, culinária, decoração, vestuário, esporte, e etc; o domínio maior ou menor da língua culta; as informações sobre o mundo escolar” (NOGUEIRA, 2002, p. 21). Por fim, o capital econômico atuaria possibilitando o acesso a bens e serviços de um modo geral, sobretudo, aqueles que irão compor o capital social e o capital cultural descritos acima. Essa bagagem social herdadas e configuraria em um conjunto de disposições e habitus que atuariam no ambiente escolar, sendo que (NOGUEIRA, 2017, p. 37):

(...) o sucesso escolar dependeria, em grande medida, do capital cultural possuído pelos indivíduos. O sistema escolar cobraria dos estudantes, explícita ou implicitamente, uma série de atitudes, comportamentos e conhecimentos e um conjunto de habilidades linguísticas que apenas aqueles socializados na cultura dominante poderiam apresentar.

Bourdieu vai afirmar, ainda, que a própria avaliação escolar seria pensada de uma maneira em que mais do que uma verificação de aprendizagem, procederia a um verdadeiro julgamento cultural e, em alguns aspectos e sob determinadas circunstâncias, até mesmo, um julgamento moral dos alunos (NOGUEIRA, 2002).

Partindo dos conceitos desenvolvidos por Bourdieu na área da sociologia da educação, outros autores também apresentaram contribuições importantes. Com base em suas pesquisas, Lahire observou que embora possam existir aspectos da vida social que sejam comuns a determinados grupos ou classes sociais, existem outras situações, não menos importantes, que são mais particulares à realidade de cada família, que também podem exercer influência determinante na vida dos indivíduos, sobretudo, no campo da educação. Nesse sentido, Lahire (2002, p. 47) ressalta a necessidade de:

Lembrar que os saberes têm uma história, que as aprendizagens têm contextos, que os alunos têm múltiplas ancoragens sociais e, enfim, que as apropriações dos saberes são socialmente (no sentido mais amplo do termo) diferenciadas, esta é uma das primeiras funções da sociologia.

Assim, Lahire reconhece as contribuições trazidas por Bourdieu no campo da Sociologia da Educação, propondo, porém, o aprofundamento de determinadas questões. Ele afirma que é necessário que existam determinadas condições que favoreçam a constituição e o desenvolvimento de uma certa cultura familiar propícia ao desenvolvimento educacional (1997, p. 24). Lahire alerta para a existência de fenômenos de diferenciação social que ocorrem num nível mais microssociológico, no interior, mesmo, do ambiente familiar. Assim, inúmeras situações particulares a cada família podem impactar na formação de uma cultura familiar favorável, ou não, ao desenvolvimento no campo da educação (LAHIRE, 1997, p. 24):

Um divórcio, uma morte ou uma situação de desemprego que fragilizam a situação econômica familiar podem constituir rupturas em relação a uma economia doméstica estável. O desemprego pode mudar a relação com o tempo na medida em que a precariedade econômica impede toda projeção realista do futuro: o distanciamento das formas organizadas de trabalho e a insegurança econômica são situações pouco favoráveis ao desenvolvimento de uma atitude racional em relação ao tempo. A estabilidade profissional do chefe de família permite, claro, sair da gestão do cotidiano "no dia-a-dia", mas também oferecer os fundamentos de uma regularidade doméstica de conjunto: regularidade das atividades e dos horários familiares, limites temporais estruturados e estruturantes.

Lahire vai argumentar, ainda, que mesmo no seio de famílias pertencentes a uma mesma classe social, numa mesma situação econômica e que tenham passado por circunstâncias semelhantes, é possível notar diferenças na maneira como cada uma, lida e gere os mesmos problemas, em função de sua socialização e das trajetórias anteriores. Assim, umas famílias demonstram mais habilidade que outras para gerir as condições de significativa precariedade econômica, conseguindo obter melhores êxitos na educação dos filhos (LAHIRE, 1997, p. 25).

Uma conformação familiar que possua certa estabilidade, possibilitando à criança convívios sociais mais constantes e duráveis com os pais é uma condição que pode ser considerada “necessária à produção de uma relação com o mundo adequada ao êxito” escolar. Um ambiente familiar melhor organizado, com um ritmo mais ordenado, com certa regularidade de horários e no desenvolvimento de atividades, pode contribuir para a formação de “estruturas cognitivas ordenadas, capazes de pôr ordem, gerir, organizar os pensamentos. (...) Pôr ordem em casa é uma outra maneira de pôr ordem nas suas ideias (LAHIRE, 1997, p. 26).”

O aluno que vive em um universo doméstico material e temporalmente ordenado adquire, portanto, sem o perceber, métodos de organização, estruturas cognitivas ordenadas e predispostas a funcionar como estruturas de ordenação do mundo (LAHIRE, p. 27, 1997).

Segundo Lahire, se por um lado as contribuições de Bourdieu permitem identificar condutas e comportamentos mais amplos observáveis entre os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social, por outro, existem situações mais específicas, vivenciadas no interior de cada família, que as diferenciam, umas das outras, dentro desse grupo mais amplo.

É importante destacar que as reflexões trazidas neste estudo levam em consideração o pressuposto de que o ideal de igualdade de oportunidades a partir do acesso universal à educação, onde cada estudante poderia alcançar o sucesso escolar segundo seu esforço pessoal, sua dedicação e suas qualidades, possui limites. De acordo com Dubet, “(...) esta concepção puramente meritocrática da justiça escolar se defronta com grandes dificuldades” (DUBET,

2004, p. 542). Reforçando as reflexões trazidas por Bourdieu, Dubet lembra que as diferenças de desempenho dos estudantes na escola são evidentes e amplamente documentadas, desde a educação básica até o ensino superior. Nesse sentido, ele afirma que (DUBET, 2004, p. 542):

Essas desigualdades estão ligadas às condições sociais dos pais, mas também ao seu envolvimento com a educação, ao apoio que dão aos filhos, bem como à sua experiência para acompanhá-los e orientá-los.

Esse fenômeno poderia ser explicado com base nas teorias da sociologia da educação pelo conceito de “(...) habitus de classe, contextos diferentes de racionalidade das escolhas, mobilização desigual das famílias. Em resumo, as desigualdades sociais pesam muito nas desigualdades escolares” (DUBET, 2004, p. 542).

Assim, do ponto de vista da promoção de mobilidade social, acabou ficando claro o caráter limitado do sistema escolar. Isso ocorre, porque na seleção natural imposta pelo mérito individual no contexto educacional, a obtenção de um título, um diploma, uma certificação, determinam, em certa medida, as posições sociais. Por isso, Dalila Andrade afirma que “por meio da formação oferecida ou dos títulos concedidos, o sistema escolar atuou durante mais de um século como importante agência de seleção e distribuição de posições sociais” (OLIVEIRA, 2009, p. 22).

Ainda que com alcance limitado, Dubet reforça, como alternativa, a concepção de uma “justiça distributiva” no campo da educação. Essa concepção consiste no ideal de que para ser mais justa é necessário que a escola leve “em conta as desigualdades reais” e procure, “em certa medida, compensá-las. Esse é o princípio da discriminação positiva” (DUBET, 2004, p. 545). Dessa maneira, a escola buscaria introduzir ações compensatórias focadas no aluno, levando em consideração a realidade e a necessidade de cada um. Em suas palavras, “(...) é preciso aprender a defender outros princípios de justiça e a combiná-los com um modelo meritocrático. É necessário introduzir uma dose de discriminação positiva a fim de assegurar uma maior igualdade de oportunidades” (DUBET, 2004, p. 545).

Sob a perspectiva apresentada por Dubet, o próprio processo seletivo para acesso às vagas disponibilizadas em cada curso ofertado pelo IF Sudeste MG, pode ser compreendido como uma medida de discriminação positiva, uma vez que metade das vagas é destinada prioritariamente a candidatos vindos de escolas públicas. Além disso, procurou-se observar durante a análise, o impacto de algumas medidas relacionadas à política nacional de assistência ao estudante, bem como, a identificação quanto à existência de outros mecanismos disponibilizados pela instituição para a superação dos possíveis desafios enfrentados pelos alunos.

É preciso levar em consideração, também, o esforço empreendido pelo próprio estudante na tentativa de se adaptar às exigências impostas pelo mundo escolar durante o processo de aprendizagem. Nesse sentido, alguns autores abordam a questão da “afiliação” do indivíduo à “condição de estudante”. Notadamente, as pesquisas a respeito do assunto são mais focadas nos estudantes universitários, buscando identificar como se dá o processo de adaptação à vida universitária. Conforme já demonstrado neste trabalho, é importante lembrar que o Brasil vivenciou recentemente um processo de significativa ampliação do ensino superior, mas, também, da formação técnica profissional, por meio da implantação de diversas unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Foram iniciativas que se vincularam ao ideal da ampliação das oportunidades educacionais, focadas na interiorização do ensino com a descentralização e regionalização da oferta. Essa expansão das oportunidades educacionais associada a políticas de ações afirmativas possibilita a inserção de um maior número de atores, ao mesmo tempo em que contribui para que surjam questões relacionadas à afiliação do indivíduo à condição de estudante (SAMPAIO, 2011).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Alain Coulon destaca um conjunto de incertezas e inquietações compartilhadas pelos estudantes e que possuem como pano de fundo uma série de “rupturas simultâneas em relação ao mundo que conhece: ruptura familiar, geográfica, psicológica, cognitiva” (TEIXEIRA; COULON, in: SAMPAIO, 2011, p. 215). Coulon aponta, ainda, algumas etapas a serem superadas nesse processo de afiliação. Uma primeira questão que se coloca é a compreensão e familiaridade em relação às regras vigentes nesse novo ambiente de formação. Essas regras vão desde o entendimento da estrutura curricular do curso até o cumprimento dos prazos previstos nas muitas atividades às quais os estudantes estão envolvidos. Outra questão mencionada por Coulon, diz respeito à própria relação com o saber, em si. Ou seja, a relação com o conhecimento, a aprendizagem, o ritmo de estudo. Aqui está compreendida a “aprendizagem do trabalho intelectual” (COULON, 2008, p. 239). Noutras palavras, a quantidade de esforço que o estudante deverá empregar, de maneira individual, para atender às exigências da formação acadêmica. “A necessidade de estudar muito aparece de forma acentuada (...)” (TEIXEIRA; COULON, in: SAMPAIO, 2011, p. 223).

Embora estes conceitos tenham sido desenvolvidos a partir de estudos realizados junto a estudantes universitários, buscou-se identificar neste trabalho que estratégias semelhantes podem ter sido empregadas pelos estudantes vinculados a cursos de formação técnica integrada, no âmbito de uma instituição pública, federal de educação. É importante ressaltar que já no ensino médio, o ambiente vivenciado pelos estudantes dos cursos técnicos integrados, nos

institutos federais de educação, ciência e tecnologia, é significativamente diferente do vivenciado nas escolas de ensino secundário, tradicionais.

O presente trabalho de pesquisa se propôs a investigar a trajetória de estudantes de camadas populares, matriculados em um curso de formação integrada, no âmbito de uma instituição federal de ensino. Pretendeu conhecer os desafios enfrentados por eles, as estratégias utilizadas para superar esses desafios, bem como as expectativas futuras. Procurou, também, identificar os mecanismos disponibilizados pela instituição para a superação dos possíveis desafios. Para fins de análise dos dados propôs-se uma reflexão acerca do habitus, disposições e capital cultural trazidos por esses estudantes a partir de seu contexto social, na relação com a cultura e os valores predominantes na instituição, com base nas reflexões trazidas pelos autores citados no presente escopo teórico.

3. PERFIS DOS ALUNOS

3.1. Perfil dos alunos dos cursos técnicos integrados do Campus Muriaé do IF Sudeste MG

A análise inicial relacionada aos dados obtidos junto aos alunos aprovados e matriculados nos cursos técnicos integrados em questão se deu a partir de informações obtidas junto à Secretaria (Coordenação Geral de Assuntos e Registros Acadêmicos) e ao Setor de Assistência Social do Campus Muriaé do IF Sudeste MG. Dessa forma, trabalhou-se, num primeiro momento a partir de informações colhidas por estes setores, em especial, pelas informações utilizadas pelo serviço de assistência social do campus, com vistas à seleção dos beneficiários do programa de assistência estudantil.

Com relação à assistência estudantil, as ações se desenvolvem no âmbito do IF Sudeste MG através de dois programas: o Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica e o Programa de Atendimento Universal aos Estudantes. O Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica consiste no repasse mensal de auxílio financeiro, a título de bolsa, com o objetivo de ajudá-los no custeio relacionado a diversas despesas inerentes à sua manutenção no curso, tais como: moradia, alimentação, transporte, dentre outros. O Programa de Atendimento Universal aos Estudantes visa contribuir na cobertura de outras despesas mais pontuais, relacionadas, por exemplo, à participação em eventos de caráter científico, não contempladas no outro programa. Além disso, esse programa contempla, também, o desenvolvimento de outras ações tais como: apoio psicossocial; acompanhamento pedagógico; desenvolvimento de ações de incentivo à participação em atividades artísticas, culturais, esportivas; apoio a estudantes com necessidades especiais; dentre outros.

A ideia inicial era ter acesso a todas as fichas de matrícula e a todos os questionários socioeconômicos utilizados pelo setor de assistência social. Contudo, as restrições impostas pela pandemia, com a suspensão de atividades presenciais e a necessidade de distanciamento social, impediram o acesso a esses arquivos. Assim, as informações socioeconômicas dos alunos foram obtidas junto à servidora responsável pelo setor de assistência social do Campus Muriaé e foram repassadas por e-mail a partir de dados já compilados pelo referido setor.

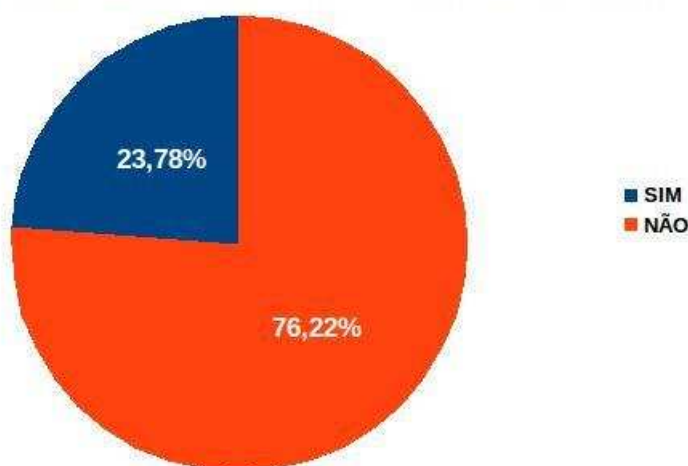
3.2. Perfil geral dos alunos

Considerando o universo de 140 vagas disponibilizadas nos três cursos técnicos integrados ofertados pelo Campus Muriaé do IF Sudeste MG, conforme edital nº 10/2017,

observa-se na Figura 1, em termos gerais, neste total de vagas, que 33 alunos (23,7%), receberam algum tipo de benefício de assistência estudantil durante o período do curso. Os outros 107 alunos (76,22%), não foram beneficiados pelo programa de assistência estudantil.

Figura 1 – Proporção geral dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil.

Proporção dos alunos Beneficiados com Assistência Estudantil

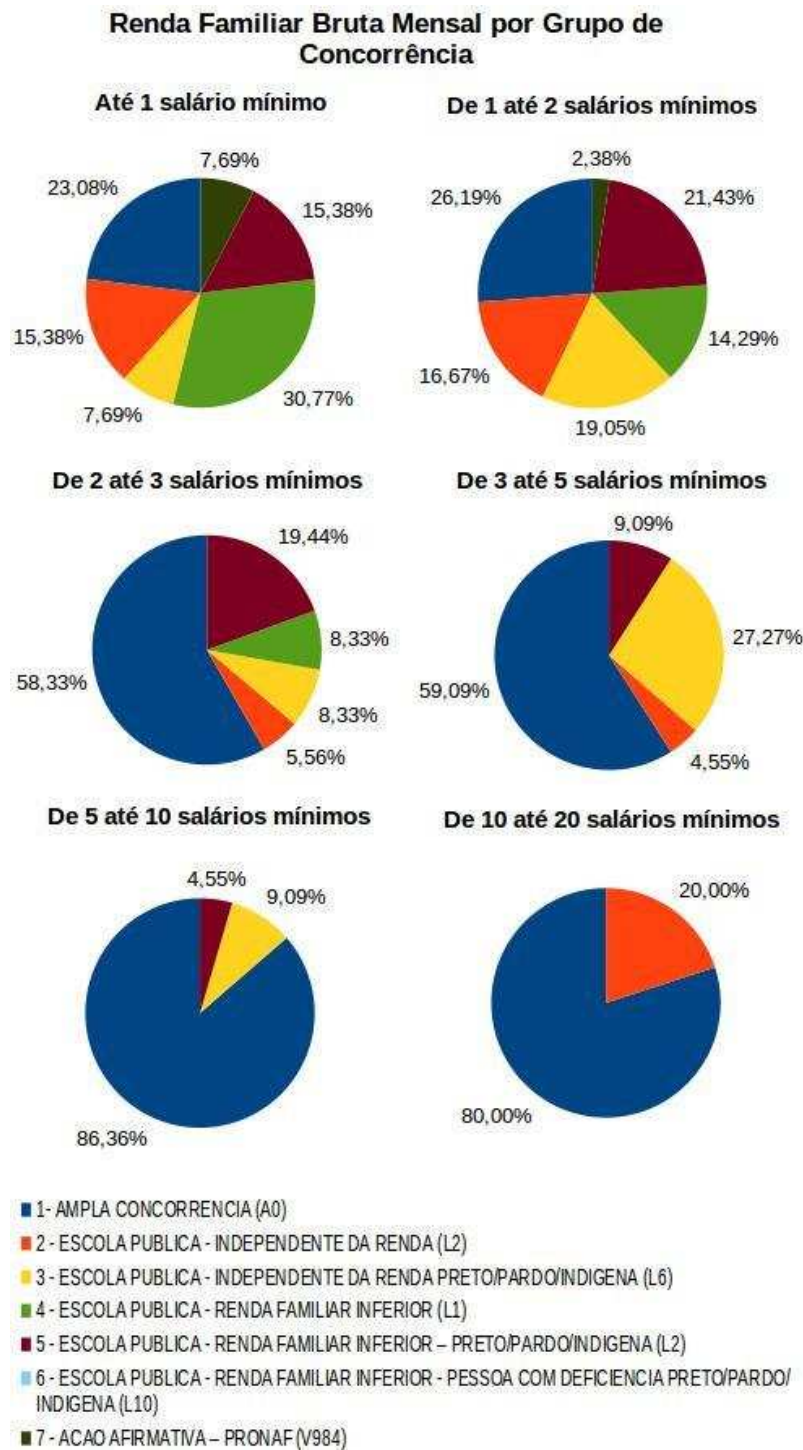


Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Na Figura 2, a seguir, é possível notar que no universo total de alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ofertados pelo Campus Muriaé, a participação percentual dos alunos que concorreram às vagas pela ampla concorrência (identificado no gráfico, na cor azul) vai aumentando conforme cresce a faixa de renda. Ela sai de 23,08% do total na faixa de renda familiar bruta, mensal, correspondente a até um salário mínimo, para 80% na faixa com renda familiar bruta, mensal, de 10 até 20 salários mínimos. Apresenta, no entanto, uma maior concentração, na faixa de cinco até 10 salários mínimos, com 86,36% do total. Se agruparmos os alunos com renda familiar bruta mensal na faixa de cinco a 10 salários mínimos aos alunos com renda na faixa de 10 até 20 salários mínimos, eles representam 85,19% dos que concorreram às vagas destinadas à ampla concorrência. O edital possui como critério de seleção que, para se habilitar às vagas destinadas aos alunos vindos de escola pública, o candidato não pode ter cursado nenhuma série do ensino fundamental em escola particular. Sendo assim, todos os candidatos oriundos de escola particular concorrem às vagas destinadas à ampla concorrência. Dessa forma, os dados apresentados na figura 2 sugerem que aproximadamente 85% dos alunos com renda superior a cinco salários mínimos cursaram alguma série do ensino fundamental, ou todo ele, em escola particular, o que os impediria de concorrer às vagas destinadas a alunos oriundos de escola pública, mesmo que fosse no grupo independente da

renda. Esses dados revelam um aspecto social muito presente na sociedade brasileira, que diz respeito à relação que se estabelece entre educação e renda, reforçando a presença de uma dualidade no modelo educacional vigente. Historicamente, a educação brasileira, assim como em diversos outros países, é marcada por uma concepção estrutural que diferencia o percurso formativo destinado aos filhos da elite, do percurso formativo destinado aos filhos da classe trabalhadora (MOURA, 2007). Essa dualidade se faz presente de muitas maneiras e ao longo da história nacional, assumiu múltiplas facetas, moldando-se à realidade do desenvolvimento social e econômico do país. Em um dado momento, com a expansão da rede privada de ensino, as famílias com melhores condições de renda migraram, prioritariamente para essa rede, sobretudo na educação básica. Outro dado que se destaca é o fato de que a participação dos alunos que concorreram pelo grupo de ação afirmativa PRONAF (identificado na cor verde-escuro, no gráfico correspondente à Renda Familiar Bruta Mensal por Grupo de Concorrência) desaparece nas faixas superiores a dois salários mínimos.

Figura 2 – Renda familiar bruta, segundo o grupo de concorrência.

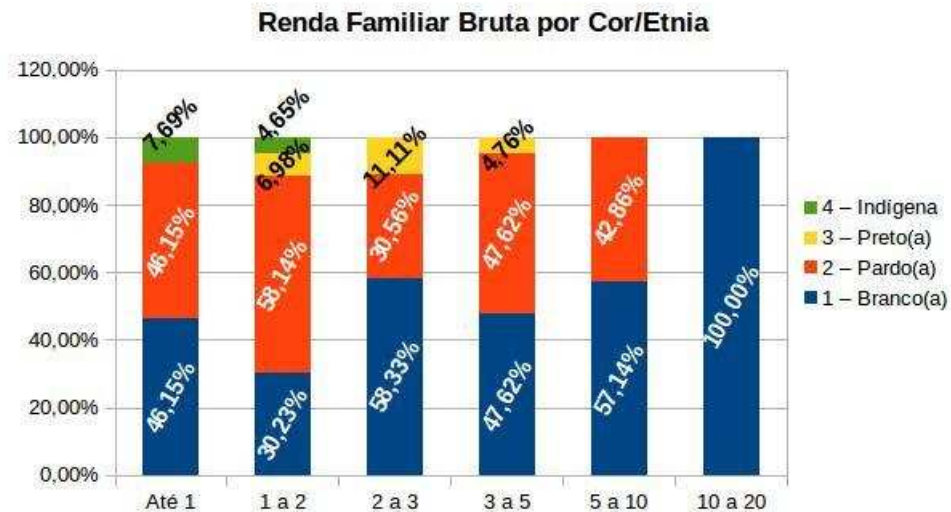


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A seguir, na Figura 3, observa-se a distribuição dos alunos segundo a cor/etnia em relação com a renda familiar bruta, mensal. Fica evidente a presença dos autodeclarados indígenas somente nas faixas de renda familiar bruta mensal inferior a dois salários mínimos. Nota-se, em todas as faixas de renda, a predominância de candidatos autodeclarados brancos e

pardos, exceto, na faixa de renda familiar bruta de 10 a 20 salários mínimos, onde 100% dos candidatos são autodeclarados brancos. Os autodeclarados pretos estão distribuídos em três faixas de renda familiar bruta mensal: representam 8,98% dos alunos na faixa de um a dois salários mínimos, 11,11% dos alunos na de dois a três salários e 4,76% dos alunos na faixa de três a cinco salários mínimos.

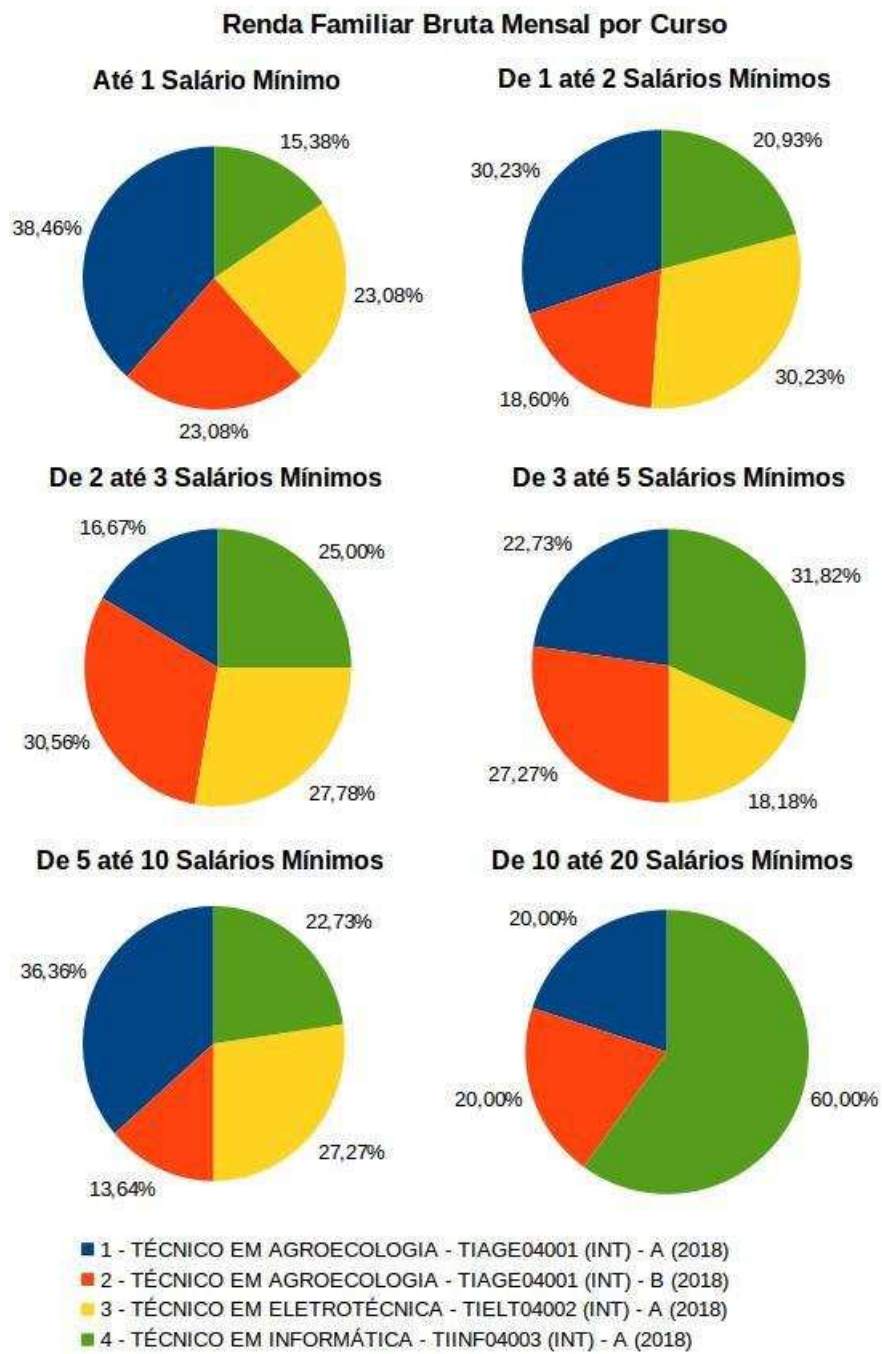
Figura 3 – Renda familiar bruta segundo a cor/etnia.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na Figura 4, que diz respeito à distribuição da renda familiar bruta mensal dos alunos, de acordo com o curso de escolha, duas situações se destacam. Uma, é a predominância de alunos com faixa de renda familiar mais elevada no curso técnico integrado de Informática, sendo que 60% dos alunos que declararam possuir renda familiar na faixa de 10 a 20 salários mínimos estão matriculados neste curso. A outra é o fato de que os demais 40% dos alunos que declararam possuir essa renda mais elevada estejam distribuídos nas duas turmas do curso técnico integrado de Agroecologia, sendo que não há nenhum aluno da turma do curso técnico integrado em Eletrotécnica que tenha declarado pertencer a essa faixa de renda.

Figura 4 – Renda familiar bruta, segundo o curso.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com relação à moradia, observa-se na Figura 5, que 84,03% do universo total de alunos, o que corresponde a 118 alunos, num universo de 140, residem em Muriaé e os outros 15,97%, correspondendo a 22 alunos, residem em outros municípios.

Figura 5 – Município onde reside.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Conforme a Figura 6, abaixo, os alunos residentes em outros municípios estão distribuídos em oito cidades da região, com predominância de três municípios, Miradouro, Patrocínio do Muriaé e Mirai, que somados respondem por mais da metade de alunos provenientes de outras cidades.

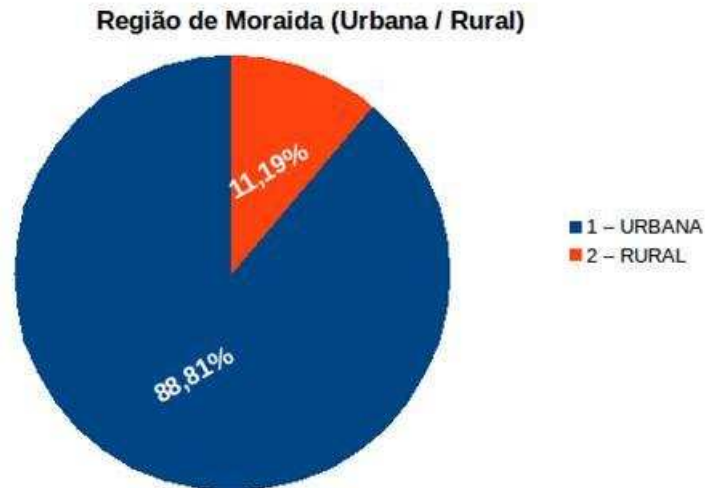
Figura 6 – Distribuição dos alunos residentes em outros municípios da região.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No que diz respeito à divisão entre região urbana e rural, está demonstrado na Figura 7, que 88,91% dos alunos residem em área urbana, seja de Muriaé ou de outro município da região. Os demais 11,91% dos alunos residem na zona rural. Importante destacar, que neste caso, estão

classificados como residentes na zona rural os alunos que disseram residir em algum distrito ou em alguma propriedade rural, denominada pelos alunos como sitio ou fazenda.

Figura 7 – Distribuição dos alunos residentes conforme zona urbana ou rural.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

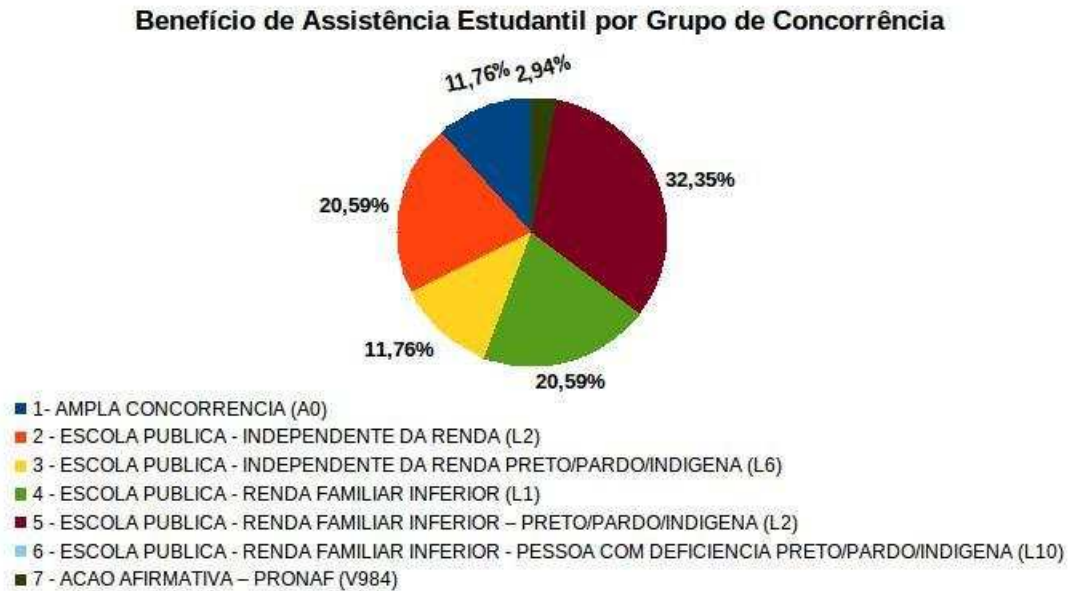
Com base nas informações analisadas até aqui, é possível afirmar, em relação ao perfil geral dos alunos, que os com as maiores rendas familiares brutas mensais, são os que se inscreveram no grupo destinado à ampla concorrência, conforme Figura 2; são autodeclarados brancos, conforme Figura 3; e estão matriculados no curso técnico integrado de Informática, conforme Figura 4. Outro dado que chama a atenção, é que, dentre os matriculados, embora também existam estudantes originários de outros municípios da região, predominam os residentes em Muriaé, conforme Figura 5. Em relação aos estudantes de outras localidades, três municípios se destacam respondendo por mais da metade destes estudantes: Miradouro, Patrocínio do Muriaé e Mirai (Figura 6).

3.3. Perfil dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil

Com relação aos alunos beneficiados pelo programa de assistência ao estudante em baixa condição socioeconômica, tem-se que dentre os 33 alunos que receberam algum tipo de benefício de assistência estudantil durante o curso, 11,76%, o que corresponde a apenas quatro alunos, entrou no curso técnico integrado para o qual concorreu, pela ampla concorrência. Os outros 29 alunos, correspondendo a 88,24% do total de beneficiados, pertencem ao grupo de concorrência que teve acesso pelo sistema de cotas, conforme detalhado na Figura 8. Neste universo em particular, 11 alunos, o que corresponde a 32,35% do total de beneficiados,

pertencem ao grupo de alunos oriundos de escola pública, com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos, autodeclarados preto, pardo ou indígena.

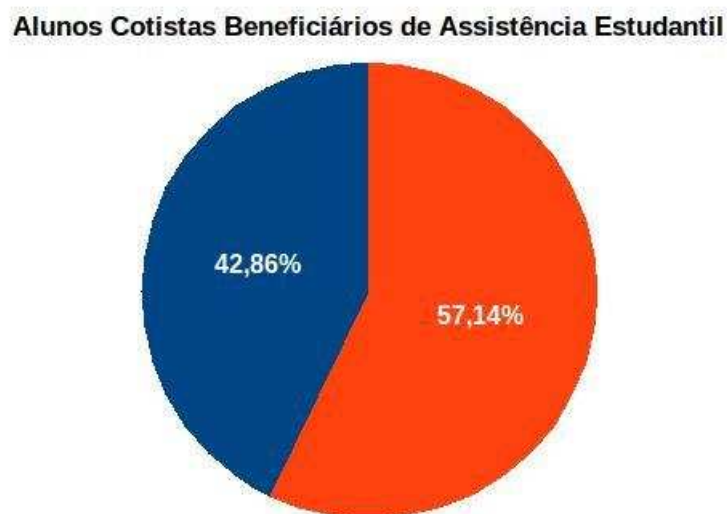
Figura 8 – Proporção dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil por grupo de concorrência.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Se for considerado, para fins de análise, somente o universo de alunos que tiveram acesso aos cursos técnicos integrados pelo sistema de cotas, conforme demonstrado na Figura 9, o número de alunos deste grupo beneficiado pelo programa, corresponde a 42,86%. Ou seja, um pouco menos da metade.

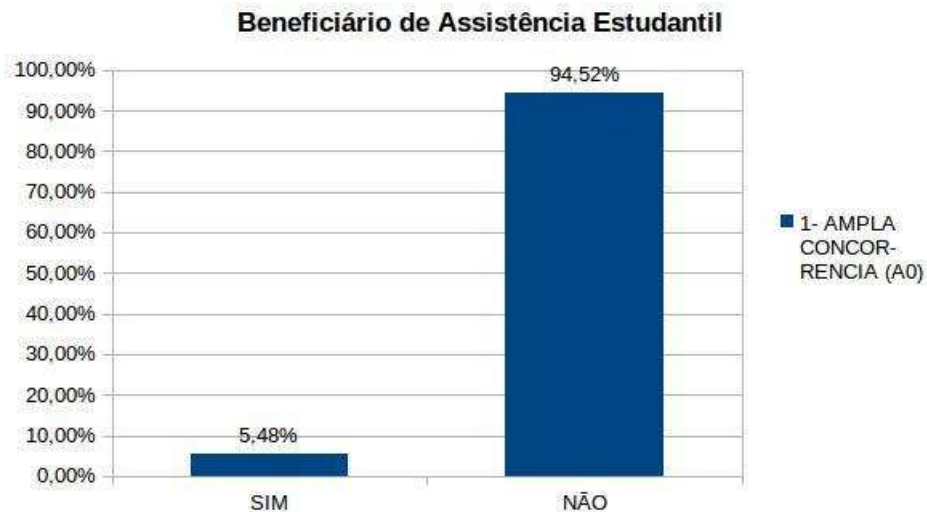
Figura 9 – Percentual dos alunos do universo cotista beneficiados pelo programa de assistência estudantil.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Da mesma forma, se nos restringirmos ao universo de alunos que tiveram acesso aos cursos técnicos integrados pelo grupo de ampla concorrência, conforme demonstrado na Figura 10, um número muito pequeno de candidatos foi contemplado com o benefício de assistência estudantil, apenas 5,48%. Os demais 94,52%, não fizeram jus ao recebimento do referido benefício.

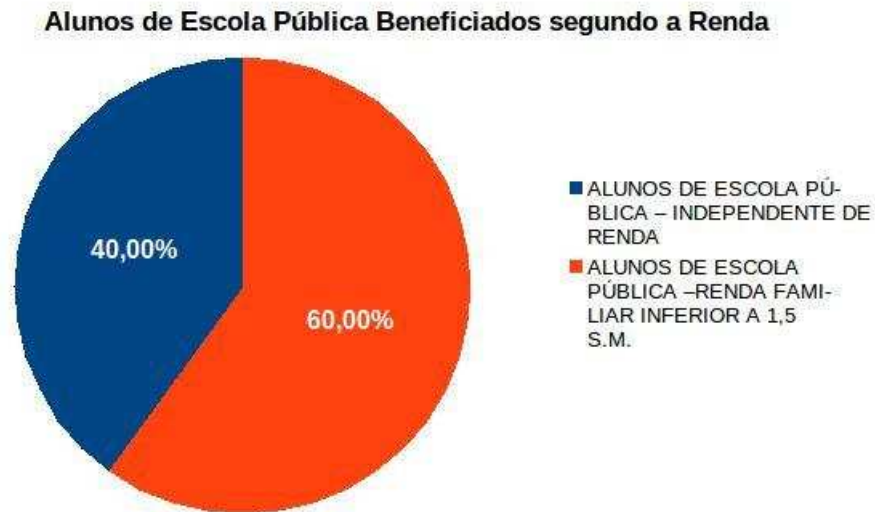
Figura 10 – Percentual dos alunos da ampla concorrência beneficiados pelo programa de assistência estudantil.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Se tomarmos especificamente o universo de alunos cotistas beneficiários do programa de assistência estudantil, é possível notar, conforme Figura 11, que 60% pertencem ao grupo de alunos provenientes de escola pública, com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio. Os demais 40%, pertencem ao grupo de alunos oriundos de escola pública, independente de renda.

Figura 11 – Percentual dos alunos cotistas beneficiados pelo programa de assistência estudantil, segundo a renda.



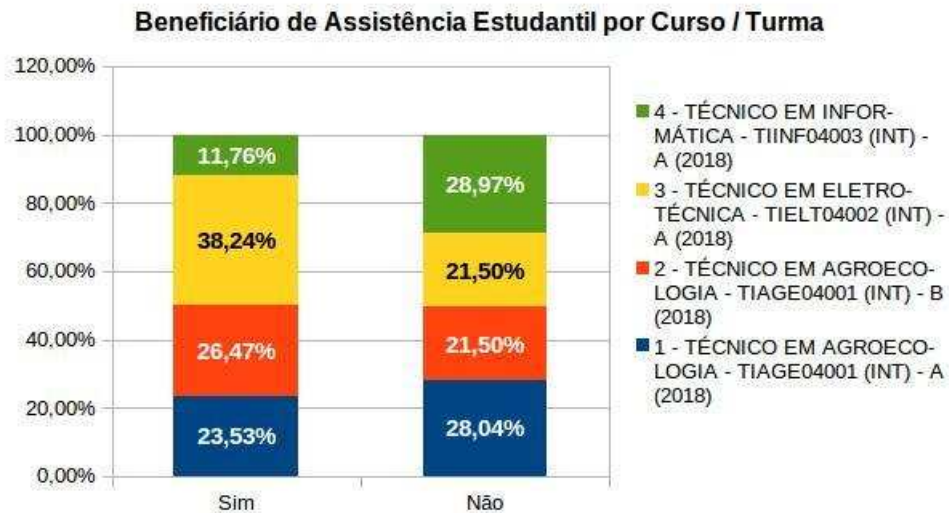
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Conforme o Edital nº 01/2018, de 15 de fevereiro de 2018, destinado à seleção de alunos a serem beneficiados pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, o público-alvo do benefício são aqueles com renda per capita mensal familiar de até um salário mínimo e meio. Dessa forma, mesmo que 40% dos beneficiados no Campus Muriaé tenham concorrido no processo seletivo às vagas dos cursos no grupo de concorrência destinado a alunos de escola pública independente de renda, presume-se que para fins de serem contemplados pelo edital do programa de assistência estudantil, estes alunos se enquadrem no critério de renda per capita mensal familiar de até um salário mínimo e meio.

Na Figura 12, observa-se o percentual de alunos beneficiados pelo programa de assistência ao estudante em cada turma dos cursos técnicos integrados oferecidos pelo Campus Muriaé. Destaca-se nessa observação, o fato de que a turma com o maior percentual de alunos beneficiados pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica pertencerem ao curso técnico integrado de eletrotécnica, com 38,24%. Por outro lado, a turma com o menor percentual de alunos beneficiados, apenas 11,76%, corresponde ao curso técnico integrado de informática. Importante relacionar esses dados com as informações apresentadas na Figura 4, que diz respeito à renda familiar bruta, mensal, por curso. Nela ficou demonstrado que o curso de informática é composto por um percentual de alunos com maior renda e, o de eletrotécnica, por um percentual de alunos com renda mais baixa. Dessa forma, pelo menos do ponto de vista da renda familiar, é possível supor que os

critérios de seleção utilizados para definir os alunos a serem beneficiados pelo programa, têm sido aplicados com certa eficiência.

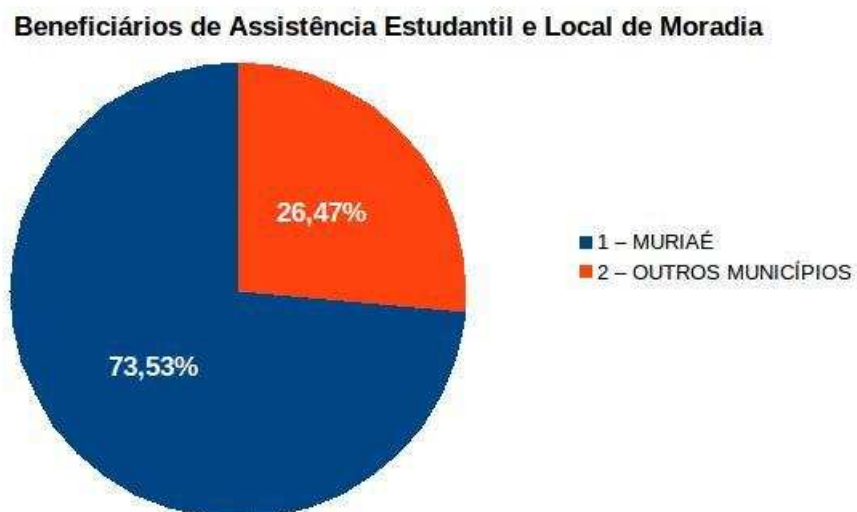
Figura 12 – Percentual dos alunos beneficiados e não beneficiados pelo programa de assistência estudantil, segundo o curso.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao local de moradia, é possível notar na Figura 13, que 73,53% dos beneficiados pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica são residentes em Muriaé, enquanto os 26,47% restantes são residentes em outros municípios. Cabe destacar, aqui, que no geral, é muito maior o percentual de alunos de Muriaé matriculados nos três cursos técnicos integrados analisados nesta pesquisa, correspondendo a 84,03% do total, conforme apresentado na Figura 5.

Figura 13 – Distribuição dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil conforme o Município onde reside.

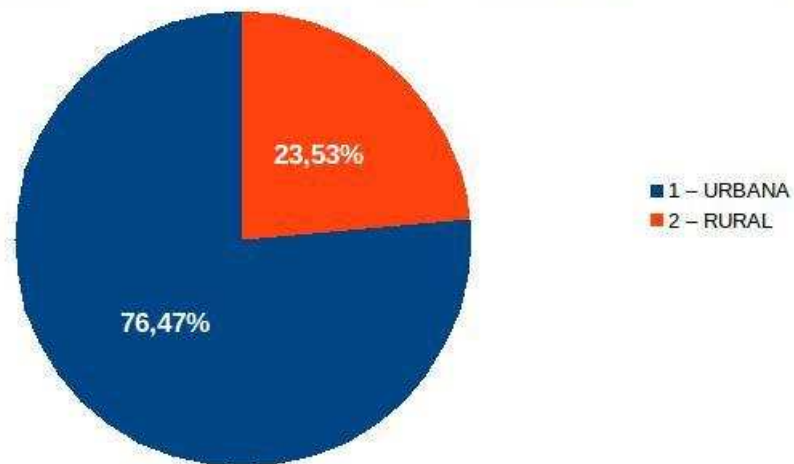


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No que diz respeito à divisão entre região urbana e rural, observa-se na Figura 14, a seguir, que 76,47% dos alunos cotistas beneficiados pelo programa de assistência ao aluno em baixa condição socioeconômica, residem em área urbana, seja de Muriaé ou de outro município da região. Os demais 23,53% dos alunos residem na zona rural. Conforme já apontado, necessário ressaltar, que neste caso, estão classificados como residentes na zona rural tanto os alunos que disseram residir em algum distrito, como os que disseram residir em alguma propriedade rural, denominada por eles como sítio ou fazenda.

Figura 14 – Distribuição dos alunos beneficiários da assistência estudantil conforme zona urbana ou rural.

Beneficiário de Assistência Estudantil e Região de Moradia (Urbana/Rural)

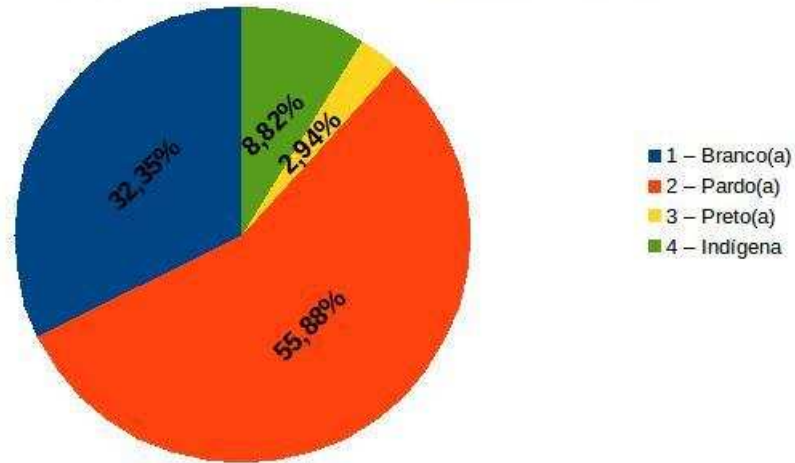


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na Figura 15, está apresentada a distribuição dos alunos beneficiados pelo programa de acordo com a cor/etnia autodeclarada. Nota-se que a maioria dos alunos beneficiados, 55,88%, são autodeclarados pardos. Em seguida, temos 32,35% de beneficiados autodeclarados brancos, 8,82%, indígenas, e 2,94%, pretos.

Figura 15 – Distribuição dos alunos beneficiários da assistência estudantil segundo a cor/etnia autodeclarada.

Beneficiário da Assistência Estudantil por Cor/Etnia



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao perfil geral dos alunos beneficiados pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, pode-se afirmar que a grande maioria, 88,24% do total de beneficiados, pertence ao grupo de concorrência que teve acesso pelo sistema de cotas, conforme detalhado na Figura 8. O curso que possui o maior percentual de alunos beneficiados é o integrado em eletrotécnica, com 38,24%, conforme Figura 12. São, em sua maioria, conforme Figura 13, residentes na cidade de Muriaé, 73,53%, e na zona urbana, 76,47%, conforme Figura 14. Aproximadamente 2/3 dos alunos atendidos no programa, 67,65%, são alunos autodeclarados preto, pardo ou indígena, como pode ser visto na Figura 15.

4. PERCURSOS ESCOLARES, CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E PERSPECTIVAS DE FUTURO

4.1. Condições de permanência dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil

Com relação às condições de permanência dos alunos, buscou-se obter durante a entrevista informações que permitissem construir um perfil das condições socioeconômicas da família, bem como, conhecer alguns aspectos que pudessem contribuir na compreensão de seu capital cultural e social. Essas informações são importantes, uma vez que possibilitam um melhor entendimento do esforço empregado por eles e por seus familiares na manutenção das condições necessárias à permanência no curso.

No que diz respeito à escolaridade dos pais ou responsáveis, dentre os cinco entrevistados, apenas um disse que a mãe possuía escolaridade em nível superior, porém, não atuava na área de formação. Dentre os demais, predominou a informação de que os responsáveis possuem o ensino fundamental incompleto. Quanto à composição familiar, todos possuem irmãos e dois entrevistados disseram serem filhos de pais separados, sendo que, neste caso, residem com a mãe, o(s) irmão(s) e o padrasto.

No que se refere à escolaridade dos avós, quatro entrevistados disseram não saber até que série eles estudaram, e um deles afirmou ter sido muito pouco. Um dos entrevistados disse que uma avó chegou a ser professora, porém, não soube informar se ela possuía apenas o antigo normal, ou formação em nível superior. Não se lembra, também, da escolaridade dos demais avós.

Em termos de ocupação profissional, os dois entrevistados residentes no município de Miradouro, disseram que os pais são trabalhadores rurais. Dentre os três residentes em Muriaé, um disse que a mãe é do lar e o pai é aposentado por invalidez, em virtude de doença que o incapacita para o trabalho. Os outros dois entrevistados afirmaram que as mães são trabalhadoras informais, sendo que uma atua como diarista e, a outra, como doméstica. Um dos padrastrós também é trabalhador informal e o outro trabalha com carteira assinada na área de mecânica.

Nenhum dos entrevistados disse ter feito cursinho preparatório para as provas do IF Sudeste MG / Campus Muriaé e todos afirmaram ser a primeira pessoa do núcleo familiar a ingressar num curso técnico. Apenas um deles disse ter se preparado para as provas estudando com amigos e mencionou ter feito algumas aulas particulares.

Com relação ao deslocamento, três entrevistados, residentes em Muriaé, disseram que utilizam o transporte público da cidade para chegar até a escola. Dentre estes, um deles, Heitor, aluno do curso de Eletrotécnica, é morador da zona rural do município e afirmou que caminha durante aproximadamente 25 minutos, por uma estrada de terra, de sua residência até o local onde passa um ônibus intermunicipal que o leva à cidade. Faz esse percurso na ida e na volta, diariamente.

Entre os alunos residentes em outro município, destaca-se a condição de Enzo, aluno do curso de Agroecologia, autodeclarado pardo, morador da zona rural da cidade de Miradouro. Na ocasião em que foi aprovado no curso, com o objetivo de facilitar seu deslocamento até Muriaé, mudou-se para a casa da avó na sede do município de Miradouro. Para chegar a Muriaé, distante aproximadamente 30 km de Miradouro, utiliza-se do transporte de van. Trata-se de um percurso de ida e volta, feito diariamente. Quando questionado se recebe algum apoio do município para este deslocamento, afirmou que não, e que o mesmo é custeado pela própria família, com o auxílio da bolsa de assistência estudantil.

Nenhum deles disse estar exercendo alguma atividade remunerada, atualmente, e todos ressaltaram a dificuldade que seria conciliar os estudos num curso técnico integrado, com uma ocupação laboral.

É possível constatar que se trata de alunos pertencentes a famílias de baixa renda e com baixa escolaridade, inseridos num contexto educacional completamente diferente do vivenciado no percurso anterior. Nota-se que, embora do ponto de vista econômico pertençam a um mesmo grupo na estrutura social, com dificuldades financeiras semelhantes, estes alunos possuem particularidades em suas estruturas familiares que podem repercutir em estratégias bastante diferenciadas para o enfrentamento dessas dificuldades (LAHIRE, 1997). À medida que forem aprofundadas, a seguir, as questões relacionadas ao percurso e vivência desses alunos, será possível avaliar a quão significativa pode ter sido essa mudança de contexto educacional, bem como, a maneira como ocorreu a adaptação a essa nova realidade.

4.2. Percursos e vivências dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil

Na categoria percurso e vivência dos alunos, pretendeu-se conhecer os possíveis desafios e dificuldades enfrentados por eles durante o curso, assim como, as estratégias que utilizaram para superar estes eventuais desafios. Além disso, buscou-se, também, obter informações que permitissem compreender melhor a importância do programa de assistência estudantil na permanência desses estudantes.

Com relação à maneira como ficaram sabendo do IF Muriaé, os cinco alunos entrevistados afirmaram ter tomado conhecimento da instituição por intermédio de parentes, amigos e/ou divulgação feita na escola pública onde estudavam. Enzo, aluno do curso de Agroecologia, destacou a influência de uma prima que fez o curso técnico de Informática no IF Muriaé. Quando ele começou a cursar o primeiro ano de Agroecologia, ela estava cursando o terceiro e último ano de Informática. Segundo ele, atualmente ela está fazendo faculdade de Odontologia na Unifaminas. Sophia, aluna do curso de Informática, disse ter sido influenciada por outras duas alunas que estudaram na mesma escola pública onde ela fez o ensino fundamental e haviam sido aprovadas no processo seletivo do IF Muriaé. Uma, cursou Informática e, a outra, Eletrotécnica.

Lorena, do curso de Eletrotécnica, destacou ter tomado conhecimento do IF Muriaé mediante a visita de servidores da instituição realizando divulgação do processo seletivo. Além da maneira como ficou sabendo do processo seletivo, em si, Lorena aproveitou para relatar como foi sua adaptação ao IF:

(...) O primeiro ano foi um ano muito pressi [sic], pressionado, eu senti muita pressão, porque era um ritmo de estudo que eu não estava acostumada, era uma dificuldade muito maior do que eu passava com o ensino estadual. (...) Porque no IF, foi [sic], eu até então eu estudava, mas foi no IF que eu aprendi a como estudar. Então, eu revi a minha rotina, eu fazia os meus horários. Eu estudava todo dia, aprendi o hábito de estudar todo dia, até mesmo no final de semana, pra minha cabeça sempre estar organizada, pra minha cabeça sempre estar no foco. Até porque, pra eu não chegar no momento de desespero, também, porque eu sabia que eu tinha tudo sobre controle. Aí depois, passado o primeiro ano, chegou o segundo e eu já tinha mais consciência de como funcionava o ensino. Então o segundo ano foi muito tranquilo pra mim, foi muito mais acolhedor, já tinha uma experiência, uma familiaridade com os amigos, com os professores, com a instituição, em si. Muito mais segurança, muito mais confiante. Então, me ajudou muito. O IF me ensinou muito sobre essas coisas.

É possível notar, conforme aponta Bourdieu, que o conjunto de habitus e disposições anteriormente incorporados pela aluna e trazidos do contexto e das práticas sociais vivenciados por ela, não correspondem aos valores, às posturas e às práticas exigidas nesse novo ambiente escolar (NOGUEIRA, 2002). Percebe-se, também, por essa declaração, o esforço empreendido pela própria estudante na tentativa de se adaptar às exigências impostas por um contexto educacional totalmente diverso do vivido anteriormente. Foi necessário que ela desenvolvesse uma rotina, estipulasse horários e, nas palavras dela, aprendesse “o hábito de estudar”. Trata-se de um processo que é referenciado no campo da sociologia da educação, como sendo de “afiliação” do indivíduo à “condição de estudante”, muito observado em pesquisas com

estudantes universitários. Embora possa conter características um pouco diferentes, é possível observar que ocorre um processo semelhante com estudantes vinculados aos cursos técnicos integrados das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Na fala da estudante constata-se uma completa mudança de atitude na sua relação com o saber, com o conhecimento, com a aprendizagem, com o ritmo de estudo. (COULON, 2008).

Em termos de atendimento, ou não, da expectativa que possuía em relação ao curso, Enzo, aluno do curso de Agroecologia, argumenta que “esperava mais do curso” e justifica sua resposta dizendo que o achou muito focado em aulas teóricas, com pouco desenvolvimento de atividades práticas. Por outro lado, Laura, também da Agroecologia, pensa diferente, e na opinião dela o curso superou suas expectativas:

(...) eu escolhi ele, achando que ele ia tratar só de uma certa temática, mas ele abrange muito mais coisas da nossa vida. Então, pra mim ele superou, porque pra mim ele não ficou limitado, só, ao tema que eu tinha na minha cabeça, entendeu. É, tipo assim, limitado só a coisa relacionada a plantar, colher, essas coisas assim. Mas, também, trabalha com a dignidade do ser humano, outras perspectivas do futuro, e tal, entendeu. Aí eu achei isso interessante, porque não ficou limitado só ao campo e tal.

A fala da Laura nos remete a uma concepção de formação profissional mais abrangente, que não se limita ao treinamento e capacitação dos indivíduos para o desenvolvimento de atividades meramente operacionais, mas demonstra a preocupação com uma formação mais humanizada, que contemple a possibilidade de compreensão do contexto social no qual estão inseridos (CIAVATTA, 2019). A preocupação com essa formação mais ampla, empenhada em conhecer todo o contexto social que cerca os alunos, que, nas palavras da Laura, “trabalha com a dignidade do ser humano”, está expressa no documento *Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* (MEC, SETEC, 2008).

Sophia (Informática) disse que, em termos de expectativa, o curso foi diferente do que ela imaginava e destaca:

(...) São coisas mais aprofundadas que vão te levar a um caminho se você quiser fazer uma...Por exemplo, você pode atuar como técnico, técnico, mesmo, ou se quiser, fazer uma faculdade para você descobrir que área que você quer, o que você gosta. Mas, em geral, o curso é muito bom.

Os argumentos apresentados por Sophia, também corroboram a ideia de que mesmo num curso voltado para a formação técnica pode prevalecer o desenvolvimento de uma formação humana e cidadã mais ampla, em detrimento de uma qualificação voltada exclusivamente para o trabalho.

Lorena (Eletrotécnica) argumentou que o curso atendeu ao que ela esperava. Ela disse ter pesquisado a respeito, e ter entrado no curso sabendo, mais ou menos, como iria ser, sendo que ele “atendeu bem” em relação ao que esperava aprender. Para Heitor (Eletrotécnica), o curso superou suas expectativas e ele não imaginava que fosse se adaptar tão bem a ele, apesar das dificuldades e de ser um curso “bem puxado”.

Dessa forma, temos que entre os cinco entrevistados, apenas um disse que o curso não atendeu suas expectativas. Dois disseram que ele superou suas expectativas. Um entrevistado disse que ele foi diferente do que ela imaginava, mas, por sua fala descrita acima, percebe-se que foi diferente, mas de uma maneira positiva. Para uma entrevistada, ele atendeu exatamente ao que ela esperava.

Quando questionados se mudariam de curso caso fizessem o processo seletivo hoje, Enzo, que cursa Agroecologia, disse que se fosse hoje, tentaria o curso de Eletrotécnica, pois neste curso desenvolvem muito conhecimento na área de exatas, como física e matemática. Laura, também do curso de Agroecologia, disse que se fosse hoje, tentaria o curso de Informática pois entende que lhe abriria mais oportunidades de atuação profissional na área. Sophia, do curso de informática, disse que se fosse hoje, tentaria o curso de Agroecologia, pois tem se identificado bastante com disciplinas que abordam o meio ambiente. Lorena e Heitor, do curso de Eletrotécnica, disseram que não mudariam de curso.

No que diz respeito ao acolhimento recebido quando ingressaram no IF Muriaé, todos disseram ter sido muito bem acolhidos. Enzo falou que “o referencial do IF, (...) é o acolhimento”. Laura e Lorena destacaram o estranhamento inicial em virtude da mudança, da adaptação ao novo, mas da parte da instituição, foram muito bem acolhidas. Lorena, no entanto, volta a destacar uma pressão inicial, compromissos, responsabilidades, e a necessidade de adaptação:

(...) no início sempre há uma questão da timidez, também, de você estar num lugar diferente, com pessoas diferentes, a minha rotina mudou, eu tinha de andar de ônibus, uma coisa que eu não fazia, eu sempre andava a pé. Mas, no início sempre houve aquela estranheza. Mas depois, com o passar do tempo, acho que em questão de dias, de semanas, mesmo, eu fui muito acolhida lá, me senti muito bem. Por mais que houvesse a pressão, houvesse os compromissos, houvesse as responsabilidades, eu sempre me, eu sempre fui com a cabeça muito boa em relação a isso. Então, eu me senti bastante acolhida. Todos, sempre, me atenderam muito bem.

Enzo, Laura e Sophia, destacaram, sobretudo, a disponibilidade dos professores com o atendimento nos plantões.

Todos os entrevistados disseram ter recebido algum tipo de auxílio financeiro com a finalidade de ajudá-los a se manterem no IF Muriaé. Enzo e Laura, do curso de Agroecologia, receberam tanto o auxílio transporte, quanto o auxílio manutenção. Sophia, do curso de Informática, recebeu o auxílio moradia e o auxílio transporte. Lorena, do curso de Eletrotécnica, recebeu o auxílio transporte e o auxílio manutenção. Posteriormente, ela foi aprovada num processo seletivo referente à concessão de uma bolsa para dar aulas de teatro e passou a receber somente o auxílio transporte, juntamente com a referida bolsa. Heitor, do curso de Eletrotécnica, recebeu o auxílio transporte. Nota-se que à exceção de Heitor, todos os demais entrevistados disseram ter recebido mais de um tipo de auxílio a título de assistência estudantil.

Ao serem questionados se o recebimento do referido auxílio foi fundamental para sua permanência no curso, todos foram unânimes em dizer que sim. Nas palavras de Enzo, que mora em Miradouro, beneficiado pelo auxílio transporte e o auxílio alimentação, e ainda utiliza o transporte de van para vir a Muriaé, o suporte financeiro fez toda a diferença:

Com certeza, cara, porque meus pais, eles não têm condição de me bancar, lá, não, no IF, não. Por que, geralmente, o gasto com passagem, alimentação, moradia, como foi no primeiro ano e até, mesmo, no segundo ano, que o transporte, ficava muito caro. Tipo assim, fica, né. Porém, o IF, ele consegue bancar tudo, né.

Laura ressaltou a importância do recurso no custeio de suas despesas com transporte e alimentação. Sophia, que assim como Enzo, também é de Miradouro, destacou a importância do auxílio para custear as despesas da república de estudantes em que morava:

Sim, com certeza. Por que, são muitas despesas que a gente acaba tendo, por morar fora, por morar sozinha. Realmente, são muitos gastos, então eu acho que sem o auxílio eu não conseguiria me manter.

Pela fala do Enzo e da Laura é plausível concluir que sem o auxílio concedido aos estudantes, dificilmente teriam conseguido permanecer no curso.

Lorena vai além e resalta a utilização do auxílio para aquisição de material escolar, uniforme e, até mesmo, no custeio de algumas despesas de casa:

No primeiro ano, o auxílio manutenção não só ajudou a custear as despesas em relação ao ensino, em relação a caderno, mochila, até mesmo uma roupa, um uniforme, porque você, isso é básico, você tem que ter, ainda mais que o nosso ensino é integrado, a gente fica o dia inteiro lá. Ajudou, também, a custear outras coisas dentro de casa e que foram importantes, também, porque tendo um ambiente agradável, com luz em dia, água em dia, uma boa compra e, também, até porque o almoço no IF, né [sic]. Então me ajudou a custear o almoço no IF, também. Então, com certeza, foi super necessário, foi essencial pra minha permanência, lá.

Heitor destacou a importância do auxílio no custeio das passagens de ônibus e disse que sem essa ajuda não teria conseguido permanecer no curso.

Fica evidente a importância do programa de assistência estudantil para a manutenção desses estudantes. Assistência, essa, sem a qual eles afirmam que não seria possível permanecer no curso. Lembrando que o valor de cada bolsa gira em torno de R\$300,00 (trezentos reais) por mês e que alguns alunos recebiam 2 bolsas, totalizando R\$600,00 (seiscentos reais), percebe-se a importância que este tipo de auxílio pode ter no contexto de famílias de baixa condição socioeconômica. Juntamente com a reserva de vagas pelo sistema de cotas, é possível perceber a concepção de uma certa “justiça distributiva” conforme apontado por Dubet, levando-se em consideração “as desigualdades reais” entre os alunos e implantando estratégias que tem por objetivo tentar remediá-las, de alguma maneira (DUBET, 2004). Tratam-se de medidas compensatórias, focadas no aluno, que levam em conta a realidade e a carência de cada um.

Merece destaque, no entanto, a fala de Lorena que embora possa pertencer ao mesmo grupo social que os demais, compartilhando de semelhante capital econômico, social e cultural, traz, em seu depoimento, uma particularidade de sua realidade familiar que a distingue da realidade dos demais. A utilização do recurso da assistência estudantil para o custeio de despesas familiares como o fornecimento de energia elétrica, de água, ou ainda, gastos com supermercado, demonstra a ocorrência de um fenômeno de diferenciação social, dentro do próprio grupo no qual está inserida. Isso pode impactar na constituição de um ambiente familiar propício, ou não, ao desenvolvimento educacional (LAHIRE, 1997). No caso da Lorena, essa diferenciação, pode representar desafios extras a serem superados.

Os entrevistados foram questionados, também, quanto à participação em grupos de estudo. Os dois entrevistados do curso de Agroecologia disseram não ter participado de grupos de estudo com os demais colegas de curso. Os outros três, disseram ter participado de grupos de estudo e lamentaram a interrupção dessa atividade durante o terceiro ano em virtude da suspensão das aulas presenciais, causada pela pandemia.

Por se tratarem de cursos técnicos integrados ao ensino médio, a grade curricular prevê como pré-requisito para a conclusão da formação técnica, a realização de um estágio obrigatório de 240 horas a partir do segundo, até o final do terceiro ano de curso. Dentre os entrevistados, três disseram ter concluído integralmente o estágio curricular obrigatório e dois disseram tê-lo concluído em parte. Com relação ao apoio da instituição na indicação de locais de estágio e na intermediação entre os alunos e estes locais, os entrevistados do curso de Eletrotécnica queixaram-se, bastante, do apoio da instituição. Afirmaram ter sido necessário buscar locais por

conta própria e terem realizado muitas visitas até conseguirem um local que os recebesse como estagiários.

Com relação à disciplina que encontraram mais dificuldade durante o curso, Enzo, do curso de Agroecologia, disse ter encontrado maior dificuldade em física. Para superar essa dificuldade, recorreu aos plantões ofertados pelo(a) professor(a) para esclarecer as dúvidas. Laura, também do curso de Agroecologia, disse ter encontrado maior dificuldade em matemática e recorreu ao auxílio de colegas de curso para superar essa dificuldade. Sophia, do curso de Informática, disse ter encontrado maior dificuldade em física e em algumas disciplinas da formação técnica. Também recorreu ao auxílio de colegas de curso para superar essa dificuldade. Lorena, do curso de eletrotécnica disse ter encontrado maior dificuldade em matemática e com a disciplina circuitos (corrente contínua) da formação técnica. Para superar essa dificuldade, contou com o apoio de alunos bolsistas de monitoria e de professores durante os plantões de atendimento. Por fim, Heitor, também da Eletrotécnica disse ter encontrado dificuldade em circuitos e superou essa dificuldade com o apoio de alunos bolsistas de monitoria. Dessa forma, física, matemática e circuitos foram as disciplinas mencionadas pelos entrevistados em relação às quais encontraram maior dificuldade.

Observa-se, mais uma vez, um conjunto de medidas adotadas pela instituição, que visam amenizar as possíveis diferenças existentes entre os alunos, auxiliando-os na superação de suas dificuldades. A disponibilidade de horários de atendimento em plantões por parte dos professores e o apoio de alunos bolsistas de monitoria são iniciativas que visam disponibilizar um auxílio àqueles estudantes com maior dificuldade na adaptação a uma nova rotina de estudos e na compensação de uma formação em nível fundamental mais distante da realidade exigida no âmbito do IF Sudeste MG. São iniciativas importantes, mas, que ainda apresentam algumas limitações, como poderá ser observado mais adiante.

Os entrevistados foram questionados, também, se chegaram a pensar em desistir do curso, em algum momento. Enzo, da Agroecologia e Lorena, da Eletrotécnica, disseram nunca ter pensado em desistir. Laura, da Agroecologia, disse ter cogitado desistir do curso no último ano (3º ano) e transferir-se para outra escola pública, por medo de não conseguir conciliar a rotina de estudos no IF Muriaé com a preparação para o ENEM. Sophia, aluna do curso de Informática, também pensou em desistir:

Pelo cansaço, pelo excesso, pela aquela rotina a que eu não estava acostumada. Porque eu acho que foi um choque, sabe, chegar, assim. E o segundo ano, também, foi bem complicado. Porque eu achei, a carga horária ela me, pegava, mesmo, sabe, o que mais pegou pra mim foi a questão da carga horária. Eu não estava acostumada, você tem

que aprender a lidar com uma rotina que não tinha antes e isso cansa, é um cansaço, realmente, tanto físico, quanto mental. Então eu já me peguei em fases de querer desistir, sim.

Heitor, da Eletrotécnica, foi o outro entrevistado que também disse ter pensado em desistir:

Uma pressão que existe acima dos alunos, que é muito grande, aqui, porque é muito puxado. Tem professores que cobram muito. Você tem que saber lidar muito bem, com o tempo que você tem, saber gerir bastante, isso. Que é uma pressão grande que fica sobre a nossa cabeça de ter que fazer tal coisa, fazer trabalho, prova, ter que estudar pra tal coisa.

Mais uma vez, fica evidente na fala de alguns dos entrevistados uma completa mudança de realidade em relação à vivência educacional anterior e uma necessidade de adaptação que não se dá de maneira tão simples, por mais que encontrem apoio institucional, por mais que tenham acesso a plantões, monitores e que busquem estratégias de estudo em grupo para superar os desafios encontrados. Fica claro, neste caso, que é exigida dos alunos a familiaridade com rotinas, habitus, costumes, conhecimentos, tempos de estudo, que não correspondem ao habitus e disposições adquiridos como herança familiar no contexto de socialização de alguns deles. Quanto mais distante for a bagagem social transmitida a cada indivíduo de maneira hereditária a partir do seu grupo familiar e do círculo social no qual está inserido, em relação à cultura dominante que predomina no ambiente escolar, maior pode ser o estranhamento e mais difícil pode ser a adaptação desses alunos a essa nova realidade (NOGUEIRA, 2002).

Em seguida, os entrevistados foram indagados em relação aos maiores desafios enfrentados durante o curso e às estratégias que utilizaram para superar estes desafios. Para Enzo, do curso de Agroecologia, o maior desafio enfrentado foi a carga horária. Por morar em outro município, Miradouro, o tempo perdido no deslocamento soma-se ao da carga horária do curso e torna sua rotina mais difícil, deixando pouco tempo para estudar em casa. Laura, também aluna do curso de Agroecologia, disse que a organização da rotina foi o maior desafio que enfrentou.

Por que, por exemplo, no primeiro ano, a gente..., eu, deixava acumular matéria, pra estudar só quando chegasse perto da prova, ia anotando direitinho, prestando atenção no que o professor falava, só que deixava para estudar, mesmo, antes da prova. Só que aí não dava, porque acumulava muita prova, né. São muitas matérias e tal. Aí minha maior dificuldade foi isso, só que depois eu fui aprendendo a estudar antes, a revisar as matérias antes, pra quando chegar na hora da prova ficar mais fácil.

Para contornar essa situação, Laura disse ter se virado sozinha. Para Sophia, do curso de Informática, os maiores desafios foram: o cansaço, em virtude da carga horária; ficar longe

da família, por ser de outro município e ter que morar em uma “república” de estudantes; e a falta de dinheiro. O diálogo e o apoio entre os colegas de turma foram fundamentais para superar as dificuldades. Lorena, aluna do curso de Eletrotécnica, disse que a pressão e o cansaço foram os maiores desafios que enfrentou:

Então, tinha alguns dias que eu não conseguia assistir aula, eu faltei algumas aulas por causa disso. Mas eu acho que é isso, eee [sic] como trabalhar minha ansiedade, dentro da pressão, porque a pressão é algo natural dentro da instituição. Todos reconhecem isso.

Para ela, o apoio de uma amiga de curso, da mãe e do namorado foi fundamental nesse momento. Disse que os professores também a apoiaram muito. Heitor aponta como maior desafio a adaptação para ficar o dia inteiro na escola, por tratar-se de um curso integrado. Por morar na zona rural, sua rotina diária era muito extensa:

(...) porque eu tinha que acordar 05h30min da manhã, me arrumar, andar, pegar o ônibus, ir pra escola. E ter que ir embora, chegar em casa 8h da noite, porque o meu ônibus era 07h30 (da noite).

Destaca-se, pelas falas acima, um nível de exigência em termos de conteúdos de disciplinas e aquisição de conhecimentos, bem superior ao que estavam habituados. Soma-se a isso a carga horária mais elevada por se tratar de uma formação técnica integrada ao ensino médio e, no caso de alguns alunos, a distância do local de residência em relação ao IF Muriaé. É possível perceber, pelos relatos acima, um esforço e dedicação muito grandes, na tentativa de superar estes desafios. Sophia destacou o apoio dos próprios colegas de curso, onde por meio de muito diálogo eles conseguiam desabafar as angústias e encontrar forças para superar as dificuldades. Lorena mencionou o apoio de uma amiga de curso, do namorado e da mãe, sempre a incentivando a permanecer no curso e vencer os obstáculos encontrados. É possível afirmar que as dificuldades enfrentadas por estes alunos estão relacionadas ao fato de não possuírem o capital econômico que lhes viabilizaria o acesso a bens e serviços que tornariam sua rotina menos cansativa e, à ausência de um capital cultural incorporado na forma de habitus que tornaria seu percurso escolar mais próximo da realidade exigida nessa escola (NOGUEIRA, 2002).

Outro questionamento feito aos entrevistados foi no sentido de saber como eles imaginavam que seria o IF Muriaé antes de ingressar nele. Enzo disse que já tinha uma noção de como seria, pelo fato de uma prima estudar lá e por já ter visitado a instituição com um grupo de alunos da escola onde cursou o ensino fundamental, durante a realização de uma feira de ciências. Ele disse, também, que esse conhecimento prévio lhe serviu de motivação e destacou a existência de espaços como a quadra poliesportiva, os diversos laboratórios e a sala de

informática. Laura alegou que imaginava que seria “algo muito difícil” e que “não conseguiria dar conta das coisas”. De fato, ela achou o primeiro ano muito difícil, porém, depois ela organizou seu tempo e conseguiu se adaptar à rotina. Sophia argumentou que o IF Muriaé é do jeito que ela imaginava, mesmo, e ressaltou aspectos como as atividades esportivas, a possibilidade de conhecer coisas novas e a sensação de maior liberdade. Lorena disse que aprendeu mais coisas no IF Muriaé do que imaginava e ressaltou:

Eu não imaginava que ele ia moldar tanto a minha cabeça, que ele ia me ajudar, tanto, na maturidade que eu tenho, hoje. Em relação a posicionamentos de vida, a maturidade pra lidar com as coisas, a responsabilidade. Eu não achava que ele ia somar tanto, isso, na minha vida, mas ele somou.

Heitor mencionou que imaginava que seria uma escola muito boa e quando passou a estudar nela, percebeu que sua visão a respeito da instituição melhorou. Ele argumentou “que é uma escola que se preocupa muito com os alunos, todos os profissionais que estão lá se preocupam, são dedicados.”

Com relação à disponibilização de infraestrutura e recursos adequados para o aprendizado, Enzo reforçou o fato de a instituição oferecer laboratórios e sala de informática. Laura destaca a disponibilização de computadores, de uniforme (jaleco, bota, touca) e de equipamentos, como a enxada, para as atividades práticas. Para Sophia, do curso de Informática, o IF já não fornece o material necessário para as atividades práticas relacionadas à sua formação técnica. Lorena, da Eletrotécnica cobra maior disponibilidade de acesso dos alunos aos laboratórios de informática e ampliação do refeitório³². Por fim, ela solicita, ainda, a oferta de um espaço de convivência, para descanso e recreação dos estudantes. Heitor afirma que o IF oferece uma boa infraestrutura e, solicita, apenas, uma maior disponibilidade de acesso à internet na área da instituição.

No que diz respeito ao que mais têm sentido falta do ambiente escolar, Enzo sente mais falta do contato com os amigos e os professores. Laura sente falta da rotina, das aulas e das atividades de estudo. Sophia sente falta da liberdade e da autonomia que ela tem no ambiente do IF. Lorena sente falta da rotina, da pressão dos estudos, da produtividade que lhe coloca uma perspectiva de futuro.

Foi questionado aos entrevistados se a pandemia do Coronavírus (Covid-19) que se disseminou no Brasil e no mundo a partir do início de 2020, impactou de alguma forma seus

³²Essa ampliação já foi viabilizada pela atual gestão, durante esse período de suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia.

planos. Enzo disse que a pandemia não atrapalhou seus planos. Laura disse que embora tenha procurado se adaptar em casa, a suspensão das aulas presenciais em função da pandemia pode ter impactado na sua preparação para o ENEM. Sophia sentiu um impacto muito grande na sua rotina, levantando muitas incertezas, dúvidas e questionamentos. Para Lorena, a pandemia afetou significativamente seus planos:

Então, lá, eu sempre me senti muito motivada, eu sempre me sentia produtiva, realizando as minhas coisas, sabendo que meus amigos estão lá. Eu me divertia, também, porque tinha meus momentos de lazer. Então eu sinto muita falta disso (...) Aqui dentro de casa é tudo num ambiente só. Então, eu entro no meu quarto, eu tento estudar, eu não consigo, porque, às vezes, eee [sic], acontece alguma coisa dentro de casa, ou a minha cachorra late, ou precisa resolver alguma coisa, ou tem um barulho do vizinho incomodando. Meu notebook está muito ruim, às vezes meu notebook não funciona. O celular, ele é muito limitado pra fazer minhas coisas. Então, eu me deparo com um ambiente muito limitado, muito cansativo (...)"

Heitor disse que a pandemia impactou muito seus planos, sobretudo, para se manter uma rotina de estudos.

Com relação à melhor adequação para o desenvolvimento e manutenção de uma rotina de estudos, à exceção de Enzo, notamos, pela fala dos demais entrevistados, uma diferença significativa entre o ambiente encontrado na escola e o existente em casa. A disponibilidade de um ambiente familiar minimamente estável, organizado, onde a rotina possui uma certa regularidade, com uma infraestrutura adequada, contribui para um melhor ordenamento das “estruturas cognitivas”, das ideias e favorece o desenvolvimento de práticas de estudo mais propícias ao êxito escolar (LAHIRE, 1997). Esse ambiente pode ser encontrado no IF Sudeste MG, nos múltiplos espaços que ele disponibiliza aos estudantes, como as salas de estudos na biblioteca, os laboratórios, o acesso gratuito à internet, os espaços de convivência etc. Porém, sob diversos aspectos, não corresponde à realidade vivenciada por alguns deles no ambiente familiar. Destaca-se, como agravante, neste caso, a total suspensão das atividades presenciais ocasionada pela pandemia. Para que seja melhor aproveitado, o ensino remoto demanda dos alunos uma estrutura em termos de disponibilidade de equipamentos, acesso à internet e espaço físico apropriado, que muitos não possuem.

Os entrevistados também foram perguntados se surgiram dificuldades extras para a família em função da pandemia. De acordo com Enzo, não surgiram dificuldades extras para sua família, em função da pandemia. Ele credita isso ao fato de ser morador da zona rural. Laura também disse não terem surgido dificuldades extras. Sua mãe é diarista e conseguiu manter o volume de trabalho que tinha antes. Sophia e Heitor disseram terem surgido dificuldades extras

para a família, sob o aspecto financeiro. Lorena disse que surgiram dificuldades no início, mas que conseguiram controlar a situação.

Percebe-se que estes alunos são oriundos de um contexto social e familiar que demanda um investimento muito maior da parte deles em termos de adaptação e incorporação de disciplina e *habitus* que lhes possibilitem alcançar um bom desempenho no IF Sudeste MG. Nesse sentido, a disponibilização de uma certa “justiça distributiva” no âmbito da educação, onde por intermédio de ações de assistência estudantil a escola procura levar em conta “as desigualdades reais” dos alunos e busca, de alguma maneira, compensar essas desigualdades, mostra-se indispensável para a permanência deles (DUBET, 2004). Observa-se que o êxito destes estudantes no contexto do IF Sudeste MG está vinculado à necessidade de que estabeleçam uma nova relação com o conhecimento, com a aprendizagem (COULON, 2008). Demanda que adquiram novo *habitus*, um novo ritmo de estudo, empregando um esforço muito maior do que aquele que estavam acostumados a empregar em seu percurso escolar anterior.

4.3. Perspectiva de futuro dos alunos beneficiados pelo programa de assistência estudantil

Nesta categoria, a intenção é tentar compreender de que forma o fato de terem estudado no IF Muriaé pode ter impactado suas expectativas e perspectivas de futuro, tanto do ponto de vista pessoal, como profissional.

Inicialmente, foi questionado a eles se o curso que fizeram atendeu às suas expectativas e, caso afirmativo, em que aspectos. Enzo afirmou que “com certeza”, principalmente sob o ponto de vista acadêmico e completou: “Se eu não estivesse no IF eu não sei se teria esse conhecimento que tenho hoje, essa visão de mundo.” Laura declarou que atendeu “completamente” e destacou o quanto a ajudou “a ter uma direção de futuro”. Lembrou que “tem muita gente que termina o ensino médio e não continua, não busca uma faculdade e eu acho que o IF, por ser federal, eu acho que ele tem muito esse pensamento de uma faculdade no futuro.” Sophia, no entanto, acredita que o curso atendeu “em partes”, pois percebe que deveria ter aprendido coisas que não aprendeu, relacionadas, especificamente, à sua área de formação técnica, que é a informática. Lorena e Heitor consideram que o curso que fizeram atendeu suas expectativas. Heitor destacou que abriu seus horizontes despertando-lhe o interesse pela área de engenharia. Lembrou, também, dos diversos projetos desenvolvidos e apresentados nas feiras de ciências e ressaltou as oportunidades de aprendizado vivenciadas no IF Muriaé. Uma nova “visão de mundo”, o desenvolvimento de planos para o “futuro” com o intuito de direcionar o esforço pessoal para a construção de uma carreira profissional, o

pensamento de cursar uma “faculdade”, a perspectiva de “abrir os horizontes” são as expressões que se destacam na fala dos entrevistados.

Os entrevistados foram questionados se o fato de terem estudado no IF poderia ter mudado suas vidas. Enzo afirmou que com certeza, ter estudado no IF Muriaé mudou sua vida e ressaltou o fato de ter conhecido novas pessoas, formas diferentes de convivência, bem como, o conhecimento e a maturidade adquirida. Laura afirmou que sim, ter estudado no IF Muriaé mudou sua vida e ressaltou o destaque que o IF Muriaé tem na cidade e na região, agregando um maior reconhecimento aos estudantes da instituição. Sophia disse que, com certeza, o IF mudou sua vida e destacou o ensino “maravilhoso”, o conhecimento adquirido, as oportunidades e os valores aprendidos. Lorena ressaltou que o IF Muriaé mudou sua vida em termos de perspectiva de futuro, destacando o desejo de fazer uma graduação e de conseguir um emprego. Heitor afirmou que com certeza o IF Muriaé mudou sua vida, sobretudo em termos de perspectiva de mundo e ressaltou o desejo de cursar uma faculdade, conseguir um emprego e continuar os estudos. Mais uma vez, fica evidente a preocupação com uma formação humana que vai além do desenvolvimento de uma qualificação voltada estritamente para o exercício do trabalho, despertando nos estudantes uma leitura mais ampla da realidade social na qual estão inseridos e permitindo refletir sobre quais os caminhos necessitam percorrer para alcançar novos objetivos (MEC, SETEC, 2008).

Com relação à existência de algum momento em especial vivenciado no IF Muriaé, que os tenha marcado, para Laura todos os momentos foram marcantes, de alguma maneira. Sophia disse ter vivenciado vários momentos marcantes durante o curso todo, sendo as atividades esportivas o que ela considera mais significativo. Lorena destaca sua identificação com o IF Muriaé e a sensação de sentir-se “em casa”, vivenciando-o como um ambiente onde deveria aproveitar cada segundo. Heitor destacou, especificamente, uma viagem à cidade histórica de Ouro Preto/MG como muito marcante, pois foi uma ocasião de grande interação entre os colegas. Ressaltou, ainda, a viagem para os jogos escolares, a gincana do IF e a feira de ciências realizada em 2019.

No que diz respeito ao que mais gostaram e ao que menos gostaram durante o curso, Enzo destacou que o que mais gostou foram as amizades, os professores e a didática de ensino. Disse, também, não haver algo de que não tenha gostado. Laura destacou que o que mais gostou foi da seriedade e do empenho dos professores em ensinar as matérias. E o que menos gostou, foi a carga horária, que achou um pouco “pesada”. Lorena ressaltou que o que mais gostou foi como aprendeu a administrar as atividades da escola e como essa melhor organização

possibilitou ampliar outros âmbitos da vida pessoal. Permitiu ter mais espaço para dedicar à família, ao namoro, aos amigos, ao lazer. Conseguiu otimizar o tempo de que dispõe para cada atividade. O que menos gostou, foram as oportunidades que não pode aproveitar. Para Heitor, o que ele mais gostou foram as interações com as pessoas, professores, demais servidores e colegas de curso. O que menos gostou foi a distância a ser percorrida a pé, diariamente, até o ponto de ônibus na zona rural, onde mora.

Com relação aos planos que possuem para quando concluírem o curso, Enzo disse que até o início do ano (2020), pretendia fazer o curso superior de Agronomia, porém, durante a pandemia refletiu melhor e percebeu que pretende, mesmo, é seguir carreira militar e vai focar em estudar para concurso na área. Laura pretende fazer vestibular para o curso de Odontologia ou Farmácia na Unifaminas. Tentará ser aprovada em uma das vagas disponibilizadas pelo PROUNI, ou buscar financiamento junto ao FIES. Sophia pretende cursar Direito na UFJF. Lorena pretende cursar Engenharia Química na UFV e depois de formada, ser aprovada em algum concurso público na área. Heitor ainda está em dúvida com relação a 3 cursos: Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Física. Tem como primeira opção, estudar na UFJF e segunda opção, estudar na UFV. Nota-se que nenhum deles possui como foco mais imediato a inserção no mercado de trabalho. À exceção de Enzo que deseja se preparar para prestar concurso público na área militar, os demais entrevistados traçaram como meta para o futuro, após a conclusão do ensino médio-técnico, a busca por uma formação em nível superior. Sob essa perspectiva a formação técnico integrada no IF Sudeste MG acaba funcionando mais como um momento de preparação para outros níveis de formação do que como qualificação para a inserção imediata no mercado de trabalho. Na impossibilidade de estudarem numa escola particular, ou de fazerem um cursinho preparatório para o ENEM, ou para os processos seletivos das diversas universidades e demais instituições de ensino superior, o IF Sudeste MG acaba funcionando como uma escola pública de qualidade, capaz de prepará-los tão bem para outras etapas de formação, quanto um ambiente educacional voltado para as classes mais privilegiadas.

Questionados em relação à maior dificuldade que teriam para cursar uma faculdade, Laura, Sophia e Lorena disseram que a maior dificuldade seria financeira por ter que mudar de cidade e arcar com as despesas de morar fora. No caso de uma faculdade particular, Laura acredita que a maior dificuldade seria conseguir uma bolsa. Heitor destaca que a maior dificuldade seria conseguir uma moradia. A insegurança trazida pela ausência de um capital econômico que lhes garanta condições mínimas de se manterem, e lhes proporcione a tranquilidade de que não precisariam abandonar o curso, continuará os acompanhando caso

venham a cursar uma faculdade. Ou seja, se por um lado superaram uma etapa difícil, onde precisaram se adaptar a uma realidade totalmente diferente da qual estavam habituados e necessitaram contar com o apoio financeiro de um programa de assistência estudantil para que permanecessem na escola, por outro, a perspectiva de continuidade dos estudos implica no prosseguimento das mesmas dificuldades. É a perpetuação dos mesmos desafios e, talvez, o surgimento de outros, como se estivesse a lhes dizer que o modelo educacional vigente não foi feito para as pessoas do grupo social a que pertencem.

Os alunos foram entrevistados em relação ao que consideram que seria necessário para ser bem sucedido na vida universitária. Na opinião de Laura seria necessário estar focada e ter amor pelo que decidiu estudar. Sophia mencionou a necessidade de organização, sossego, tranquilidade e paz. Lorena destacou a necessidade de disciplina com o estudo e dedicação. Mas ressalta que o IF a ajudou muito a já adquirir essas disposições. Heitor mencionou a necessidade de estar envolvido com pessoas que possam auxiliá-lo no estudo. Expressões como foco, organização, disciplina, dedicação, destacam-se na fala dos entrevistados. São as mesmas disposições que precisaram incorporar durante o percurso formativo no IF Sudeste MG e que levarão para o curso superior.

Por fim, foi perguntado aos estudantes se eles teriam críticas e/ou sugestões em relação ao curso e à instituição. Nesse sentido, destaca-se a fala da Lorena:

Eu acho que poderia ter mais apoio aos estudantes, aos alunos em relação às questões psicológicas, né, mesmo, como a ansiedade, como depressão. Eu sei que o IF exerce, eee..., tem a psicóloga trabalhando lá. Eu acho que precisa muito mais que uma psicóloga, precisa, eeee [sic], de uma interação social, de uma interação pessoal, entre os professores e os alunos, porque há professores que não entendem, que não deixam isso ser uma justificativa pra uma falta de aula, pra uma falta de prova. Então precisa ter mais essa, essa conexão. Entende. (...) Porque tanto tempo longe do IF, conversando sobre ele, me dá muita nostalgia, muito emocionada, porque, olhando agora, a gente só dá valor quando perde, mas realmente é isso, eu queria estar lá, eu queria valorizar mais do que eu valorizava antes. Então, muito bom, estar tendo essa conversa.

Pela fala da Lorena, é possível concluir que esse processo de adaptação ao cotidiano de estudos no âmbito do IF Sudeste MG, com a necessidade de incorporar hábitos, disposições e estabelecer rotinas que não constituíam experiências vivenciadas anteriormente, não se dá de maneira natural, sem traumas, sem sofrimentos. É um processo doloroso que exige renúncias e demanda uma forma de ruptura com toda uma prática familiar incorporada ao longo de anos de socialização. Nesse sentido, o apoio que a instituição oferece não pode se resumir a uma

assistência estudantil focada somente no auxílio financeiro. Demanda apoio psicológico, demanda conhecer de forma mais detalhada a realidade de cada estudante e definir estratégias que possam contribuir com outras ações compensatórias, focadas no aluno (DUBET, 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação às condições de permanência, constata-se que os alunos entrevistados são originários de famílias pertencentes às camadas populares, com recursos financeiros mais limitados e cujos membros possuem escolaridade mais baixa. Presume-se, portanto, que compartilham, no seio familiar, de práticas sociais típicas da posição social que ocupam no que diz respeito a “sua forma de perceber e apreciar o mundo, suas preferências, seus gostos, suas aspirações” (NOGUEIRA, p. 2017, 25).

Seja pela escassez de recursos financeiros, seja pela ausência de um capital cultural e social mais vantajoso no campo das aspirações educacionais, ou por ambos, percebe-se que num primeiro momento, o investimento da família para que estes estudantes alcançassem a vaga no curso escolhido, foi limitado. Dentre os entrevistados, apenas um disse ter tido algumas aulas com um professor particular a título de preparação para o processo seletivo do IF Sudeste MG. Além disso, viu-se que os alunos ouvidos foram os únicos do núcleo familiar a buscar uma formação técnica integrada ao ensino médio. Isso reflete uma característica do contexto educacional local, onde, até então, não existia essa possibilidade de forma mais acessível.

Necessário considerar, também, com base nos conceitos desenvolvidos por Bourdieu no âmbito da Sociologia da Educação, a hipótese de que “os membros das classes populares valorizariam os bens materiais ou simbólicos vistos como úteis, práticos ou funcionais (NOGUEIRA, 2017, p. 38)”. Dessa forma, num contexto onde se observa um número reduzido de possibilidades, suas escolhas e decisões muitas vezes são prioritariamente pautadas pela necessidade de atender a demandas mais urgentes e imediatas, deixando em segundo plano a preocupação com uma formação educacional mais qualificada (COULON, 2008).

Por outro lado, a aprovação no processo seletivo pode ter despertado o desejo de um maior engajamento por parte de alguma(s) família(s) no sentido de se criar condições que sejam minimamente mais adequadas ao desenvolvimento dessa formação educacional. Percebe-se isso, por exemplo, no caso do aluno oriundo da zona rural de Miradouro, que passou a residir na casa da avó, na sede do município, a fim de facilitar seu deslocamento até Muriaé, onde se localiza o campus do IF Sudeste MG.

Quanto ao percurso e vivência destes alunos durante o curso, fica muito evidente o peso da necessidade de adaptação a um contexto educacional totalmente diferente do qual estavam habituados. Assim como ocorre no seio de muitas famílias pertencentes às camadas mais populares em relação à inserção dos filhos na vida universitária, o acesso a uma formação de nível técnico integrada ao ensino médio, em uma instituição federal de ensino, não parece ser

um caminho que possa ser considerado natural e com o qual possuam familiaridade. Conforme pode ser observado nas entrevistas, surgem nestes estudantes, uma série de dúvidas, incertezas, inquietações que demandam uma mudança de atitude e uma ruptura com *habitus* e valores até então predominantes no seu cotidiano. Essa mudança, em alguns casos, pode ser traumática, pois a relação que possuíam, até então, com o saber, altera-se de forma radical (COULON, 2008).

A possibilidade de desistir do curso foi considerada por três dos cinco alunos entrevistados. O principal motivo alegado por eles foi a dificuldade de adaptar-se à rotina de estudos trazida pelo IF Sudeste MG com um grande número de tarefas e com a cobrança por parte de alguns professores. Da mesma forma, quando questionados em relação aos maiores desafios enfrentados durante o curso, foram apontados por eles a rotina de estudos e a carga horária. Conforme já indicado, rotina essa, a qual não estavam acostumados e, portanto, em relação a qual não possuíam uma disposição adquirida anteriormente (NOGUEIRA, 2002).

Importante ressaltar, também, que essa mudança de *habitus* e necessidade de adaptação às exigências trazidas por um novo contexto de aprendizagem demandam alterações que podem impactar toda a família, sobretudo, em relação a determinadas rotinas e à utilização de certos espaços no ambiente familiar. No caso específico do IF Sudeste MG, a utilização de espaços e infraestrutura disponibilizados pela própria instituição, pode amenizar o impacto dessa mudança no grupo familiar do estudante, uma vez que o mesmo pode concentrar boa parte de suas tarefas na própria escola. Contudo, com o surgimento da pandemia e a mudança para uma modalidade de ensino totalmente a distância, nota-se, pelas entrevistas, que surgiram dificuldades extras para alguns destes alunos, relacionadas à precariedade de espaço e dificuldade de acesso a equipamentos necessários ao acompanhamento das aulas e desenvolvimento das atividades. Essa situação pode comprometer o rendimento escolar e, conforme eles mesmos expressaram, prejudicar sua preparação para novas etapas de suas vidas, como o desejo de ser aprovado em um concurso público ou ser admitido num curso de formação superior. Isso demonstra que mesmo pertencendo a uma mesma classe social, num nível microsociológico, o contexto da vida particular de cada indivíduo traz nuances que os diferenciam uns dos outros e podem influenciar num maior ou menor êxito no campo da educação (LAHIRE, 1997).

Outro aspecto a ser destacado, está relacionado à formação mais abrangente ofertada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Percebe-se, pelos depoimentos, a preocupação com uma formação voltada para a “dignidade humana”, para o desenvolvimento

de “perspectivas de futuro”, com conhecimentos mais “aprofundados”. Essa preocupação está expressa nos documentos de criação da atual Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, inserindo os Institutos Federais na consolidação de um “projeto mais amplo para a educação pública” (MEC, SETEC, 2008, p. 23). Propõe-se uma “transversalidade” dos campos de saber, que seja, ao mesmo tempo, preocupada com uma “formação profissional e tecnológica contextualizada”, mas, também, voltada para o desenvolvimento de “conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida” (MEC, SETEC, 2008, p. 28).

O cuidado com o acolhimento dos alunos, por parte do IF Sudeste MG, foi destacado por todos os entrevistados. Esse acolhimento se deu tanto pela ação dos servidores que atuam nas diversas áreas da instituição, com os quais os alunos mantiveram algum tipo de contato, como, também, pelo apoio disponibilizado por intermédio do programa nacional de assistência estudantil. Ficou muito claro nos depoimentos que o auxílio financeiro disponibilizado foi fundamental para a permanência no curso, sem o qual, dificilmente teriam conseguido manter o vínculo com a instituição. Nesse aspecto em particular, é preciso considerar, de acordo com o que já foi apontado anteriormente, que mesmo no interior de um grupo de famílias pertencentes a camadas populares, é possível que existam diferenças entre elas capazes de tornar o percurso formativo para alguns destes alunos mais difícil do que para outros.

A experiência vivenciada no contexto do IF Sudeste MG, consolida a educação como ponto central a ser perseguido por eles, assumindo papel preponderante no destino de suas vidas. O desejo de ser aprovado em um concurso público ou de cursar uma faculdade são as únicas possibilidades apresentadas pelos entrevistados. Assim, ainda que necessite ser aprimorada sob diversos aspectos, talvez seja possível visualizar a educação profissional e tecnológica como o ensaio de uma formação que utiliza de conhecimentos específicos de formação técnica no aspecto em que se relaciona ao “princípio educativo do trabalho”, voltada para uma formação humana mais ampla e diversificada (CIAVATTA, 2019).

Merece destaque, também, o impacto que a bolsa de assistência estudantil causa na vida familiar destes estudantes. Tão importante quanto o custeio das despesas necessárias à manutenção da permanência do estudante, o auxílio financeiro, em alguns casos, chega a impactar o bem estar de toda a família. Num contexto de desigualdades sociais tão marcantes e que voltaram a se acentuar bastante, o recebimento da bolsa propicia uma complementação significativa na renda familiar de algumas famílias.

No entanto, se existe, de um lado, todo um conjunto de ações voltadas para a assistência estudantil que visam contribuir para a permanência dos estudantes na escola e contribuir para a superação de inúmeras dificuldades vivenciadas por eles, persiste, de outro, uma cultura escolar baseada na ideia da meritocracia, com rotinas rígidas, carga horária exaustiva e cobrança de rendimento (DUBET, 2004).

Não resta dúvidas de que se trata de um ensino público, gratuito e de qualidade. Porém, no contexto da formação educacional brasileira em nível médio, seu alcance é muito limitado. Conforme dados divulgados pelo MEC (Ministério da Educação), a partir de informações coletadas no Censo Escolar, ocorreram, em 2020, 7.550.753 matrículas no ensino médio³³. Se forem excluídas desse número as matrículas da rede privada, que correspondem a 925.949 registros, tem-se um total 6.624.804 matrículas na rede pública, em escolas federais, estaduais ou municipais com oferta de turmas de ensino médio. Deste total, dentre as muitas modalidades de educação profissional ofertadas nas diversas redes, apenas 216.087 matrículas se deram em cursos técnicos integrados ao ensino médio, na rede federal, ao qual o IF Sudeste MG pertence. Isso representa 3,26% do total de matrículas na rede pública no ensino médio. Ao refletir sob a perspectiva do desenvolvimento de uma educação pública de qualidade e tomar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como referência, percebe-se que é preciso ser feito muito mais. Porém, é necessário compreender, também, que os Institutos Federais de Educação se inserem num contexto onde se somam a inúmeras outras ações que são, ou deveriam ser, desenvolvidas. É preciso considerar que existem outras experiências muito bem sucedidas no campo do ensino médio ofertado nas redes públicas municipal, estadual e federal de educação.

Um ensino público de qualidade com valorização da carreira docente e o desenvolvimento de políticas de apoio ao estudante com vistas à contribuir para sua permanência na escola são objetivos a serem perseguidos na esfera da educação brasileira.

³³Acessar o arquivo “Sinopse Estatística da Educação Básica 2020”, disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, J. **Cotas na universidade**. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J & GEWANDSZNADJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: questões de teoria e métodos. **Revista Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.29-35, jan./jun., 2005. Disponível em: <<https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/72/71>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- APPLE, M. W. **Respondendo à pergunta sobre educação e transformação**. IN: A educação pode mudar a sociedade? Petrópolis, Ed. Vozes, 2017.
- ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. **Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/download/218/201>>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, 2011.
- BATTISTUS, C. T.; LIMBERGER, C.; CASTANHA, A. P. Estado Militar e as Reformas Educacionais. **Educere et Educare Revista em Educação**, Vol. 1, nº 1, 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/issue/view/129>> Acesso em: 17 jun. 2019.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista em Tese**, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.
- BRANDÃO, C. F. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Campinas: Autores Associados, 2005.
- BRASIL, **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. **Decreto nº. 2.208/97**, de 17 de abril de 1997. (**Revogado**). Brasília: DF, 2004. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109922/decreto-2208-97?print=true>>. Acesso em: 04mai. 2020.
- _____. **Decreto nº. 5.154/04**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 05jun. 2020.
- _____. **Decreto nº. 6.096/07**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: DF, 2007.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____. **Decreto nº. 7.234/10**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 03 abr. 2020.

_____. **Decreto nº. 7.824/12**, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília: DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Carta de Serviços ao Cidadão**. Página institucional. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/carta_de_servicos.pdf/view>. Acesso em 04jun. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Proposta para a Constituição do IF SUDESTE MG**. Página institucional. Disponível em: <<https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/proposta-para-a-constituicao-if-sudeste-mg.pdf/view>>. Acesso em 04jun. 2020.

_____. **Lei nº. 6.545/78**, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica. Brasília: DF, 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm>. Acesso em: 28out. 2019.

_____. **Lei nº. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28out. 2019.

_____. **Lei nº. 11.892/08**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 15jul. 2019.

_____. **Lei nº. 12.711/12**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília: DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Página institucional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 23 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Página institucional. Disponível em:

<<https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/concepcao-e-diretrizes-dos-institutos-federais.pdf/view>>. Acesso em 04jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº. 39/07, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Página institucional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 03abr. 2020.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 25 de abr. 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CIAVATTA, Maria. **I – Trabalho-educação: a história em processo**. In: A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional. – Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 13 – 30.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CONIF, Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. (2019). **Página institucional**. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Tradução: Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria da Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 8 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1985. (p. 27-63).

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cad. Pesquisa. São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000300002>.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. (2020). A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1986.

FONSECA, D. J. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

GARCIA, S. R. O. **O fio da história:** a gênese da formação profissional no Brasil. ANPED, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-fio-da-historia-genese-da-formacao-profissional-no-brasil>> Acesso em: 07 maio 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRABOWSKI, G.; KUENZER, A. Z. **A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível.** *Holos*, v. 6, p. 22–32, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>> Acesso em: 14 abr. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

IFSUDESTEMG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. (2019) **Página institucional.** Disponível em: <<https://www.ifsudestemg.edu.br/institucional/instituto/historico>> Acesso em: 05 set. 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Regimento Geral do IF SUDESTE MG.** Disponível em: <<https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/regimentos/regimento-geral/view>> Acesso em: 03 abr. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. **Portaria-R nº 660/2015, de 22 de junho de 2015.** Aprova e implanta as diretrizes da Assistência Estudantil, no âmbito do IF Sudeste MG. Disponível em: <<https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/unidades/reitoria/gabinete/outros-documentos/boletins-de-servico/2015/boletim-de-servico-06-2015/view>> Acesso em: 13 jul. 2020.

LAHIRE, B. **Sucesso Escolar nos Meios Populares:** as Razões do Improvável. Trad. Ramón Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Editora Ática, 1997.

_____. Reprodução ou Prolongamentos Críticos? **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n.78, p.37-55, abril, 2002. Disponível em: <<https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/20>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas, São Paulo: EPU, 2013.

MIRANDA, E. A. Educação e Política de Cotas: dos intelectuais e do direito. Curitiba: Appris, 2018.

MOURA, D. H. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração.** Holos, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

NOGUEIRA, M. A. e NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n.78, p.15-35, abril, 2002. Disponível em: <<https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/20>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

OLIVEIRA, D. A. **Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social.** IN: FERREIRA, E. B. e OLIVEIRA, D. A. (Org.). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2009 (p.17-32).

PAIVA, F. S. Ensino Técnico: Uma breve história. **Revista Húmus.** p. 35-49, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1677>> Acesso em: 01 jul. 2019

PIOVESAN, F. **Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas.** Scielo, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 14 mai. 2019

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **Escola e democracia.** 42 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAMPAIO, S. M. R. (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos.** Salvador, BA: EDUFBA, 2011

SILVA, Anderson Paulino; BRANDÃO, André; MARINS, Mani Tabet A. de. **Educação Superior e Relações Raciais.** Niterói: EDUFF, 2009.

Thompson, P. E. **A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELLOS, M. D. **A sociologia da educação na França: um percurso produtivo.** Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n83/a13v2483.pdf>> Acesso em: 08 mai. 2019.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JUNIOR, A. A Educação Profissional no Brasil. **Revista Interações.** Vol. 12, nº 40, 2016. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>> Acesso em: 07 mai. 2019.

APÊNDICES

Apêndice A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) participante _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Perfis Sociais, Percursos Escolares e Perspectivas de Futuro de Cotistas de Cursos Técnicos Integrados, em sua Relação com as Condições de Permanência no IF Sudeste MG”. Nesta pesquisa pretende-se investigar junto aos alunos cotistas que se encontram regularmente matriculados no 3º ano dos cursos técnicos integrados de Agroecologia, Eletrotécnica e Informática oferecidos pelo IF Sudeste MG – Campus Muriaé, possíveis dificuldades e desafios enfrentados durante o curso; as estratégias utilizadas para a superação dessas dificuldades, bem como, suas expectativas em termos de desenvolvimento pessoal e profissional.

O presente estudo poderá trazer alguma espécie de desconforto aos participantes durante a realização das entrevistas como constrangimento em responder alguma questão e o tempo disponibilizado para a participação. Sendo assim, serão adotadas algumas medidas com o objetivo de reduzir os riscos, como a garantia da privacidade e do anonimato, o agendamento antecipado do dia, horário e local em que as entrevistas acontecerão, em conformidade com a disponibilidade dos participantes.

O tempo estimado para a realização desta entrevista é de 30 a 50 minutos e os resultados alcançados não serão tornados público, sendo resguardadas de total sigilo todas as informações e comentários coletados. A presente pesquisa poderá ser de grande relevância para o âmbito acadêmico, na medida em que oferecer elementos que subsidiem discussões, reflexões e ações acerca das políticas públicas de ação afirmativa e dos programas de assistência estudantil. Não haverá nenhum custo para o(a) voluntário(a) sob sua responsabilidade participar deste estudo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, ele(a) tem assegurado(a) o direito à indenização.

O(A) participante tem garantida a plena liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento e interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A participação dele(a) é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) participante não será identificado(a) em nenhuma publicação e o seu nome ou o material que indique a participação do(a) voluntário(a) não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no curso de Pós-graduação em Educação no Campus Viçosa da Universidade Federal de Viçosa, e a outra lhe será fornecida.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a identidade do participante com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, responsável pelo participante _____, autorizo sua participação e declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Perfis Sociais, Percursos Escolares e Perspectivas de Futuro de Cotistas de Cursos Técnicos Integrados, em sua Relação com as Condições de Permanência no IF Sudeste MG” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Jairo Antônio da Paixão
 Endereço: Departamento de Educação Física, sala 01 – Universidade Federal de Viçosa
 36570-000
 Telefone: (31) 3899 2250 e 3899 2249
 Email: jairopaixao@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 Universidade Federal de Viçosa
 Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
 Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
 Cep: 36570-900 Viçosa/MG
 Telefone: (31)3899-2492
 E-mail: cep@ufv.br
www.cep.ufv.br

Muriaé, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal pelo Participante

Assinatura do Pesquisador

Apêndice B - TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “Perfis Sociais, Percursos Escolares e Perspectivas de Futuro de Cotistas de Cursos Técnicos Integrados, em sua Relação com as Condições de Permanência no IF Sudeste MG”. Nesta pesquisa pretende-se investigar junto aos alunos cotistas que se encontram regularmente matriculados no 3º ano dos cursos técnicos integrados de Agroecologia, Eletrotécnica e Informática oferecidos pelo IF Sudeste MG – Campus Muriaé, possíveis dificuldades e desafios enfrentados durante o curso; as estratégias utilizadas para a superação dessas dificuldades, bem como, suas expectativas em termos de desenvolvimento pessoal e profissional.

O presente estudo poderá trazer alguma espécie de desconforto aos participantes durante a realização das entrevistas como constrangimento em responder alguma questão e o tempo disponibilizado para a participação. Sendo assim, serão adotadas algumas medidas com o objetivo de reduzir os riscos, como a garantia da privacidade e do anonimato, o agendamento antecipado do dia, horário e local em que as entrevistas acontecerão, em conformidade com a disponibilidade dos participantes.

O tempo estimado para a realização desta entrevista é de 30 a 50 minutos e os resultados alcançados não serão tornados público, sendo resguardadas de total sigilo todas as informações e comentários coletados. A presente pesquisa poderá ser de grande relevância para o âmbito acadêmico, na medida em que oferecer elementos que subsidiem discussões, reflexões e ações acerca das políticas públicas de ação afirmativa e dos programas de assistência estudantil. Não haverá nenhum custo para o(a) voluntário(a) que participar deste estudo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, ele(a) tem assegurado(a) o direito à indenização.

O(A) participante tem garantida a plena liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento e interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A participação dele(a) é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) participante não será identificado(a) em nenhuma publicação e o seu nome ou o material que indique a participação do(a) voluntário(a) não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no curso de Pós-graduação em Educação no Campus Viçosa da Universidade Federal de Viçosa, e a outra lhe será fornecida.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a identidade do participante com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Perfis Sociais, Percursos Escolares e Perspectivas de Futuro de Cotistas de Cursos Técnicos Integrados, em sua Relação com as Condições de Permanência no IF Sudeste MG” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e o meu responsável legal poderá modificar sua decisão sobre minha participação se assim o desejar. Já assinado o termo de consentimento por meu responsável legal, declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Jairo Antônio da Paixão
Endereço: Departamento de Educação Física, sala 01 – Universidade Federal de Viçosa
36570-000
Telefone: (31) 3899 2250 e 3899 2249
Email: jairopaixao@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG
Telefone: (31)3899-2492
E-mail: cep@ufv.br
www.cep.ufv.br

Muriaé, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Apêndice C - AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, na qualidade de responsável pelo Instituto Federal Sudeste MG – Campus Muriaé, autorizo a realização da pesquisa intitulada “Demandas e Perspectivas de Alunos Cotistas de Cursos Técnicos Integrados da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Âmbito do IF Sudeste MG” a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Prof. Dr, Jairo Antônio da Paixão, e declaro, que esta Instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Muriaé, _____ de _____ de 20____.

Assinatura

(Carimbo)

Apêndice D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa: “*PERFIS SOCIAIS, PERCURSOS ESCOLARES E PERSPECTIVAS DE FUTURO DE COTISTAS DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS, EM SUA RELAÇÃO COM AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NO ÂMBITO DO IF SUDESTE / MG*”, desenvolvida por Alexandre Lopes Rodrigues, sob a orientação do professor Jairo Antônio da Paixão.

BLOCO 1: Condições de permanência

- 1.1. Conte-me um pouco sobre você. Com quem você mora?
- 1.2. Seus pais (ou responsáveis) estão trabalhando atualmente? Qual a ocupação deles?
- 1.3. Até que série ele(s) estudou(aram)?
- 1.4. E seus avós? Qual o nível de escolaridade deles? Até que série eles estudaram?
- 1.5. E seus irmãos? Qual o nível de escolaridade deles?
- 1.6. Você é o(a) primeiro(a) de sua família a cursar um curso técnico no IF?
 - 1.6.1. (Caso algum irmão(ã) já tenha estudado no IF): O que ele(a) faz atualmente? Está trabalhando na área de formação? Está cursando o nível superior?
 - 1.6.2. O fato de seu(sua) irmão(ã) ter estudado no IF influenciou o seu desejo de estudar aqui, também? Por quê?
- 1.7. Você fez algum cursinho preparatório para as provas do IF, ou fez aulas de reforço escolar, ou participou de grupo de estudos com amigos? (Caso afirmativo: demandou algum recurso financeiro ou foi gratuito?)
- 1.8. Como você vai à escola? Que meio de transporte você utiliza?
- 1.9. Você já exerceu ou exerce atualmente algum tipo de atividade remunerada? (Caso afirmativo: qual atividade?)

BLOCO 2: Percurso e vivência

- 2.1. Como você tomou conhecimento do IF Sudeste MG – Campus Muriaé, na ocasião em que participou do processo seletivo?
- 2.2. Por que você optou pelo curso de ? O que o(a) levou a escolher este curso? (Mencionar o nome do curso ao qual o estudante é vinculado: Agroecologia, Eletrotécnica ou Informática)

- 2.3. Em relação ao curso que você escolheu, você diria que ele atendeu suas expectativas, superou suas expectativas ou frustrou suas expectativas, pois não é o que você esperava?
- 2.4. Se você fosse fazer o processo seletivo hoje, você optaria por outro curso oferecido no Campus Muriaé? Se sim, qual?
- 2.5. Quando ingressou no IF Muriaé você se sentiu acolhido(a) pelos colegas? E pelos professores? E pelos demais servidores? Por quê?
- 2.6. Você recebe, ou recebeu durante o curso, algum auxílio do programa de assistência estudantil? (Caso afirmativo, qual auxílio?)
- 2.7. Você diria que o recebimento desse auxílio, foi ou tem sido fundamental para a sua permanência no curso? (Por quê?)
- 2.8. Comparado com os colegas não cotistas, durante o curso você notou alguma diferença de tratamento por parte dos professores, demais servidores ou colegas de escola em relação aos alunos aprovados nas vagas reservadas pelo sistema de cotas? (Se sim, cite alguns exemplos)
- 2.9. Você já concluiu o estágio obrigatório?
- 2.10. Você teve (ou está) com dificuldade em encontrar um lugar para estagiar?
- 2.11. Como é o apoio da instituição nesse momento?
- 2.12. Você participa de algum grupo de estudo com os colegas de curso?
- 2.13. Há alguma disciplina para a qual você teve mais dificuldade? Se sim, qual? Você chegou a buscar aula de reforço escolar para essa disciplina?
- 2.14. Você chegou a ser reprovado e repetiu de ano durante o curso?
- 2.15. Em algum momento durante o curso você pensou em desistir? (Se sim, por quê?)
- 2.16. Quais foram os maiores desafios que você encontrou durante o curso? Como você os superou? Contou com a ajuda de alguém? Quem?
- 2.17. Como você imaginava ser o IF Muriaé antes de ingressar nele?
- 2.18. Sua opinião mudou depois que você ingressou?
- 2.19. Em sua opinião, o IF Muriaé disponibiliza uma infraestrutura e recursos adequados para o seu aprendizado? (Caso afirmativo, quais condições contribuem para isso?)
- 2.20. Do que você sente mais falta no ambiente escolar?
- 2.21. A pandemia do Coronavírus (Covid-19) que se disseminou no Brasil e no mundo nesse ano, impactou de alguma forma seus planos? De que maneira?
- 2.22. Surgiram dificuldades extras para sua família em função dessa pandemia?
- 2.23. Como vocês estão enfrentando este momento?

BLOCO 3: Perspectivas de futuro

- 3.1. Agora que você está matriculado no último ano de curso, você diria que ele atendeu às suas expectativas? Em que aspectos?
- 3.2. Teve algum momento, em especial, que te marcou?
- 3.3. Você acha que ter estudado no IF Muriaé pode mudar sua vida? (Por quê?)
- 3.4. Do que você mais gostou e do que você menos gostou durante o curso? (Por quê?)
- 3.5. Quais são seus planos após a conclusão do curso? Você pretende ir para o mercado de trabalho? Pretende atuar na área? Pretende fazer vestibular? (Neste caso, onde e para qual(ais) curso(s)?)
- 3.6. Qual seria, hoje, a maior dificuldade que você teria para cursar uma faculdade?
- 3.7. Na sua opinião, o que seria necessário para ter sucesso na vida universitária?
- 3.8. Caso não seja aprovado nessa primeira tentativa de entrar na universidade, quais seriam seus planos?

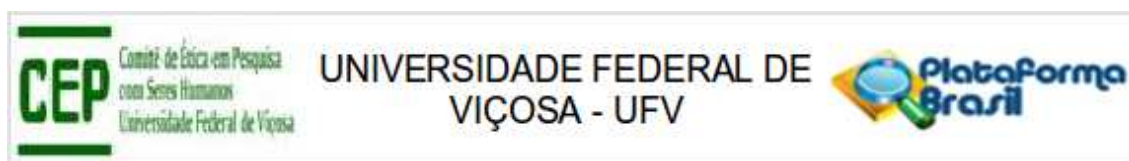
Para finalizar esta entrevista me responda:

- 3.9 Você teria alguma crítica a fazer em relação ao curso que fez no IF? E em relação à escola? Você gostaria de dizer algo mais?

Agradecer antes de encerrar a entrevista.

ANEXOS

Anexo A – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP / UFV – 3773205



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Demandas e Perspectivas de Alunos Cotistas de Cursos Técnicos Integrados da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Âmbito do IF Sudeste MG

Pesquisador: Jairo Antônio da Paixão

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24995919.8.0000.5153

Instituição Proponente: Fundação Universidade federal de Viçosa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

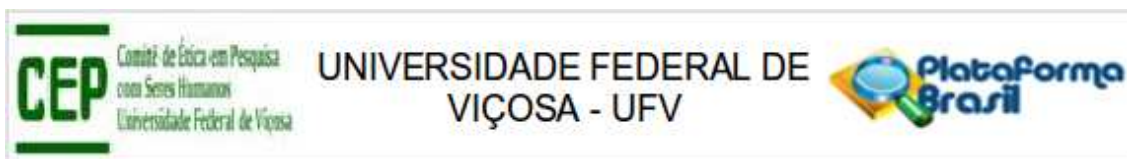
Número do Parecer: 3.773.205

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Área Temática: Ciências Humanas

Conforme resumo apresentado no formulário online da Plataforma: As políticas públicas denominadas Ações Afirmativas assumiram posição de destaque no Brasil ao longo dos últimos anos, sobretudo no âmbito da educação com a implantação do sistema de cotas para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino de nível médio técnico. As ações afirmativas no campo da educação trazem em si um ideal de promoção de justiça social, especialmente numa sociedade como a nossa, marcada por uma gritante desigualdade e pela baixa qualidade da educação oferecida nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. Dessa forma, a implantação de um sistema de cotas para ingresso nas instituições federais de ensino acompanhado de mecanismos que contribuam para a permanência do aluno cotista, pode contribuir na consolidação do princípio da igualdade de oportunidades para todos. Essa pesquisa tem como objetivo principal identificar junto aos alunos cotistas dos três cursos técnicos integrados ofertados pelo Campus Muriaé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais quais as expectativas, assim como, as possíveis dificuldades e desafios enfrentados por estes alunos durante o curso, e as estratégias utilizadas para a superação dessas dificuldades. Para fins de

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 3.773.205

coleta e análise dos dados propõe-se uma abordagem qualitativa. Os dados serão coletados a partir de documentos institucionais que traçam o perfil sócio econômico dos alunos e da realização de uma entrevista semiestruturada com uma amostra representativa do universo de alunos cotistas dos cursos em questão. Este estudo irá adquirir relevância na medida em que seus resultados possam fomentar reflexões e discussões relacionadas ao acesso e permanência de alunos cotistas nas instituições federais de ensino médio técnico, buscando oferecer subsídios para a proposição de ações que contribuam para a permanência destes alunos.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com os pesquisadores,

Objetivo primário:

Investigar junto aos alunos cotistas que se encontram regularmente matriculados no 3º ano dos cursos técnicos integrados de Agroecologia, Eletrotécnica e Informática oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé a natureza das demandas levadas por eles à CGAE (Coordenação Geral de Assistência ao Educando), possíveis desafios que possam ter surgido durante sua formação, bem como suas expectativas em termos de desenvolvimento pessoal.

Objetivo Secundário:

Caracterizar o perfil socioeconômico dos alunos cotistas;

Identificar as expectativas desses alunos;

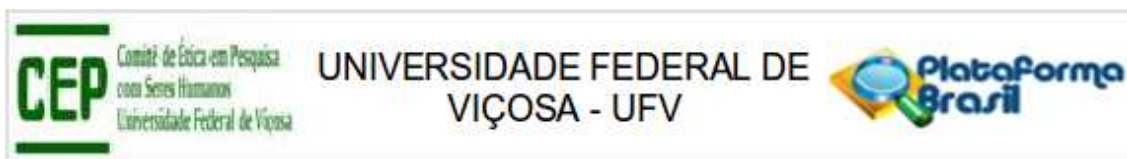
Identificar possíveis dificuldades e desafios enfrentados por esses alunos durante este percurso, bem como, as estratégias utilizadas para a superação dessas dificuldades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma os seguintes Riscos:

Em conformidade com a Resolução 466/2012 da CONEP, o presente estudo poderá trazer alguma espécie de desconforto aos participantes durante a realização das entrevistas como constrangimento em responder alguma questão e o tempo disponibilizado para a participação. Sendo assim, serão avaliados possíveis prejuízos individuais e coletivos, sendo aplicadas medidas com o objetivo reduzir os riscos, como o agendamento antecipado do dia, horário e local em que as entrevistas acontecerão, em conformidade com o que for mais adequado para os participantes. Os entrevistados serão, também, informados de maneira prévia, quanto à estimativa de tempo necessário para a realização das mesmas. Será voluntária e livre de qualquer ameaça a participação

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 3.773.205

dos entrevistados, sendo que a qualquer momento, caso sintam algum tipo de desconforto ou constrangimento com alguma questão abordada na entrevista, poderão se retirar sem a previa autorização do pesquisador. Independentemente disso, se porventura for identificado e comprovado algum tipo de dano resultante desta pesquisa, o entrevistado tem assegurado o direito à indenização. Considerando-se, ainda, a natureza de algumas questões, inicialmente será realizada uma apresentação das finalidades e objetivos deste estudo, bem como, sua relevância.

e os seguintes Benefícios:

Dentre os objetivos, espera-se que os resultados dessa pesquisa possam fomentar reflexões e discussões relacionadas ao acesso e permanência de alunos cotistas nas instituições federais de ensino médio técnico, buscando oferecer subsídios para a proposição de ações que contribuam para a permanência destes alunos. Pretende-se que as análises e conclusões expressas nos resultados sejam publicadas em revistas científicas especializadas na área da Educação e/ou Ciências Humanas.

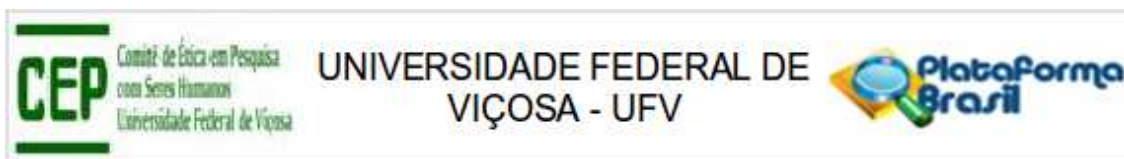
Avaliação:

Os riscos e os benefícios estão de acordo com as recomendações sobre pesquisas com seres humanos, baseados na Resolução 466/12 do CNS

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores propõe investigar junto aos alunos cotistas que se encontram regularmente matriculados no 3º ano dos cursos técnicos integrados de Agroecologia, Eletrotécnica e Informática oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé a natureza das demandas levadas por eles à CGAE (Coordenação Geral de Assistência ao Educando), possíveis desafios que possam ter surgido durante sua formação, bem como suas expectativas em termos de desenvolvimento pessoal, para isso pretende desenvolver um estudo nas ciências naturais e nas ciências sociais possuem diferenças fundamentais. Enquanto a primeira lida com objetos externos os quais podem ser conhecidos de maneira objetiva, as ciências sociais lidam com subjetividades, valores, emoções, sentimentos, que demandam a compreensão de cada caso em sua singularidade. Isso está diretamente relacionado ao fato de que para estudar os fenômenos sociais torna-se mais adequado utilizar um procedimento metodológico diferente do utilizado nas ciências naturais, de um modo geral (GOLDENBERG, 2004). Dessa forma, tendo em vista os aspectos característicos dos estudos no âmbito da educação e das ciências sociais, relacionados à diversidade e flexibilidade

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 3.773.205

dos procedimentos a serem utilizados, a metodologia a ser adotada no presente estudo encontra-se situada no marco referencial da pesquisa qualitativa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2014). Na pesquisa qualitativa o pesquisador assume papel preponderante, tornando-se o principal instrumento de investigação. Nesse contexto, a comunicação com os sujeitos pesquisados evidencia-se como um aspecto fundamental para aquisição de conhecimento. Assim, faz-se indispensável um maior rigor e vigilância sobre suas ações e suas decisões. Para tanto, torna-se necessário um cuidado redobrado com a preparação dos instrumentos que irão auxiliar na coleta sistemática dos dados (GOLDENBERG, 2004).

As pesquisas qualitativas possuem a característica de ser multimetodológica, permitindo a utilização de uma variedade de procedimentos e de instrumentos de coleta de dados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2014). Segundo os autores, essa pesquisa, será utilizada uma revisão de literatura, buscando estabelecer um olhar comparativo a partir do conhecimento de outras pesquisas em torno da mesma temática. A análise de documentos institucionais poderá contribuir na delimitação do perfil socioeconômico dos participantes e deverá subsidiar a definição do grupo amostral. As entrevistas e a coleta de depoimentos junto ao público alvo possibilitarão um maior aprofundamento na construção das percepções a respeito dos problemas levantados nesse estudo. O fenômeno que se pretende investigar será analisado à luz das informações coletadas nos diferentes procedimentos descritos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Considerações sobre os documentos apresentados pelo pesquisador:

Os termos de apresentação obrigatória estão de acordo com as recomendações sobre pesquisas com seres humanos, baseados na Resolução 466/12 do CNS

Recomendações:

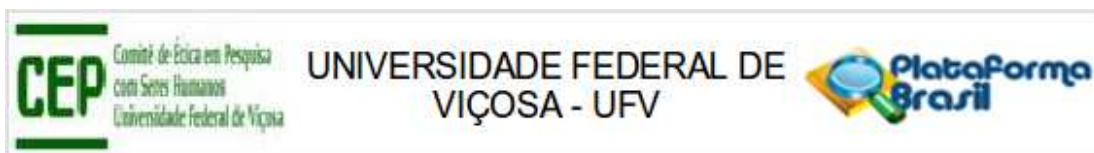
Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 3.773.205

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Roteirodeentrevista.pdf	07/11/2019 09:45:26	Juliana Aparecida Ferreira	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1462688.pdf	05/11/2019 09:37:35		Aceito
Orçamento	Termosigilo.pdf	05/11/2019 09:36:24	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Orçamento	Autorizacao.pdf	05/11/2019 09:36:04	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoassentimento.pdf	05/11/2019 09:31:21	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEresponsavel.pdf	05/11/2019 09:31:07	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Cronograma	cronogr.pdf	05/11/2019 09:30:38	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	05/11/2019 09:29:28	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Folha de Rosto	Folharosto.pdf	05/11/2019 09:23:02	Jairo Antônio da Paixão	Aceito

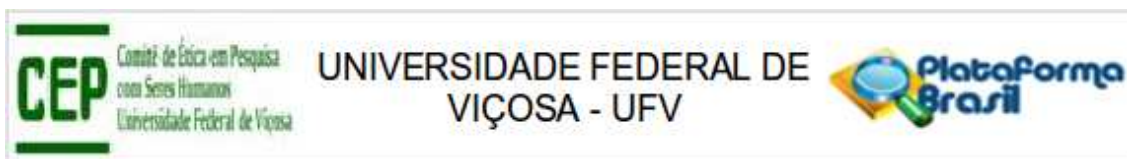
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



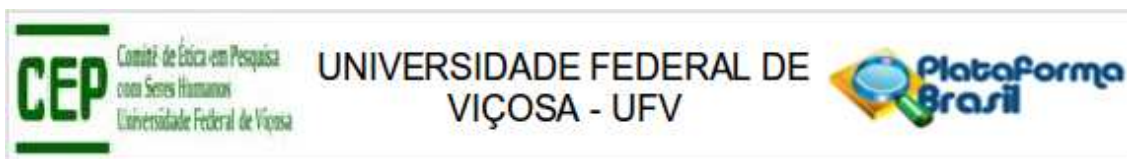
Continuação do Parecer: 3.773.205

VICOSA, 16 de Dezembro de 2019

Assinado por:
LUIZ ISMAEL PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br

Anexo B – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP / UFV – 3773219



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O professor e a educação no ambiente prisional: desafios e possibilidades do trabalho docente por detrás das grades

Pesquisador: Jairo Antônio da Paixão

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 25492819.6.0000.5153

Instituição Proponente: Fundação Universidade federal de Viçosa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.773.219

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Área Temática: Ciências Humanas

Conforme resumo apresentado no formulário online da Plataforma:

O projeto de pesquisa aqui apresentado tem como objetivo investigar e analisar com proximidade os meandros e as possíveis dificuldades que possam um professor enfrentar no percurso de sua atuação docente no universo de um ambiente prisional. Serão adotados os procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa. Os participantes da pesquisa serão professores que atuam junto ao Sistema Prisional e, mais precisamente, nas unidades prisionais das cidades de Viçosa-MG e de Cataguases-MG. Os dados serão coletados através de entrevista semiestruturada e analisados a partir da Técnica de Análise de Conteúdo.

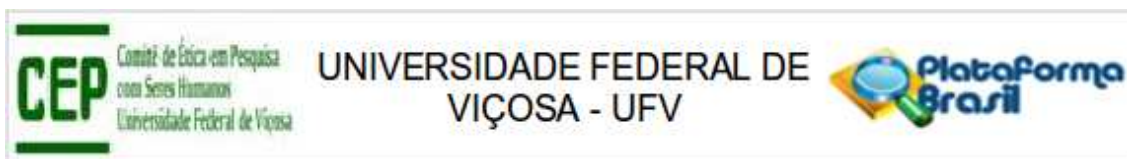
Objetivo da Pesquisa:

De acordo com os pesquisadores,

Objetivo primário:

Identificar possíveis dificuldades que possam ser interpostas ao professor que se oferece à atuação docente junto ao Sistema Prisional, em sua tentativa de viabilizar a educação nesse ambiente.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 3.773.219

Objetivo Secundário:

Pesquisar e identificar possíveis dificuldades que possam se interpor à atuação do professor no Sistema Prisional;

Demonstrar, depois de encontradas, identificadas e apontadas através da pesquisa, as abordagens destas questões, suscitadas pelos estudiosos e pesquisadores do assunto;

Identificar, a partir das abordagens encontradas, quais poderiam ser as tentativas mais viáveis de serem aplicadas à realidade contextual de nosso Sistema Prisional;

Contribuir, através dessa pesquisa relacionada ao tema, para com o desenvolvimento deste trabalho, visando à informação e à orientação dos que dele vierem a se inteirar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma os seguintes Riscos:

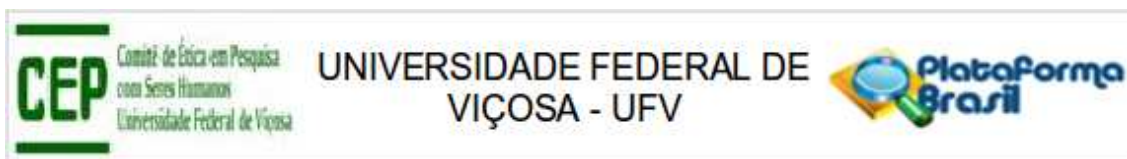
Tendo em vista a Resolução 466/2012 da CONEP, toda pesquisa que envolve seres humanos há a possibilidade de riscos. Nesse sentido, os riscos envolvidos nesta investigação podem se relacionar ao tempo despendido na realização da entrevista e possíveis constrangimentos com determinadas questões presentes no roteiro da entrevista que se referem à sua atuação docente no ambiente prisional. Para minimizar os riscos, a coleta de dados será bem descontraída e dinâmica, de forma que o participante se sinta à vontade e o mais confortável possível durante a entrevista. O tempo despendido para a entrevista não será excessivo e o participante tomará conhecimento do mesmo no momento do agendamento da entrevista, a qual será conduzida por um indivíduo treinado. Será informado aos participantes que os dados obtidos estarão resguardados através do TCLE e que caso este sinta algum tipo de desconforto poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento. Outras ações como informar o objetivo e fazer o agendamento prévio do dia, horário e local da entrevista (que serão escolhidos pelos participantes), serão adotadas a fim de minimizar possíveis danos.

e os seguintes Benefícios:

Quanto aos benefícios, será informado aos participantes os possíveis benefícios da pesquisa como as informações pertinentes ao universo do ensino e da educação no sistema prisional que poderão, não só ampliar-lhes o próprio conhecimento, como também possibilitar sua extensão a todos os demais que por ele vierem a se interessar, ou de que dele necessitem para também atuar no mesmo segmento de atuação docente.

Avaliação: Os riscos e os benefícios estão descritos conforme recomendações sobre pesquisa com

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 3.773.219

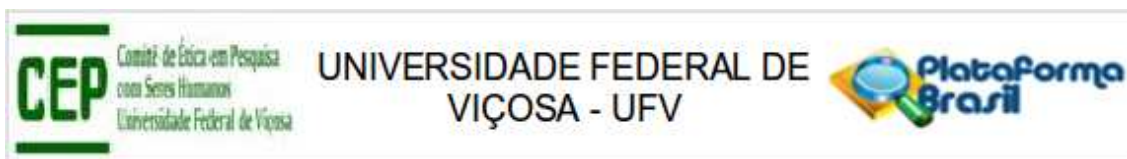
seres humanos, baseados na Resolução 466/12 do CNS

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores propõe identificar possíveis dificuldades que possam ser interpostas ao professor que se oferece à atuação docente junto ao Sistema Prisional, em sua tentativa de viabilizar a educação nesse ambiente, para isso pretendem adotar os procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa. Onde o trabalho será embasado na perspectiva de Bogdan e Biklen (1994) sobre esta abordagem. Sobre esse tipo de pesquisa Bogdan e Biklen (1994) destacam cinco características a respeito da pesquisa qualitativa, são elas: 1) a fonte direta dos dados é o ambiente natural e nesse processo os investigadores são instrumentos principais; 2) esse tipo de investigação é descritiva e os dados são coletados através de palavras e não números; 3) há um maior interesse pelo processo do que pelo produto da pesquisa; 4) a análise dos dados obtidos acontece de forma indutiva em que as abstrações são construídas à medida que dados particulares são recolhidos e são agrupados; e 5) o significado é de importância vital, pois nesta abordagem há o interesse pelas perspectivas e significados que os participantes da pesquisa empregam em determinado fato. Ademais, nesse tipo de abordagem o processo de condução da investigação reflete o tipo de diálogo entre investigador e participantes da pesquisa que deve por parte do pesquisador ocorrer de uma forma neutra (BOGDAN; BIKLEN, 1994). A importância da abordagem qualitativa está no fato dela possibilitar a análise de situações a que os indivíduos estão sujeitos nas relações sociais e em suas vivências. Tornando possível, através da interpretação do pesquisador, construir um entendimento de situações ou fenômenos investigados (NEVES, 1996). O estudo será realizado junto a professores que atuam nos programas de educação nas unidades prisionais das cidades de Viçosa-MG e de

Cataguases-MG, na Zona da Mata Mineira, que já os tem em desenvolvimento. Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos, os coordenadores dos programas pesquisados serão informados sobre os aspectos relativos à pesquisa e solicitadas as autorizações para o desenvolvimento dos procedimentos relativos à coleta de dados. Posterior a isso, com a definição e aceite dos participantes, ser-lhes-á apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que deverá ser lido e assinado sem qualquer tipo de intimidação e subordinação. Ao cumprir estes procedimentos, os participantes serão convidados para participar da entrevista semiestruturada que será previamente agendada. Para a coleta de dados será empregada a entrevista semiestruturada. Segundo Ludke e André (1986), por meio da entrevista é estabelecida uma relação interativa havendo uma situação de influência recíproca entre o

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 3.773.219

entrevistador e o entrevistado. Além disso, as autoras apontam que a entrevista tem vantagens sobre os outros métodos de coleta porque possibilita uma coleta imediata de informações desejadas e que, bem elaboradas, conseguem tratar de assuntos de vários âmbitos, principalmente do âmbito pessoal. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a entrevista semiestruturada auxilia no recolhimento de dados descritivos na perspectiva do participante, o que auxilia o investigador a compreender como os participantes interpretam aspectos do mundo. O roteiro da entrevista semiestruturada será flexível onde serão fixados temas e possuirá perguntas abertas que permitirão uma liberdade de resposta dos participantes e novas perguntas poderão surgir durante a entrevista, caso seja adequado, de acordo com os objetivos da pesquisa apresentada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Considerações sobre os documentos apresentados pelo pesquisador:

Os termos de apresentação obrigatória estão descritos conforme recomendações sobre pesquisa com seres humanos, baseados na Resolução 466/12 do CNS

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

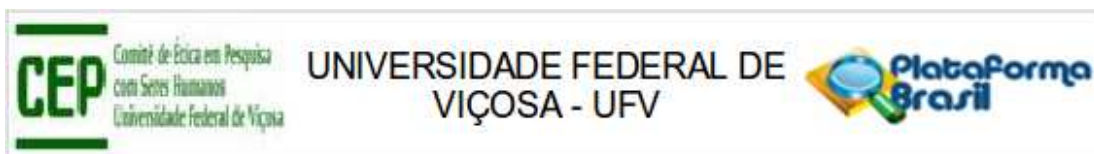
Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 3.773.219

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1467178.pdf	11/11/2019 10:11:32		Aceito
Outros	Roteiro.pdf	11/11/2019 10:10:43	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Outros	Cronog.pdf	11/11/2019 10:09:52	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Outros	Autorizacao2.pdf	11/11/2019 10:09:25	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Outros	Autorizacao1.pdf	11/11/2019 10:09:00	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/11/2019 10:08:30	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	11/11/2019 10:08:13	Jairo Antônio da Paixão	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	11/11/2019 10:07:13	Jairo Antônio da Paixão	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 16 de Dezembro de 2019

Assinado por:
LUIZ ISMAEL PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br